

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PROHIS

“VIVA A REPÚBLICA”

**Análise das disputas pelo poder em Sergipe entre os Republicanos
Históricos e os Adesistas (1889-1898)**

MALLU TICIANE CONCEIÇÃO DOS SANTOS

SÃO CRISTÓVÃO
2021

MALLU TICIANE CONCEIÇÃO DOS SANTOS

“VIVA A REPÚBLICA”

Análise das disputas pelo poder em Sergipe entre os Republicanos Históricos e os Adesistas (1889-1898)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Edna Maria Matos Antônio

SÃO CRISTÓVÃO
2021

MALLU TICIANE CONCEIÇÃO DOS SANTOS

“VIVA A REPÚBLICA”

ANÁLISE DAS DISPUTAS PELO PODER EM SERGIPE ENTRE OS
REPUBLICANOS HISTÓRICOS E OS ADESISTAS (1889-1898)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Edna Maria Matos Antônio

Aprovada em ____ de _____ de 2021

Prof.^a Dr.^a Edna Maria Matos Antonio
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias
Examinador Interno

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu Deus que tem me sustentado neste período tão difícil, como o que a humanidade tem enfrentado. Não sei o que seria de mim sem a fé e sem a providência divina. Seguir carreira acadêmica, sem bolsa, enquanto exerço a profissão de professora não é nada fácil, ainda mais num país que não dá o devido valor à educação. Com certeza, não teria conseguido concluir este trabalho se não fosse o auxílio e compreensão de várias pessoas que passaram por minha vida durante este percurso.

Minha eterna gratidão à professora Dr.^a Edna Maria Matos Antônio, minha querida orientadora. Agradeço imensamente por toda a paciência, orientação, por acreditar na relevância da minha pesquisa e por dedicar seu precioso tempo em me ajudar a realizar o sonho de fazer esta dissertação. Obrigada por tudo e por tanto.

Gratidão aos professores presentes na Banca de Qualificação do Mestrado, Dr. Carlos Malaquias e Dr. Cristiano Luís Christillino, por todas as observações e críticas. Todas as considerações foram valiosas para o desenvolvimento deste trabalho. O professor Dr. Carlos esteve presente, também, na Banca de seleção do mestrado e lecionou a disciplina Teoria e Metodologia da Pesquisa em História que foi muito importante para a construção deste trabalho.

É com o coração repleto de gratidão que agradeço aos meus pais, Maria Valdelice e Lourival José, que sempre se esforçaram para me proporcionar uma série de coisas que não tiveram a oportunidade de ter, pois cresceram na zona rural, no trabalho da lavoura e não conseguiram ter o mesmo acesso à educação que eu tive. Mas, mesmo assim, sempre acreditaram no valor dos estudos e até hoje me incentivam a prosseguir.

Agradeço ao meu amado esposo, Liberato Costa, pelo companheirismo, pela compreensão, paciência, incentivo e dedicação para comigo. Desde a seleção do mestrado acompanha esta luta bem de perto e que inúmeras vezes ficou “de castigo” comigo (risos) para que eu conseguisse desenvolver a pesquisa. Obrigada, meu amor.

Quero, também, externar minha gratidão ao meu irmão, Tiago, pela torcida e por me socorrer em vários momentos em que a tecnologia me “traía” (risos). Agradeço ao meu sobrinho, Calebe, por todo o carinho com a titia apressada, sem tempo e, por vezes, estressada.

Não poderia deixar de externar aqui minha gratidão a todos os meus professores que me auxiliaram ao longo da minha formação, desde a educação básica até a graduação em História: Diná Fontes, Nízia Soraya, David Perdigão, Luiz Fernando Barreto, Carlos Franco Liberato, Fábio Maza e muitos outros.

Agradeço à parceria dos amigos que o mestrado me deu: Míriam, Gabi, Pedro e Matheus. Obrigada por dividirem os “perrengues” da vida acadêmica comigo, essa caminhada se tornou bem mais leve com vocês por perto, mesmo à distância física: “os mestrandos amigos”. Agradeço, também, à minha amiga Érica Hora pela amizade e por ter sido uma das maiores incentivadoras para que eu seguisse os estudos na pós-graduação.

E por último e, não menos importante, sou grata a todos os meus familiares e demais amigos por torcerem por mim. Em especial, tenho gratidão pelos meus avós, pelo grandioso fato de existirem em minha vida: Maria, Antônio, Doralice e Enoque (In Memória). Como doeu escrever isto, vovô. Infelizmente meu vó Enoque não está mais presente para saber da incrível notícia da conclusão do mestrado. Perder-te, grande amargura trouxe ao meu coração. A neta ausente, sempre estudando e trabalhando, não dei a atenção que gostaria, ainda mais em tempos de pandemia e distanciamento social em que me mantive longe.

No mais, sou grata por todo o processo, pelas lutas e vitórias, pois tudo nesta vida tem um propósito.

RESUMO

Esta pesquisa se propôs a analisar as disputas políticas que ocorreram em Sergipe no início da República e que tiveram como atores principais os republicanos históricos contra os antigos grupos monarquistas que aderiram ao novo sistema de governo após o golpe de 15 de novembro de 1889. Teve como finalidade estudar as práticas políticas adotadas por ambos os grupos, como ocorriam as disputas pelo poder e quais as mudanças que ocorreram no cenário político sergipano após a mudança de regime. O estudo consistiu em analisar fontes históricas como jornais, obras literárias de republicanos históricos, cartas de adesão à República feita pelos ex-monarquistas, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: República; Política; Poder, Século XIX.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the political disputes that took place in Sergipe at the beginning of the Republic and whose main actors were the historical republicans Against the old monarchist groups that adhered to the new system of government after the coup of November 15, 1889. Purpose to study the political practices adopted by both groups, how the disputes for power occurred and what changes occurred in the political scenario in Sergipe after the regime change. The study consisted of analyzing historical sources such as newspapers, literary works by historical republicans, letter of adhesion to the Republic made by x-monarchists, among others.

KEYWORDS: Republic; Politics; Power; 19th century.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Jornais utilizados na pesquisa p. 19

Quadro 2 – Relação e políticos sergipanos, filiações e posicionamentos p. 133

LISTA DE ABREVIATURAS

APES	Arquivo Público do Estado de Sergipe
BICEN	Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
BN	Biblioteca Nacional
BPED	Biblioteca Pública Epifânio Dória
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
PRFS	Partido Republicano Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. UM PANORAMA DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL E EM SERGIPE: REPUBLICANOS HISTÓRICOS E ADESISTAS	22
1.1 O CENÁRIO DA REPÚBLICA NO ÂMBITO NACIONAL	24
1.2 SERGIPE REPUBLICANO: ASPECTOS DA CAMPANHA E DA CONCRETIZAÇÃO DA REPÚBLICA	30
1.3 A POLÍTICA SERGIPANA SOB AS LENTES DOS JORNAIS: CRISE DO IMPÉRIO E CONCRETIZAÇÃO DA REPÚBLICA	49
2. ADESÕES AO REPUBLICANISMO EM SERGIPE	58
2.1 AS MANIFESTAÇÕES DE ADESÃO AO SISTEMA REPUBLICANO	60
2.2 A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS APÓS A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA	74
3. “O CASO DE SERGIPE”	85
3.1 O GOVERNO DO PRIMEIRO PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE SERGIPE E O GOLPE DO CORONEL VALADÃO	91
3.2 O CASO DE SERGIPE NOS JORNAIS	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS	133

INTRODUÇÃO

“Não temos a mínima hesitação em considerá-los na categoria dissolvente dos sediciosos e conspiradores, em classificá-los entre os inimigos da república”. Este trecho foi destacado do jornal *O Republicano* (nº 59, 5 de fevereiro de 1890, p. 03), em artigo intitulado “Os velhos partidos na república”. O autor problematiza sobre qual seria o espaço, no governo republicano, ocupado pelos integrantes dos antigos grupos monarquistas e, defende a ideia de que eles não poderiam ter influência no novo regime: “os dois partidos políticos dos tempos do império, (...) hoje menos que nunca, podem ter ação e influencia autonômica” (*O REPUBLICANO*, nº 59, 5 de fevereiro de 1890, p. 03).

O posicionamento exposto nessa folha demonstra um pensamento que vigorou, entre os muitos republicanos históricos, nos primeiros anos da República: o de que a liderança política no novo governo pertencia a eles, porque participaram da Propaganda Republicana. A curiosidade em saber como ocorreu esse processo e as disputas pelo poder impulsionaram o interesse em realizar este trabalho.

Portanto, esta pesquisa tem como assunto a luta pelo poder entre os republicanos históricos e os adesistas, no início da República em Sergipe e o recorte temporal é de 1889 até 1898, primeiros anos da nova forma de governo. Este trabalho será abordado sob a perspectiva da Nova História, tal como formulados pelos autores Jacques Julliard, Francisco Falcon, José D’Assunção Barros, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Maria de Lourdes Janotti, Tânia Regina de Luca, dentre outros.

Essa temática possui sua relevância devido ao interesse de conhecer e problematizar, sob novos referenciais de análise, essa fase da história do estado, compreendendo melhor as insatisfações da época e as diversas tensões políticas que ocorreram durante o referido período. Quanto à questão social, podemos destacar que o estudo desse assunto é importante para a sociedade sergipana devido à necessidade de entender o cenário político e as várias decisões tomadas por esses grupos no início da República que refletem até os dias atuais.

A importância deste trabalho é justamente por desenvolver uma temática tão significativa para todos os brasileiros. A Proclamação da República é uma das datas cívicas mais importantes do país e considerado um dos acontecimentos mais admiráveis da nossa história (NEVES, 2003, p. 13).

Como exemplo, outro dia, em sala de aula, uma aluna do Ensino Fundamental fez a seguinte pergunta: “tia, por que os europeus se acham tão desenvolvidos, mas ainda existem países por lá que são monárquicos?”. Para além de explicar como são formadas as monarquias atuais, que não se inserem mais nos moldes absolutistas, foi impressionante constatar, na prática, como está enraizada no imaginário popular essa ideia que associa a República ao desenvolvimento e ao progresso. Alguém tão jovem (12 anos de idade) e já possui tal pensamento.

Souza Neves (2003, p. 13) explica que o golpe de 15 de novembro “se inscreve nos livros escolares e no imaginário coletivo como um acontecimento fundador do que somos”. Esta pesquisa pretende desenvolver uma melhor compreensão dessa fase política tão relevante para o Brasil. Através dela conseguimos compreender que o jogo político nos primeiros anos da República era extremamente complexo e continuava violento mesmo depois de tantas promessas de Democracia, Liberdade, “coisa pública”, o “bem de todos”, isto é, ideais tão propagados pelos republicanos históricos, mas que nem eles mesmos tinham convicção ideológica suficiente para colocá-las em prática.

Portanto, almeja-se que por meio deste estudo colaboremos com o entendimento das relações políticas e sociais existentes no Brasil, sob a perspectiva da Nova História e da Cultura Política. Diante disso, o problema histórico investigado por esta pesquisa tem como base elucidar as disputas entre os grupos políticos de Sergipe, durante os primeiros anos da República (1889-1898). É possível identificar se existiam distinções ideológicas claras entre esses grupos? Dentro dessa questão, é plausível constatar se havia partido político formado por Republicanos Históricos e outros formados por Republicanos Adesistas? De que maneira a historiografia conceitua essas nomenclaturas (republicanos históricos e adesistas)? Como ocorriam essas disputas pelo poder político na localidade?

Outras questões emergem: como esses acontecimentos (disputas) eram relatados nos jornais com o objetivo de manipular a opinião pública? Quais similitudes existem entre as características desse processo que ocorreu em Sergipe que também ocorria em outras localidades do Brasil (tanto na capital federal quanto em outras províncias)? Relacionado a esse questionamento, quais peculiaridades são possíveis constatar na história dos primeiros anos da República em Sergipe que não aconteciam em outras regiões?

Este trabalho se propõe a compreender os principais conflitos ocorridos no cenário político sergipano, entre republicanos históricos e adesistas, suas ideias, projetos e práticas no início do período republicano (1889-1898). Além de ter o intuito de revisar o conhecimento

historiográfico sobre a caracterização dos republicanos adesistas e históricos e estudar as particularidades de Sergipe em relação ao que ocorria nas outras províncias do país e observar as relações de poder exercidas entre eles. Além de verificar a caracterização dessas categorias de divisão entre os republicanos para a realidade do estado de Sergipe, considerando a especificidade da região e conhecer quais as atitudes tomadas pelos principais grupos políticos para continuarem no poder.

Busca-se explicar como ocorreu a campanha republicana e a Proclamação da República para entender a participação dos históricos defensores da República no cenário político brasileiro nesse período de transição de sistemas políticos. Outro ponto importante é compreender como ocorreu a união desses republicanos históricos com o patronato rural (descontentes com a abolição), saber como isso marcou os primeiros anos da era republicana neste estado federativo e esmiuçar os modos como essas alianças influenciaram as disputas pelo poder político.

O interesse em desenvolver uma pesquisa sobre esse tema surgiu após o desenvolvimento do trabalho monográfico de conclusão do curso de História, na Universidade Federal de Sergipe, que teve como título: *Análise do Pensamento Republicano do Professor Sergipano Balthazar de Araújo Góes (1853-1913)*. Nesse trabalho foi analisado o pensamento e convicções republicanas do referido professor, sendo examinado também o movimento republicano. Do estudado, surgiu o interesse em aprofundar o tema e saber como os republicanos históricos conseguiram conduzir a vida política do estado após o golpe de 1889 e detalhar melhor as razões de tantos embates em Sergipe nesse período.

Nesse momento foi constatada uma grande identificação em como as pessoas inquiriam mudar a situação vigente que os desagradava. Para completar essa identificação, foi significativo pesquisar sobre o movimento que fez do dia do meu nascimento (15/11) feriado nacional, pois 104 anos depois do golpe do dia 15 de novembro de 1889, nasceria neste mundo cruelmente injusto e desigual esta amante da história, sempre muito ansiosa por mudanças.

Estudar as relações de poder existentes na sociedade fez esta estudante perceber o mundo ao seu entorno de maneira diferenciada. Foi constatado como as pessoas utilizam os artifícios que têm (e que podem ter) para terem seus objetivos alcançados, cada uma a sua maneira. E fez com que se observasse como estava inserida nesse processo social, questionando aqui e ali sua comunidade familiar, religiosa, social e política. Como dizia Oliver Wendell Holmes: “Quando a mente é expandida por uma nova ideia, ela nunca volta a

se reduzir à sua dimensão anterior”. O conhecimento é um caminho sem volta, não é possível enxergar o mundo da mesma maneira que antes.

Diante de todos esses questionamentos, foi empreendida uma busca por respostas e foi constatado que há muitos trabalhos acadêmicos e obras literárias que tratam a respeito do movimento republicano, porém foi observado que existem poucos trabalhos que abordam as lutas pelo poder entre republicanos históricos e republicanos adesistas durante a primeira década, aqui em Sergipe.

Através de pesquisas no acervo digital do Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe, encontramos alguns trabalhos acadêmicos, nos quais seus estudos estão centralizados no referido período, que abordam a temática da República, porém sob outro viés. São pesquisas na área de Educação, Sociologia e Direito. Já ao que diz respeito aos trabalhos historiográficos, os que mais se aproximam da temática estão mais voltados para a linha cultural.

Além do mais, essa pesquisa é relevante, pois através dela será possível trazer ao público acadêmico e à sociedade em geral, qual foi a atuação dos partidos políticos na época e como estavam configurados. É, também, de grande relevância entender como foi construído o cenário político republicano em Sergipe e sua contribuição na busca da democracia tão propagada pelos ideários republicanos. Portanto, a pesquisa proposta por este projeto propõe algo novo, contribuindo assim, para o avanço nas pesquisas.

Em relação à discussão teórica, este estudo utilizará como abordagem conceitos da Nova História Política e as relações de poder, sob a perspectiva da Nova História, tal como formulados pelos estudiosos Jacques Julliard, Francisco Falcon, José D’Assunção Barros, Pierre Bourdieu e Michel Foucault. Vale ressaltar a mudança do conceito de documento, sendo um produto cultural, como aponta Maria de Lourdes Janotti (2008).

Ainda em relação ao estudo do conceito de poder, outro estudioso indispensável é Pierre Bourdieu. Segundo ele, existe o poder simbólico que é um poder invisível, persuasivo e que está relacionado à significação. Esse poder simbólico é um poder de construção da realidade (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Essas novas abordagens sobre o poder e o político foram auxiliadas pelo conceito de Cultura Política. Serge Bernstein (1988, p. 352) afirma que a cultura política tem forte relação com a cultura global de uma sociedade, porém seu palco de atuação é apenas o Político.

Defende que em um país existem diversas culturas políticas que coexistem e partilham alguns valores entre si.

Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21-23) define a cultura política como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano”. Toda cultura perpassa pelas instituições sociais, como família, escola, igreja, partidos políticos, associações de trabalhadores, dentre outros. Esse conceito contribuiu bastante com a renovação do campo político, pois estuda os valores que uma sociedade tem em face ao Estado. Como toda cultura, ela é construída socialmente, passível de mudanças ao longo do tempo e não pertence somente a um indivíduo, mas a um grupo.

A Cultura Política é uma nova perspectiva de análise que foi desenvolvida no século XX, porém se inspira em produções oitocentistas, como *A Democracia na América* (1835), de Tocqueville, e o aporte teórico sobre o termo Kultur dado pelos intelectuais alemães. Nas décadas de 1950 e 1960 esse novo conceito, Cultura Política, ganhou espaço no debate acadêmico norte americano, dentro das ciências sociais. Inicialmente, os estudiosos do tema tinham o objetivo de entender a origem dos sistemas democráticos, pois acreditavam que o paradigma iluminista, com a ideia de que o homem é um ser político racional não conseguia explicar todas essas questões. Uma vez que, segundo eles, os integrantes de uma democracia teriam valores políticos introjetados em seu interior (MOTTA, 2009, p. 15-16).

Segundo Motta (2009, p. 17-20), as primeiras reflexões estavam mais voltadas para uma perspectiva etnocêntrica (ideia de subcultura), que admitia três tipos de cultura política (paroquial, de sujeição e participativa). Mas admitiam sociedades com situações híbridas, ou seja, que esses três tipos de cultura política podiam existir de maneira simultânea numa sociedade. A partir da década de 1980, os historiadores franceses passaram a utilizar a Cultura Política em seus trabalhos com o objetivo de encontrar as diversas culturas políticas, as chamadas “famílias políticas”, que existem numa mesma sociedade e as disputas simbólicas que ocorrem entre elas.

Nesse mesmo sentido, mas dando ênfase ao campo do poder político, Motta (2009, p. 30) cita a conciliação como sendo um traço marcante da cultura brasileira que se estende para além do campo político: “A força da tradição conciliatória no Brasil”.

Outro conceito importante a se discutir, visto que será imprescindível para o desenvolvimento da dissertação, é o de discurso. Segundo Barros (2004, p. 39), a nova definição de poder possibilitou explicar melhor o que é o discurso e como ele está inserido

nas relações sociais. Esse discurso pode ser tanto oral quanto escrito e são produzidos por cada sociedade.

É muito relevante analisar as reflexões sobre o discurso realizadas pelo filósofo Michel Foucault. De acordo com o autor supracitado em seu livro *A Ordem do Discurso*, o discurso não é somente as disputas dos sistemas de dominação, mas é também aquilo pelo que se disputa, isto é, o discurso é o que queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2007, p. 10).

Segundo ele (2007, p. 8-9), todo discurso é produzido sob uma série de procedimentos ao qual é submetido e controlado, é feita uma seleção e organização sobre o que se transmite, mediante intenções que se sujeitam aos interesses de cada grupo ou sociedade.

Portanto, o aporte teórico principal desta dissertação está sustentado nas reflexões sobre poder e política de José D'Assunção Barros, partidos e cultura políticos desenvolvidos por Serge Bernstein; nos estudos de cultura política brasileira de Rodrigo Patto Sá Motta.

O principal referencial metodológico deste trabalho são as premissas de abordagem sobre a imprensa elaborada pela historiadora Tânia Regina de Luca, pesquisadora de temas relacionados à Historiografia, História Social da Cultura, História da Imprensa que aponta a pesquisa que utiliza jornais como fontes, é preciso seguir alguns procedimentos metodológicos importantes, como procurar as fontes em diversos arquivos; observar questões importantes tais como “periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade” (LUCA, 2008, p. 142).

A Imprensa não pode ser considerada uma fonte totalmente fiel à veracidade dos acontecimentos que ocorreram no passado, assim como, nenhum documento pode ser entendido como cem por cento imparcial. Então, cabe ao pesquisador analisar os periódicos entendendo que eles têm suas características próprias que vão para além da informação que veiculam, pois refletem o relacionamento existente entre esses documentos e a sociedade que os produziu. Ao trabalhar com a Imprensa como fonte histórica precisamos estar atentos ao papel que ela desempenha numa sociedade, pois enquanto formadora de uma opinião pública, ela constrói e difunde uma visão de mundo, mobiliza as pessoas a aderirem ou recusarem um movimento social, dentre outras ações que realizam dentro de um meio social (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

De acordo Cruz e Peixoto, o material produzido pela imprensa não serve para que façamos uma pesquisa de como era a realidade num determinado período, mas como meio para desvendar “as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e

instituição do social que esta relação propõe” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260). Não podemos estudar uma notícia isolada, e sim analisar aquele material observando qual a proposta do jornal que veiculou tal notícia e qual o contexto que estava inserido, isto é, “desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Investigar quem era responsável pelo jornal e seus principais colaboradores, o público-alvo, como esse jornal era mantido¹ e examinar todo esse acervo selecionado a partir dos questionamentos ou o problema do objeto de pesquisa abordado (LUCA, 2008, p. 142).

Houve dificuldade na leitura dos jornais, devido à natureza do material ser frágil, pois se trata de papel confeccionado há mais de 100 anos (final do século XIX) e que, pelo menos a maioria, não foi devidamente preservado, muitos sofreram mutilações o que impossibilitou a leitura básica.

Para sanar essas lacunas (mutilações) utilizamos o método comparativo em diversos periódicos. Esse método também está sendo utilizado para descobrir informações que não contém em alguns jornais, como por exemplo, nome de proprietários e redatores e a frequência de publicações.

Quanto à influência político-ideológica de seus proprietários e redatores, foi realizada pesquisa no dicionário Biobibliográfico Armino Guarani para descobrir o histórico de cada um. A dificuldade encontrada é que as biografias de alguns integrantes desses jornais não estão inseridas nesse dicionário. Porém, essa ausência pode falar alguma coisa que a presença não falaria: provavelmente essas pessoas que foram excluídas é porque não tiveram um destaque muito importante na política do estado, o tiveram de forma efêmera ou, ainda, foram excluídas devido a relações de grupos políticos, um grupo mais poderoso apagou o vencido.

No que diz respeito à relevância das fontes selecionadas para a pesquisa, pode-se citar que através dos jornais é possível identificar o posicionamento político de cada um, através das críticas e/ou elogios que faziam sobre assuntos como: o governo do estado e ao federal em voga à época e ao anterior; grupos e partidos políticos; pessoas em especial; outros jornais.

Toda essa mudança conceitual, já citada anteriormente, contribuiu para o alargamento dos procedimentos metodológicos na pesquisa histórica. Conforme afirma a historiadora Tania Regina de Luca (2008, p. 128), a renovação do político muito imbricado,

¹ Mantido financeiramente.

também, com o cultural passou a se basear, bastante, nos periódicos como fonte principal de investigação histórica. Uma vez que revela aspectos importantes do cotidiano e escreve uma série de “lance dos embates na arena do poder”.

É inegável o caráter político dos impressos, já que os jornais foram o principal meio de informação e comunicação durante boa parte da história, sendo que era bastante usado para difundir ideais e posicionamentos políticos. Além de que muitas pessoas faziam uso desses jornais como mecanismo de contestação da ordem vigente.

Conforme defende a pesquisadora Fayga Marcielle Madeira de Oliveira (2012, p. 2-7), a propaganda, através dos periódicos, era um dos poucos meios de contestação para as pessoas que não detinham espaço no campo político, ou seja, aqueles que não tinham o direito à palavra.

O historiador Nelson Werneck Sodré (1966, p. 223), pioneiro no estudo da imprensa brasileira, afirma que todas as situações experimentadas pela sociedade eram refletidas nos periódicos, através de suas publicações. É relevante ressaltar que além de publicar as notícias, os periódicos demonstravam se posicionar frente aos diversos acontecimentos vivenciados por seus redatores que acabavam influenciando a opinião pública.

O historiador e professor da Universidade Federal do Pará, William Gaia Farias (2009, p. 306), comunga do mesmo posicionamento de Werneck Sodré, isto é, que os jornais são promovedores de propostas políticas e difundem princípios e interesses de determinados grupos e partidos políticos.

No que tange ao republicanismo no século XIX no Brasil, Sodré (1966, p. 225) revelou que, baseado em suas pesquisas, foi possível constatar que a partir de 1870, quando é fundado o primeiro Partido Republicano por Quintino Bocaiuva em São Paulo, alguns proprietários e redatores de jornais que comungavam dos mesmos ideais passaram a divulgar assuntos mais relacionados à política.

Segundo Luca (2010, p. 133), a imprensa do século XIX comumente tinha um caráter um tanto doutrinário, e era usada como um meio de luta política, sendo na maioria dos casos fruto de um indivíduo que pagava os custos do processo de produção do material jornalístico.

De acordo com Rabelo (2013, p. 179), nesse mesmo século, mais precisamente no Segundo Reinado, a imprensa no Brasil passou a ser um mecanismo mais utilizado para defender o posicionamento político daqueles que organizavam cada jornal. Dentre as diversas

tipografias que surgem, estavam periódicos contrários à forma de governo monárquico, ou os que militavam contrários à escravidão. Esses periódicos não visavam tanto o retorno financeiro, mas sim buscavam um lugar de fala, uma oportunidade de debater questões político-ideológicas.

As fontes principais utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho foram jornais publicados no estado de Sergipe, dentre eles *Correio de Sergipe*, *Gazeta de Sergipe*, *O Horizonte*, *O Republicano*, *A Razão*, *o Estado de Sergipe*, *A Reforma*, *Nova Era*. Os periódicos utilizados para a construção deste capítulo foram: *Jornal Gazeta de Notícias* (RJ), *O Economista* (Portugal), *Commércio de Portugal* (Portugal), *República: Fusão do Libertador e Estado do Ceará* (CE), *O Diário Oficial de Sergipe* (SE), *O Democrata Federal* (SP), *Jornal Pharol* (MG), *O Estado do Espírito Santo: Ordem e Progresso* (ES), *O Cachoeirano: Órgão do Povo – Columnas francas a todas as intelligencias* (ES), *O Correio Paulistano* (SP); *Órgão Republicano*, *A Federação: Órgão do Partido Republicano* (RS), *o Jornal do Brasil* (RJ) e *O Paiz* (RJ).

Em relação aos jornais supracitados, dispomos de alguns exemplares, coletados em vários locais que muito contribuíram para o andamento desta pesquisa. Boa parte desses periódicos pode ser consultada na Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED), localizada no Bairro 13 de Julho em Aracaju ou na hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), localizado no centro da capital sergipana. E no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES).

Tanto na BPED como no IHGSE os pesquisadores podem consultar o material in loco ou solicitar o arquivo digitalizado passado para um DVD. Já no APES a pesquisa somente é realizada no local. Outros periódicos podem ser acessados no acervo digital da Universidade Federal de Sergipe, importante trabalho que merece ser enaltecido, haja vista sua preocupação em salvaguardar fontes importantes para a história de Sergipe e para a pesquisa historiográfica.

Quadro 1 – Jornais utilizados na pesquisa

NOME	PROPRIETÁRIO/A	REDATOR	IDEOLOGIA	ANO (PESQUISA)
------	----------------	---------	-----------	-------------------

O Republicano	Josino Menezes	Josino Menezes, Felisbello Freire, Balthazar Góes, dentre outros.	Republicano	1888-1890
Correio de Sergipe	Olynto Dantas	Olynto Dantas; Alfredo Montes	Republicano	1891
Estado de Sergipe	Olímpio Campos	Olimpio Campos;	Ex-Conservador	1890
O Horizonte	Joaquim Anastácio de Menezes	Josino Menezes, Felisbello Freire, Balthazar Góes, dentre outros	Partido Abolicionista e Republicano	1885
A Reforma	José de Faro Rollemberg	Apulcro Mota; Gumersindo Bessa	Partido Liberal	1887-1889
Nova Era	Firmino Rodrigues Vieira	Firmino Rodrigues Vieira	Republicano	1889-1890
Folha de Sergipe	Capitolino Henrique da Costa	-----	Republicano	1890
Gazeta de Sergipe	Apulcro Mota	Apulcro Mota	Ex-Liberal	1890-1891
Gazeta de Notícias	José Ferreira de Sousa Araújo	Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e José do Patrocínio.	Abolicionista e Republicano	1894-1895
O Economista (Lisboa, Portugal)	Antônio Maria Pereira Carrilho	-----	-----	1895
Diário Oficial de Sergipe	Estado de Sergipe	Apulcro Mota	-----	1894
O Paiz	João José Reis Junior	Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva	Republicano	1894-1895
Commércio de Portugal	Visconde de Malício	-----	-----	1896
A República: Fusão do libertador e estado do Ceará	Propriedade da Associação Anônima Ceará-Libertador	-----	Republicano	1895
O Democrata Federal	-----	A. Moreira da Silva	Partido Liberal	1895
O Estado do Espírito Santo: Ordem e progresso (ES)	Partido Republicano Construtor. (Foi fundado por Moniz Freire e Cleto Nunes)	-----	Órgão do Partido Republicano Construtor. Moniz Freire, um de seus fundadores, foi membro do antigo Partido Liberal	1895
O Cachoeirano: Órgão do povo – columnas francas a todas as intelligencias (ES)	Propriedade de uma associação	Bernardo Horta e Victor de Moraes	Republicano	1895
Correio Paulistano	Órgão Republicano	-----	Partido Liberal	1895

A Federação: Órgão do partido republicano do Rio Grande do Sul	Eduardo Marques	-----	Republicano	1895
---	-----------------	-------	-------------	------

As Cartas de Adesão estão salvaguardadas no acervo do APES. Algumas dessas Cartas foram localizadas no APES e outras estão contidas no apêndice do livro de Baltazar Góes. Todas são importantes, pois nelas constam os nomes dos políticos sergipanos que eram monarquistas até a Proclamação da República e mudaram de posicionamento apenas para continuar participando da política e concorrer às eleições. Consultamos, também, os Anais do Senado, Sessões de 16 de agosto a de 15 de setembro, de 17 de setembro a 15 de outubro e de 16 de novembro a 20 de dezembro 1894.

Os relatórios dos presidentes do estado foram importantes para esta pesquisa, pois conseguimos constatar as dificuldades encontradas pelos governantes e suas medidas para governar o estado de Sergipe. Esses relatórios foram consultados no IHGSE, através do acervo digitalizado passado para um DVD.

As outras fontes foram dois livros que encontramos no setor de obras raras da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN): *A República em Sergipe*: apontamentos para a história de Sergipe, 1870-1889², de Baltazar Gois, e *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*, de Felisbello Freire.

Quanto à estrutura textual desta dissertação, ela está dividida em três capítulos: “Um Panorama da Construção da República em Sergipe: republicanos históricos e adesistas”; “Adesões ao Republicanismo em Sergipe”; e “O Caso de Sergipe: o golpe de 1894”.

No primeiro capítulo, “Um Panorama da Construção da República em Sergipe: republicanos históricos e adesistas” nos propusemos a fazer contextualização da situação política, econômica, cultural e social do Brasil e de Sergipe entre 1889 e 1898. Nesse período se enquadra os acontecimentos que precedem a Proclamação da República até o início do governo do Monsenhor Olímpio Campos, que marca o princípio dos governos oligárquicos em Sergipe.

O capítulo 2, “Adesões ao Republicanismo em Sergipe”, foi dedicado para estudar a situação de diversos políticos que pertenciam aos dois partidos monarquistas, durante o Império, aderiram ao novo sistema de governo assim que constataram que a situação

² A versão utilizada neste trabalho foi uma reedição feita pela Secretaria de Estado da Cultura, em 2005.

(República) era irreversível. Essa situação é importante, pois mostra como ocorria a manipulação do poder, sem convicções ideológicas, apenas ansiando pela liderança política do estado.

Na terceira parte, “O Caso de Sergipe: o golpe de 1894” foi analisada uma revolta realizada pelos republicanos históricos contra o governo de José Calasans que foi o primeiro governador do estado de Sergipe eleito constitucionalmente. Este pertencia ao grupo dos antigos monarquistas que se tornaram republicanos apenas depois do Golpe de 15 de novembro de 1889.

1. UM PANORAMA DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL E EM SERGIPE: REPUBLICANOS HISTÓRICOS E ADESISTAS

Neste capítulo será realizada uma contextualização da situação política, econômica, cultural e social do Brasil e de Sergipe entre 1889 e 1898. Nesse recorte temporal se enquadram os acontecimentos que precedem a Proclamação da República até o início do governo do Monsenhor Olímpio Campos que marca o princípio dos governos oligárquicos em Sergipe.

Outro objetivo que se pretende realizar neste capítulo é o de explicar como ocorreu a campanha republicana e a Proclamação da República em Sergipe e discutir a respeito da união dos intelectuais sergipanos com o patronato rural (descontentes com a abolição) e como isso marcou e caracterizou os primeiros anos da República neste estado, evidenciando como este aspecto influenciou as disputas pelo poder político, a exclusão dos indivíduos que continuaram sem participação, sempre sobressaindo os interesses da elite.

Segundo Ibarê Dantas (2004, p. 19), o estado de Sergipe possuía, no ano de 1890, 33 sedes de município, sendo que 24 eram vilas e apenas 9 delas eram consideradas cidades. Estas eram: Aracaju, Laranjeiras, Maruim, São Cristóvão, Estância, Lagarto, Capela, Propriá e Itabaiana. Algumas dessas vilas ganharam o estatuto de cidade ao longo da década de 1890, como é o caso de Riachuelo, Simão Dias e Porto da Folha. Sergipe, em 1890, era uma província que contava com 89% da população analfabeta e os meios de transportes eram bem precários, valendo-se apenas de barcos, carro de boi e cavalo (DANTAS, 2004, p. 22). Visto que, não possuía uma Estrada de Ferro, como será mencionado no tópico 1.2 deste trabalho.

A província de Sergipe, em 1872, tinha uma população de 176.243 habitantes, como consta no Censo Demográfico de Sergipe de 1872. Em 1890, já possuía em torno de 310.926 habitantes³. Abaixo, discorreremos sobre as cidades que mais serão mencionadas nessa dissertação.

³ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil – 1967**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967, p. 35-36. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1967.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

Aracaju era capital desde 1855. Em 1872⁴, tinha uma população de 9.559 pessoas, e, em 1890⁵, já contava com 16.336 habitantes. Possuía o teatro São José, uma Biblioteca Pública, a fábrica Sergipe Industrial. No entanto, sua infraestrutura era precária e sofria com diversas epidemias. A cidade de Estância, por sua vez, era considerada um importante centro cultural e econômico. Para elencar alguns motivos, os principais são: clima agradável, água de qualidade, 19 engenhos de açúcar, a Lira Carlos Gomes, e possuía comércio e indústria importantes. Tudo isso para o desfrute de uma população de 14.555 habitantes⁶. Além de que, foi nessa localidade que surgiu o primeiro jornal da província: o *Recopilador Sergipano*, em 1832 (DANTAS, 2004, p. 18-20). Nesta cidade foi criado o primeiro Clube Republicano de Sergipe.

No Vale do Cotinguiba, região desenvolvida economicamente pelo cultivo da cana-de-açúcar, beneficiada pelas condições do solo e proximidade com a Bacia do Cotinguiba, nasceu uma das cidades mais importantes desse período: Laranjeiras. Era uma localidade muito próspera, com 11.350 habitantes⁷, diversos jornais, 38 engenhos e foi o centro da campanha republicana, justamente, por ser uma região tão bem-sucedida, possuir vários profissionais liberais e estudantes e uma economia valorizada pela produção açucareira. Outra cidade, que se destacou bastante no século XIX, foi Maruim que também está fixada no Vale do Cotinguiba. Com uma população de 7.851 pessoas⁸, 14 engenhos e um porto movimentado, utilizado para escoar os produtos açucareiros (DANTAS, 2004, p. 19-20).

Nossa discussão está organizada em duas partes: o cenário da República no âmbito nacional, incluindo o contexto político de Sergipe na transição da Monarquia para o sistema republicano e como os jornais sergipanos elaboraram as críticas e os principais acontecimentos. Os jornais pesquisados *O Horizonte* (1885), *O Republicano* (1888-1890), *A Reforma* (1887-1889), *Estado de Sergipe* (1890) e *Nova Era* (1890). *O Horizonte* foi um periódico que difundia ideias republicanas e abolicionistas. Pertencia a Joaquim Anastácio de Menezes.

O Republicano foi fundado por Josino Menezes, farmacêutico, filho de Joaquim Anastácio de Menezes e forte defensor da abolição da escravidão e da implementação da

⁴ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil 1872 – Sergipe**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v12_se.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA, op. cit., p. 35-36. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1967.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

⁶ Ibidem, p. 35-36.

⁷ Ibidem, p. 35-36.

⁸ Ibidem, p. 35-36.

República. Esse jornal começou a circular a partir de novembro de 1888 e tinha como diretor Felisbello Firmo de Oliveira Freire e redatores Josino Menezes e Balthazar Góes.

A *Reforma* era um órgão do Partido Liberal de Sergipe e tinha como redator Apulcro Mota que, com a Proclamação da República, fundou o periódico *Gazeta de Sergipe*. A folha *Estado de Sergipe*, por sua vez, foi criada por Olímpio Campos, antigo integrante do Partido Conservador.

É pertinente evidenciar uma bibliografia que muito contribuiu para a realização deste trabalho: *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*, de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná, é uma obra muito valiosa para o estado de Sergipe, pois dispõe a biografia de 640 personalidades sergipanas. Foi publicado em 1925, edição póstuma. Teve a organização de Prado Sampaio e Epifânio Dórea. Seu autor, Armindo Guaraná, nasceu em São Cristóvão em 4 de agosto de 1848 e faleceu em Aracaju em 10 de maio de 1924. Ao longo de sua vida se dedicou à magistratura, à política e contribuiu com uma série de jornais (BARRETO, 2007, p. 1).

1.1 O CENÁRIO DA REPÚBLICA NO ÂMBITO NACIONAL

Este subtítulo é dedicado ao relato dos acontecimentos que resultaram na Proclamação da República, como ocorreu a transferência de governo e análise das experiências de República em algumas localidades do Brasil, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, a cidade de Franca (São Paulo), Pernambuco e a região sul do Brasil. Assim, pretendemos contribuir com a reflexão que permita compreender como ocorreu esse processo por uma perspectiva regional. As linhas a seguir serão dedicadas a analisar o contexto nacional que culminou na ruína da Monarquia.

Ao falar de instabilidade na primeira República e de interferência do poder federal nas províncias, não podemos deixar de mencionar o conhecido caso que ocorreu na região sul do Brasil: a Revolta Federalista. Essa guerra civil é considerada por muitos como a mais tormentosa do início do período republicano brasileiro. Carlos Reverbel (2014, p. 25) considera a Federalista como a revolução consolidadora da República.

Estendeu-se de 1893, na vigência da República da Espada, até 1895, governo do primeiro presidente civil do Brasil: Prudente de Moraes (AXT, 2018, p. 106). Duas propostas políticas estavam em jogo: de um lado o parlamentarismo de Gaspar Silveira Martins e, do

outro, o Federalismo de Júlio de Castilhos. Este, por sua vez, tinha o apoio do Marechal Floriano Peixoto:

Gaspar Silveira Martins retomava o controle do Estado. Projetando a realização de eleições no dia 21, os gasparistas permaneceram nove dias no poder, sendo surpreendido por uma sedição castilhista armada com o apoio do Presidente da República Floriano Peixoto (AXT, 2018, p. 110).

Contudo, por ser uma revolta amplamente estudada, resolvemos dar notoriedade a outras questões menos discutidas⁹.

Como aponta Edna Maria Matos Antônio (2012, p. 13-14), o século XIX foi marcado, politicamente, pela influência da Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e a Revolta de São Domingos. Alguns movimentos contestadores surgiram e atingiram o Brasil como é o caso da Insurreição Pernambucana e a Revolução do Porto, que apesar de ocorrer em Portugal, teve relação com a independência do Brasil.

Com a independência do Brasil surgiram questionamentos acerca do modelo político adotado. As antigas colônias vizinhas conquistaram sua liberdade e implementaram um sistema republicano. A antiga América espanhola toda fragmentada em pequenos países se transformou em grande receio para alguns setores da sociedade brasileira.

De acordo com Matos Antônio (2012, p. 223-22), a adoção da República estava comumente relacionada à insegurança por parte dos grupos que dominavam política e economicamente o país. Essas ordens econômicas baseadas na escravidão enxergavam a Monarquia como instrumento capaz de preservar a ordem social do país. Contudo, a República não pode ser considerada como um sistema incompatível com a escravização.

De acordo com Ângela Alonso (2005, p. 69), o grupo dos conservadores era, em sua maioria, composto por burocratas e donos de terras com agricultura voltada para a exportação. Já os liberais eram proprietários que produziam para suprir o mercado interno. Esse era o padrão dos grupos monarquistas à época.

Tanto liberais quanto conservadores não tinham o interesse de democratizar o sistema político, de maneira a ampliar a participação popular. Ambos queriam assegurar a ordem sociopolítica vigente e preservar o status quo imperial (ALONSO, 2005, p. 69).

Uma observação importante feita por Motta, é que a mesma cultura política pode dar origem a vários partidos dentro de uma mesma comunidade: “É comum ver culturas políticas

⁹ Para mais informações sobre a Revolução Federalista ler Reverbel (2014).

dando origem a diversas formações partidárias, às vezes concorrentes na luta pelo papel de principal representante do grupo (...).” (MOTTA, 2009, p. 24).

Numa mesma sociedade pode haver características similares a diversos grupos que comprova a existência de uma Cultura Política compartilhada, sendo resultado da convivência e das experiências sociais, sendo perpassada pelas instituições sociais, como família, escola, igreja, partidos políticos, associações de trabalhadores, dentre outros (MOTTA, 2009, p. 26).

Durante o Segundo Reinado, mais precisamente em 1868, os desdobramentos da Guerra do Paraguai influenciaram a queda do Gabinete Liberal e a ascensão dos Conservadores. Por isso, em 1870, os liberais mais radicais publicaram o Manifesto Republicano e, posteriormente, fundaram o Partido Republicano em São Paulo, sob a liderança de Quintino Bocaiuva (OLIVA, 2013, p. 170).

Evaldo Cabral de Melo (1984, p. 191-192) afirma que o descontentamento com o Império crescia nas províncias nortistas que reclamavam a falta de melhoramentos de materiais para a lavoura, como construção de portos e estradas de ferro. Enquanto isso, as províncias do sul usufruíam dos recursos ofertados pelo governo central. Cita uma crítica veiculada no Diário de Pernambuco que os recursos nacionais eram dedicados apenas ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Localidades como Amazônia, Maranhão e Piauí não possuíam ferrovia e a justificativa dada pelo governo imperial era a de que eles tinham rios que facilitavam o transporte dessas mercadorias, mas esses canais não estavam em boas condições e o Estado não investia na desobstrução desses rios.

O historiador aponta que, apesar de ser uma região muito importante para o país, a lavoura necessitava de melhorar as condições de transporte de maneira a baratear o custo com essa parte que refletiria no preço de seu produto para que ele continuasse competitivo no mercado externo. Mas esses melhoramentos por parte do governo imperial não chegaram e foi algo danoso para a economia do norte do país (MELLO, 1984, p. 198).

Segundo Souza Neves (2003, p. 30-32), no final da década de 1880, o Brasil estava passando por uma agitação generalizada e, para comprovar isso, ela utiliza dois relatórios diplomáticos, de representantes da Espanha e do Reino Unido em que os mesmos relatam aos seus governos a situação em que o país se encontra. Um relatório é de junho de 1888 e o outro de dezembro do mesmo ano. Em que pese visão dos estrangeiros, tanto um relatório quanto o outro demonstra acreditar que as causas da instabilidade política se devem a doença do

imperador, a impopularidade da princesa Isabel entre os fazendeiros e o crescimento da campanha republicana.

Foi nessa década que cresceu a propaganda republicana feita, principalmente, por meio dos jornais. Em Minas Gerais, a propaganda foi realizada por meio de jornais, como *O Colombo*, que circulou no início da década de 1870, e tinha o objetivo de instruir as pessoas sobre os ideais da República, combater a Monarquia e divulgar a forma de governo republicana como a melhor opção de sistema político (CASTILHO, 2012, p. 5).

Castilho (2012, p. 8) enfatiza que os jornais da propaganda estavam, comumente, ligados aos clubes republicanos. Outra característica importante destacada por ele é a de que o republicanismo e o abolicionismo eram ideais que estavam muito associadas.

Um breve exame sobre a campanha em prol da República em outras regiões e, os primeiros anos após sua proclamação, ajudam a entender as similitudes existentes no processo que ocorreu em Sergipe que também ocorria em outras localidades do Brasil. No município de Franca, no interior paulista, a propaganda republicana começou na década de 1880, momento em que houve a intensificação da crise da Monarquia, como aponta Anderson Camelucci (CAMELUCCI, 2008, p. 15). Algo semelhante ocorreu no estado de Sergipe que, comprovadamente, só houve declarações públicas ao republicanismo nessa mesma década.

Nesse município (Franca), a propaganda republicana também utilizou bastante os jornais como propagadores de seus ideais e foi intensificada a partir da criação deles. Estes eram pertencentes aos integrantes da campanha em prol da República. Era característica marcante desses periódicos o fato de atacarem o Imperador e as instituições monárquicas (CAMELUCCI, 2008, p. 37).

Em Pernambuco, conforme a análise de Augusto César Acioly Paz Silva (2007, p. 2), o contingente de apoiadores republicanos anterior à Proclamação da República foi bem reduzido, pois segundo o autor, os republicanos locais não conseguiram alcançar uma projeção no Estado e o partido pode ser considerado incipiente. É algo instigante, visto que, essa província abrigou vários intelectuais de orientação republicana e foi berço da Escola do Recife, movimento intelectual e filosófico que floresceu entre as décadas de 1860 e 1880 e tinha como líder o sergipano Tobias Barreto.

José Murilo de Carvalho (1990, p. 41) discorre a respeito das disputas políticas entre os republicanos, nos anos finais do Império, devido à heterogeneidade de pensamentos e objetivos. O que ele denomina de republicanos históricos não positivistas eram os

considerados a favor de um governo democrático, uma República Representativa, a exemplo do modelo norte-americano e da terceira República Francesa. Já os militares, em sua maioria, eram positivistas, sociocráticos e não admitiam a forma de governo representativa. Almejavam uma República nos moldes da Roma Clássica, em que haveria um ditador com cargo vitalício e com a possibilidade de escolher seu sucessor.

Para Augusto César Acioly Paz Silva (2007, p. 2), existiam duas correntes ideológicas entre a maioria dos propagadores da República: a de orientação norte-americana e a francesa. Esta estava dividida em dois grupos um de caráter mais radical, o jacobinismo, e outro mais conservador, os positivistas. A norte-americana, por sua vez, era a favor do federalismo. Além dessas divisões ocorridas por razões ideológicas, existiam categorias, também, no que tange ao período de filiação ao ideário republicano.

Os republicanos históricos queriam o apoio do Exército para proclamar a República, mas esse grupo seria apenas um instrumento. Os deodoristas¹⁰, por sua vez, queriam a participação dos históricos no movimento apenas para aparentar uma espécie de apoio popular. Esses deodoristas, dentro do grupo dos militares, eram os oficiais superiores que haviam lutado na guerra contra o Paraguai e jovens oficiais que fizeram a mobilização das tropas. Viam a proclamação como um ato militar e queriam prestígio e poder em reconhecimento aos trabalhos prestados na guerra (CARVALHO, 1998, p. 39).

Pouco tempo antes do golpe, os republicanos se aproximaram dos militares para incitá-los ainda mais contra o Império. Próximo ao dia que ocorreria o planejado, os conspiradores se reuniram na casa de Deodoro da Fonseca¹¹ para combinarem o levante. No dia 15 de novembro, as forças militares organizadas contra a monarquia se amotinaram na praça onde ficava o quartel. Depois de uma espécie de passeata militar pela manhã, foi deposto o gabinete Ouro Preto e proclamada a República (BELLO, 1976, p. 28-29).

Conforme Mary Del Priore (2013, p. 276), foi entregue a D. Pedro II o ultimato: “O governo provisório esperava de seu patriotismo o sacrifício de deixar o território nacional em 24 horas”. A realeza tratou de organizar seus bens pessoais e Gastão de Orleans, o Conde d’El, se encarregou de averiguar sobre os recursos que a família real receberia para sobreviver no exílio.

¹⁰ Objetivavam a liderança política do Marechal Deodoro da Fonseca.

¹¹ Deodoro havia ganhado muito prestígio em meio aos militares.

Bello (1976, p. 34), por sua vez, afirma que a família real foi despachada para o exílio na Europa sem nenhuma resistência do monarca e nem dos outros membros. Enquanto isso foi instaurado um governo provisório para garantir a integridade da nação e para honrar com diversos benefícios do Estado, como por exemplo, assegurar o perfeito funcionamento dos da administração, dos órgãos e instituições governamentais e os compromissos a nível nacional e estrangeiro.

Em relação às reações contrárias ao novo governo, as que mais se destacaram foram a do Visconde de Ouro Preto e a do Silveira Martins, que acabaram exilados. Fora essa situação, em todo o território nacional o clima foi pacífico. Os presidentes das províncias aceitaram o ocorrido sem resistência, entregando o governo sem dificuldade. Os países vizinhos receberam a notícia de maneira muito positiva. A Argentina, inclusive, chegou a prestar homenagens especiais à proclamação republicana brasileira (BELLO, 1976, p. 39).

De acordo com Fábio Francisco de Almeida Castilho (2012, p. 2), assim como em outras localidades do Brasil, a população do Sul de Minas Gerais foi surpreendida pela notícia da Proclamação da República, apesar de que naquela região já havia jornais que participavam da campanha republicana e faziam sua propaganda, o principal deles era *A Revolução*. O Partido Republicano se encarregou de festejar e de divulgar a notícia a toda população.

Depois da Proclamação da República o discurso do periódico *A Revolução*, na região sul de Minas Gerais, continuou bastante incisivo, agora defendendo a ideia de que os republicanos históricos deveriam dominar o poder político da região. Afirmavam que os políticos dos antigos grupos monarquistas estavam corrompidos com as ideias e práticas retrógradas de outrora. Alguns compactuavam a ideia de já que os republicanos não puderam compor o governo monarquista, os antigos monarquistas também não podiam fazer parte do novo governo (CASTILHO, 2012, p. 8-11).

Vejamos a seguir um trecho da situação política nos primeiros anos da República, a que gerou no grupo dos históricos o desejo de organizarem um movimento a fim de separar o sul de Minas e construir outra federação:

Proclamada a República o grupo responsável pela editoração dos periódicos republicanos se viu excluído pelo novo governo instalado em Minas Gerais. Com o comando de Cesário Alvim os principais cargos ficaram nas mãos dos chamados republicanos adesistas, enquanto os históricos permaneceram alijados (CASTILHO, 2012, p. 11).

Os primeiros anos desse novo sistema político, no Brasil, foram marcados por práticas sociais excludentes, próprias da “velha ordem”. As antigas elites políticas se adaptaram à nova forma de governo rapidamente para permanecerem no poder.

1.2 SERGIPE REPUBLICANO: ASPECTOS DA CAMPANHA E DA CONCRETIZAÇÃO DA REPÚBLICA

Nas páginas que se seguem trataremos de alguns pontos significativos para este estudo, que são: um aspecto da história política sergipana, principalmente, poucos anos antes da Proclamação da República, as disputas entre os Partidos Conservador e Liberal, a Campanha Republicana, o decréscimo da economia açucareira, devido a uma gradativa falta de mão de obra, que se agravou com a Lei Áurea, as tensões que envolveram a notícia da mudança de governo, a intensificação das disputas políticas e os governos que se seguiram durante o período que compreendeu de 1889 até 1898.

Dedicamos uma parte deste subtítulo para fazer um trabalho prosopográfico, isto é, analisar a trajetória de sujeitos que fizeram parte do processo político sergipano no período estudado. A prosopografia é chamada também de biografias coletivas, como aponta Renato Pasti e Gilson Brandão Junior:

As biografias coletivas ou prosopografia têm se destacado recentemente como um dos mais valiosos métodos para a pesquisa historiográfica, sendo caracterizada como investigação dos elementos comuns de um grupo, a partir das histórias de vida de sujeitos que, na pesquisa, se tornam figuras representativas das expressões sociais coletivas (PASTI; JUNIOR, 2019, p. 30).

De acordo com a professora Terezinha Oliva (2013, p. 162), após a independência do Brasil, D. Pedro I reconheceu a autonomia¹² de Sergipe em relação à Bahia. A então província passou a fazer parte do Estado Nacional Brasileiro e surgiram os primeiros partidos políticos: o Liberal e o Corcunda¹³. Desde esse período que os integrantes dos dois partidos viviam em conflito, se digladiando pelo poder e cargos políticos de Sergipe. Ambos representavam os interesses da elite econômica, na maioria senhores de engenho, e tentavam exercer controle sobre o poder local.

¹² D. Pedro I reconhece carta imperial de 8 de julho de 1820, assinada pelo seu pai, D. João VI. Visto que, com o retorno de D. João a Portugal por causa da Revolução do Porto, os baianos descumpriram, em 1821, o decreto que tornava Sergipe independente da Bahia.

¹³ Apelido para “Conservador”.

A história política de Sergipe foi marcada por atos de violência realizados pelos dois grupos¹⁴ envolvidos, como falsificações das atas de eleições, perseguições políticas, invasão de cidades, assassinatos, dentre outras ações igualmente violentas¹⁵ (OLIVA, 2013, p. 165).

Em Sergipe, durante o Segundo Reinado, Liberais e Conservadores, respectivamente, Camundongos e Rapinas, se revezavam no poder, devido à política de alternância¹⁶ de partidos exercida por D. Pedro II. A historiadora Terezinha Oliva (2013, p. 166) afirma que ambos eram representantes da mesma classe econômica, porém sempre se enfrentavam com violência.

Sobre a economia sergipana, Passos Subrinho (2000, p. 54) indica que, no século XVIII, a província começou a ter um maior destaque por causa do crescimento da produção de cana-de-açúcar, mas ainda muito vinculada à Bahia. No século XIX, a plantação canavieira estava espalhada por várias partes de Sergipe, porém tendo mais destaque no Vale do rio Cotinguiba¹⁷ por causa das condições geográficas favoráveis, como solo de massapê e chuvas perenes.

A indústria açucareira sergipana era tão considerável que segundo Regina Calazans, que o sucesso da produção do açúcar contribuiu para o desenvolvimento da indústria têxtil no final do século XIX e início do XX, pois, segundo ela: “A fábrica produzia brim, cetim, burgariana, algodãozinho, estopa e, principalmente, sacos para embalagem de açúcar. Dessa forma, o sucesso da indústria açucareira em Sergipe contribuía para o avanço da indústria têxtil” (CALAZANS, 2013, p. 29).

Bruna Morrana dos Santos (2018, p. 24) afirma que, em 1860, houve um surto da produção algodoeira por causa do crescimento da demanda internacional, provocada pela Guerra de Secessão norte-americana. No mais, a economia da província tinha por base a monocultura e era dominada pelos grandes proprietários de terras e de escravizados.

O historiador pernambucano Evaldo Cabral de Melo, em seu livro *O Norte Agrário e o Império*, colocou Sergipe no rol das províncias que foram esquecidas pelo Império. Dois projetos para construção de estrada de ferro haviam sido realizados na década de 1870, um

¹⁴ Em alguns poucos momentos a situação entre eles foi de acordo, porém de tempos em tempos os conflitos voltavam a ocorrer.

¹⁵ Como no caso da Revolta de Santo Amaro, em 1836, que era reduto dos liberais e sofreu reação dos conservadores e a vila foi invadida, saqueada, o livro dos votos foi roubado, dentre outras atrocidades.

¹⁶ Possibilitada pelo Parlamentarismo às avessas.

¹⁷ É uma das principais bacias que formam o rio Sergipe. Nasce em Areia Branca e desemboca no município Nossa Senhora do Socorro, próxima à capital. Durante seu trajeto banha importantes cidades que se destacam na produção açucareira desenvolvida às suas margens (LIMA; PINTO; SANTANA, 2005, p. 13416).

pretendia ligar Aracaju-Simão Dias e o outro Maruim-Propriá, porém ambos foram frustrados: “o Governo imperial negou a garantia de juros solicitada pelos concessionários, o que causou indignação em Sergipe, a quem não se atribuía um único melhoramento” (MELO 1984, p. 206).

Sergipe era a única província do velho norte que não possuía uma ferrovia. Em 1889 quando ocorreu a mudança de regime político, no Brasil existiam 8.930 quilômetros de estradas de ferro, sendo 26% desse total localizados na região norte. De acordo com Melo (1984, p. 192), essa proporção seria ainda mais discrepante se não houvesse tido a seca de 1878 que obrigou o ministério Sinimbu a construir linha férrea no Ceará e em Paulo Afonso, para ligar o médio e o baixo São Francisco.

Quando os técnicos decidiram construir o caminho de ferro Aracaju-Simão Dias, em 1881, Sergipe foi, mais uma vez, prejudicado ao precisar de uma autorização especial do Parlamento, pois os recursos da lei 2.450 já tinham sido utilizados para fazer melhorias em outras províncias. Recebeu autorização legislativa em 1882, mas passou por um longo processo no Ministério da Agricultura e obras públicas tendo sua solicitação dificultada e engavetada por ministros de agricultura baianos, como Carneiro da Rocha e Ferreira de Moura. Essa ferrovia só foi construída com a chegada da República, mas atendendo aos interesses baianos (MELO, 1984, p. 206).

Como vimos, grande era o desinteresse do Império em relação a Sergipe e isso não pode ser explicado com justificativas de que sua economia não valeria tais investimentos, pois, segundo Cabral de Melo (1984, p. 206), o comércio de exportação e de cabotagem era mais lucrativo do que em outras províncias que já possuíam estradas de ferro, como Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina.

Tudo foi agravado com a Lei Áurea¹⁸ o que provocou uma debandada de muitos escravocratas sergipanos para o lado dos ideais de República. É após o “13 de maio de 1888” que temos a maioria (e mais expressiva) fundação dos clubes¹⁹ republicanos de Sergipe, com integrantes que representavam a elite da terra.

¹⁸ Assinada pela princesa Isabel, herdeira do Império brasileiro, em 13 de maio de 1888. Essa lei abolia a escravidão em solo brasileiro, mas não foi bem recebida pelos senhores de escravos que queriam, ao menos, indenizações pelos escravizados libertos. Outra coisa que esses senhores objetivavam e não conseguiram foi abertura de política de crédito e financiamento. (SANTOS, 1990, p. 92)

¹⁹ A única exceção que conhecemos é o Clube Republicano do município de Estância que, apesar de ter fechado brevemente, teve sua fundação a 21 de agosto de 1887.

O Clube Republicano de Estância, criado em 21 de agosto de 1887, com sete integrantes e uma única reunião registrada. O Clube Republicano de Laranjeiras, criado em 01 de novembro de 1888, com 41 integrantes foi o mais duradouro e o que mais se destacou na vida política estadual, já que, com o advento da República, seus membros participaram da Junta Provisória e outro se tornou o primeiro governador de Sergipe. Em Itaporanga também foi formado um grupo republicano que contou com a participação de 48 pessoas, em novembro de 1888. E na capital, Aracaju, outra associação com sete partícipes²⁰.

Antes da década de 1880, pouco se discutiu sobre República aqui em Sergipe. Contudo, conforme aponta Matos Antônio (2012, p. 214), no final do ano de 1825 surgiu uma denúncia realizada pelo conselheiro José Rodrigues Dantas de que na noite de Natal ocorreria uma revolta em que seria proclamada a República. A acusação não foi comprovada, apenas encontraram um ajuntamento de escravizados.

Quando ocorreu a Confederação do Equador, em 1824, que começou em Pernambuco e ganhou o apoio de outras províncias do Norte, Sergipe não aderiu ao movimento, mas houve apoio particular por pessoas isoladas. Pelos registros os apoiadores estavam em Japarutuba, Brejo Grande e Estância (ANTONIO, 2012, p. 218).

Começou a surgir em Sergipe, mais precisamente na década de 1880, as primeiras manifestações públicas contrárias à Monarquia. O local em que essas manifestações mais se destacaram foi na cidade de Laranjeiras, sendo está localizada no Vale do Cotinguiba e sendo um importante centro intelectual da província, tendo também, uma imprensa fortemente atuante (DANTAS, 1989, p. 23).

Os jovens que iam estudar na Faculdade de Medicina da Bahia e de Direito no Recife tiveram contato com diversas ideologias, dentre elas, o republicanismo. Assim como em outras localidades do país, aqui em Sergipe, esses intelectuais conduziram o processo republicano e buscaram o apoio dos proprietários rurais, em especial aos do setor açucareiro (GÓES, 2005, p. 15).

A respeito da aliança entre os considerados republicanos históricos e o patronato rural sergipano, essa vinculação foi bem recebida entre as partes envolvidas. Uma prova disso é o que relatou o professor Baltazar Góes, em seu livro *A República em Sergipe*, que foi o próprio Felisbello Freire que convenceu seus companheiros idealizadores da República que votassem

²⁰ Informação localizada no Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) – Fundo Baltazar de Araújo Góes; caixa 01.

no coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro para presidente do Clube Republicano Laranjeirense. De acordo com Góes (2005, p. 70), Freire fez isso porque convinha dar ao coronel uma prova de confiança.

Costuma-se dizer que o movimento republicano na referida província, a exemplo do que ocorreu no Brasil, foi integrado por parte da elite econômica e a elite intelectual. A bibliografia entra em consenso nesse ponto, porém não se deve ser ingênuo ao ponto de não se atentar para um detalhe importante.

Tanto é que, segundo o professor Pedrinho, os integrantes mais conhecidos do movimento republicano de Sergipe eram todos escravocratas, como Felisbello Freire, Josino Menezes, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, dentre outros (SANTOS, 1990, p. 94). De acordo com ele, somente os integrantes do Clube Republicano de Estância poderiam ser considerados como republicanos históricos:

Com exceção do Clube Republicano de Estância, que se formou a 21 de agosto de 1887, e onde se denota alguma convicção, todos os outros se formaram de decretada a Abolição da Escravatura, o que demonstra inconformismo e conveniência (SANTOS, 1990, p. 94).

Ele estava se referindo aos clubes republicanos, porém não dedicou nem uma nota sequer para explicar que antes dos clubes serem formados existiam apoiadores da República através de jornais, principalmente da referida cidade de Estância e em Laranjeiras. Portanto, esses também se enquadram como republicanos históricos, pois aderiram à causa antes da Abolição. Pedrinho cita os jornais de Laranjeiras:

Os mais cultos e ilustrados jeparatubenses, as principais autoridades e os que viviam a agitada vida política do lugar recebiam os jornais “O Horizonte”, “O Laranjeirense” e “O Republicano”, editados em Laranjeiras, centro de maior concentração dos republicanos de Sergipe (SANTOS, 1990, p. 99).

Como é possível constatar, não explica o ano de fundação desses periódicos para ficar claro que alguns foram fundados antes da Abolição. Pela maneira que expõe tem-se a impressão, inclusive, de que os três circulavam ao mesmo tempo, sendo que não foi dessa maneira que ocorreu. Tanto *O Horizonte*, como *O Laranjeirense* e *O Republicano* eram de propriedade do mesmo grupo e, cada um sucedeu o outro, não existindo simultaneamente. O professor Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (2019, p. 6) mencionou duas vezes que a abolição era um ideal defendido por Felisbello Freire.

Outra questão pertinente para refletirmos é a de que, em Sergipe, a ideia de República esteve sempre associada ao abolicionismo e a movimentos que contavam com a participação

de escravizados ou libertos (ANTONIO, 2012, p. 222). Então, podemos conjecturar que os integrantes do movimento republicano, em Sergipe, fossem abolicionistas. Portanto, apesar de Felisbello Freire ser oriundo de uma família de escravocratas, nada impedia dele ser contrário à escravidão. Até por causa de sua origem, uma vez que, Samuel Albuquerque aponta sua mestiçagem, vejamos:

Os autores dos principais perfis biográficos de Felisbello limitaram-se a indicar o nome dos seus pais, o coronel Felisbello Firmo de Oliveira Freire e dona Rosa do Amarante Góes Freire, e o seu nascimento, em 1858, em Itaporanga. O fato de ele ser neto de Luís Francisco Freire (179?-1856), influente senhor de engenhos do vale do Vaza-Barris, e sobrinho do Barão de Laranjeiras, Felisberto de Oliveira Freire (1819- 1889), senhor do Engenho Belém, também é evocado. O que se ignorou ou se ocultou, todavia, foi a origem mestiça do renomado historiador.

Conforme o registro de casamento dos pais de Felisbello, que localizei no arquivo da Paróquia Nossa Senhora d'Ajuda, o coronel Felisbello Firmo de Oliveira Freire era filho natural de certa Ignez das Virgens que, naquele ano de 1857, residia na vila de Itaporanga. Por sua vez, o inventário post-mortem de Luís Francisco Freire, datado de 1856, atesta que o patriarca da família e antigo senhor dos engenhos Roma, Belém e Jerusalém, reconheceu sua descendência bastarda, assumindo o papel de provedor e transmitindo-lhe seu sobrenome (ALBUQUERQUE, 2017, p. 2-3).

No entanto, é preciso frisar que o fato de haver essa associação entre o abolicionismo e o republicanismo, a ideia abolicionista não estava restrita aos defensores do modelo republicano, visto que, existem diversos exemplos de monarquistas que lutaram pelo fim da escravidão, como o célebre Joaquim Nabuco e Brício Cardoso. Este que lutou pela liberdade de cativos, entre eles, a escravizada Joaquina, como aponta Moisés Augustinho dos Santos (2017, p. 29).

Ainda sobre Freire, afirmou Baltazar Góes, seu admirador exímio, que ele preferiu apoiar o major Siqueira de Menezes para presidente do partido republicano do que se candidatar à vaga. Essa atitude foi interpretada por Góes como louvável e altruísta, pois Freire, mesmo sendo favorito ao cargo, se absteve de concorrer para ganhar o apoio da elite agrária que tinha mais prestígio e poder aquisitivo para pressionar as mudanças que o país precisava passar.

De acordo com Freire (1894, p. 392), em Sergipe foi Siqueira de Menezes, juntamente com os clubes de Laranjeiras e de Aracaju que proclamaram a República nessas terras. No dia 17 de novembro, se organizaram e tomaram o poder do então presidente da província, Dr. Thomaz Cruz. Quem tentou resistir foi o Dr. Manoel Joaquim de Lemos, delegado do

governo imperial e recém nomeado como novo presidente da província. Contudo, foi uma resistência inexpressiva, sendo a tomada de poder, em Sergipe, bem pacífica.

A notícia do golpe que implementou a República chegou a Sergipe ainda no dia 15 de novembro de 1889, por volta das 10 horas da manhã. É o que defende o professor Pedrinho dos Santos (1990, p. 43-44), que afirma que o chefe da Estação Telegráfica de Aracaju, o senhor João Rodrigues de Miranda, não passou imediatamente o aviso ao alferes Belarmino Ataíde. E quando este soube da notícia também retardou a comunicação para tentar manipular toda a situação a seu favor.

Não tardou muito e a notícia da Proclamação da República se espalhou pela província, principalmente entre aqueles que faziam parte do governo ou que tinham algum envolvimento político. O governo provisório foi constituído, primeiro um triunvirato²¹, depois um segundo triunvirato até a chegada do primeiro governador de Sergipe da era republicana. Logo após a Proclamação, Sergipe foi dirigido por dois triunviratos com representantes dos três segmentos: militares, os adesistas²² e os republicanos históricos. Semanas após, Felisbello Freire foi empossado como primeiro governador (OLIVA, 2013, p. 172).

É o que também afirma Ibarê Dantas (1989, p. 26), de que Sergipe foi governado por dois triunviratos, sendo que o primeiro teve desistência imediata de dois membros por motivos pessoais. O segundo triunvirato foi composto pelo militar José Siqueira de Menezes, pelo proprietário Vicente Ribeiro e pelo professor Balthazar Góes.

Estes dois últimos não se entenderam, devido à mentalidade retrógrada do grande fazendeiro que, mesmo republicano convicto, queria continuar com as mesmas práticas do passado, incluindo o mandonismo e a vingança política. Por causa desses conflitos, Ribeiro renunciou. Siqueira de Menezes e Balthazar Góes continuaram na liderança até a posse do primeiro governador, Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire, no dia 13 de dezembro de 1889 (DANTAS, 1989, p. 26).

De acordo com Oliva (2013, p. 172), logo após a proclamação, em 1890, surgiram outros partidos para competir com o Republicano e abrigar antigos integrantes dos Liberais e Conservadores, como o Partido Nacional e o Católico. Depois de um tempo, foi fundado por uma parte dos antigos republicanos o Partido Democrata.

²¹ Dois componentes que foram incumbidos para o cargo desistiram da vaga. Isso gerou a necessidade de montar um novo triunvirato.

²² Essas nomenclaturas estão explicadas no tópico 1.3 deste capítulo.

Sobre o Partido Nacional, Santos afirma que foi fundado em 10 de agosto de 1890, por um grupo liderado por Leandro Siqueira Maciel Junior. Dentre os participantes pode-se destacar Olinto Rodrigues Dantas e Vicente de Oliveira Ribeiro. O motivo da dissidência teria sido a negativa de Felisbello a um pedido de Siqueira Maciel (SANTOS, 1990, p. 150). Uma reação muito clara de um ex-integrante dos grupos políticos da Monarquia, que aderiu à causa republicana após o 15 de novembro de 1889.

Esse acontecimento é bastante interessante e relevante para ser analisado, pois, de acordo com o professor Baltazar Góes (2005 p. 30), o já mencionado Olinto Dantas participou da campanha republicana (pertenceu à segunda fase²³ do movimento). Porém, se separou dos republicanos históricos da primeira fase e se aliou a um antigo integrante de partido monarquista. Monarquista esse que fazia parte da família Siqueira Maciel, grupo que se destacou na política sergipana desde a primeira metade do século XIX, principalmente em Japaratuba, segundo Santos (1990, p. 113).

Isso mostra a questão dos combates entre os próprios republicanos que lutaram contra a Monarquia e, após sua queda, lutaram entre si. Alguns foram esquecidos por seus antigos correligionários, isto é, caíram no ostracismo, já outros tentaram reagir à ingratidão e foram perseguidos (SANTOS, 1990, p. 127).

O início da forma de governo republicano foi marcado por muita interferência do Governo Federal. Além disso, diversas tentativas de negociação e conflito, isto é, buscavam um acordo, porém acabavam se desentendendo e diversas separações ocorreram. Os antigos monarquistas não aceitaram a liderança dos republicanos históricos e empreendiam esforços para ocupar novamente as posições de comando da política sergipana (OLIVA, 2013, p. 172).

Segundo Ibarê Dantas (1989, p. 33), nas eleições que ocorreram durante a primeira década republicana, os adesistas conseguiram se sobressair em relação aos históricos. Em 1891, por exemplo, os ex-monarquistas estavam organizados em dois partidos políticos: o Nacional e o Católico que juntos conseguiram eleger 22 candidatos para a Assembleia, enquanto que o Democrata, partido dos republicanos históricos, elegeu apenas 2 representantes.

Nessa mesma linha de pensamento é que Terezinha Oliva (2013, p. 172) afirma que em 1892 foi criado o Partido Republicano Democrático Sergipano. Depois, quando foi fundado o Partido Republicano Federal (nacional), os sergipanos criaram o Partido

²³ Essas fases serão explicadas no tópico 1.3 deste capítulo.

Republicano Federal de Sergipe. Não tardou muito e novas disputas entre adesistas e históricos surgiram e gerou a separação em dois PRFS.

O insucesso dos republicanos históricos era evidente uma vez que estes não estavam conseguindo permanecer no poder, situação atribuída a falta de experiência política e prática administrativa. Em contrapartida, os antigos monarquistas eram mais conhecidos e tinham maior prestígio frente ao eleitorado sergipano. Diante desse quadro, começaram a surgir desentendimentos e rupturas entre os Democratas, enquanto que os partidos Nacional e Católico se coligaram (DANTAS, 2004, p. 16, 26).

De acordo com Oliva (2013, p. 171), faltou aos republicanos da primeira hora, aqueles que participaram do movimento em prol da República, experiência no exercício do poder. Dessa maneira, acabaram perdendo a luta contra os antigos políticos.

Existiram diversos embates entre grupos políticos no estado de Sergipe. Cada um querendo se sobressair em relação ao outro e, para isso, foi usada por ambas as partes muita violência, relembrando os meios autoritários de outrora, houve várias dissidências e reformulações de partidos políticos (DANTAS, 1989, p. 41).

De acordo com Ibarê Dantas (2004, p. 26), os republicanos históricos apesar de lutarem pelos ideais democráticos, as evidências provam que não tinham tanta convicção disso, visto que tentaram, assim como os adesistas, se imporem à força.

O golpe que foi realizado por líderes do movimento republicano dos históricos, em 1894, contra o governo de José Calazans é uma prova disso. O referido golpe nada mais foi do que uma expressão das disputas existentes entre republicanos históricos e adesistas, e resultou na duplicidade da administração pública (OLIVA, 2013, p. 173). Esse fato ficou conhecido como “o caso de Sergipe”, teve proporções nacionais e, devido a sua importância, será dedicado um capítulo apenas para ele.

Cabe agora analisar como a historiografia conceitua quem é republicano histórico, republicano adesista e outras variações. Dedicaremos, também, algumas páginas para citar alguns nomes que foram componentes desses grupos e um pouco da trajetória política de alguns deles.

Essa parte da discussão será organizada da seguinte maneira: foram selecionadas algumas bibliografias para fundamentar a pesquisa, a partir delas discutiremos como cada historiador caracteriza esses grupos. Depois, confrontaremos com o conceito elaborado por

Balthazar Góes, em seu livro *A República em Sergipe: apontamentos para a história*, lançado em 1891, cerca de dois anos após a Proclamação da República.

A versão que utilizaremos dessa obra para este trabalho é do ano de 2005, reeditada pela Secretaria de Estado da Cultura em edição comemorativa dos 150 anos da mudança da capital, de São Cristóvão para Aracaju. O livro foi encontrado na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe e muito contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa. Como fonte para a listagem dos componentes que faziam parte desses grupos, será utilizado o livro de Balthazar, citado anteriormente, e as cartas de adesão enviadas para o governo provisório após a Proclamação da República.

Depois de confrontar esses conceitos, será realizada uma caracterização das trajetórias políticas dos integrantes desses grupos. Para tal empreitada, além de consultar o livro de Góes, será utilizado o dicionário biobibliográfico Armindo Guaraná para consultar as trajetórias de cada um deles. Segundo Terezinha Oliva (2013, p. 172), eram chamados de republicanos adesistas todos aqueles que não participaram da propaganda republicana e aceitaram o novo regime após o fato consumado.

Pedrinho dos Santos afirma que apenas o Clube Republicano de Estância, fundado em 21 de agosto de 1887, tinha convicções republicanas, pois como é possível perceber foi criado antes da Lei Áurea, sendo assim, seus integrantes podem ser considerados como republicanos históricos. Já os demais clubes e o próprio Partido Republicano foram organizados após a abolição, dando assim, fortes indícios de que a dissidência era uma reação à referida lei (SANTOS, 1990, p. 94). Não concordamos com essa versão, pois apesar dessa ausência de clubes e partidos republicanos formados, existiam jornais que militavam em favor da causa, como *O Horizonte* e *O Laranjeirense*, já citados anteriormente.

Balthazar Góes (2005, p. 15), por sua vez, afirmou que os políticos ou cidadãos comuns que se manifestaram anterior ao “13 de maio” são chamados de republicanos históricos, como denominam Nunes e Carvalho, os que somente se colocaram contra o regime, posterior a essa data, são chamados de oportunistas, pois só intentaram derrubar a monarquia por causa do prejuízo financeiro ocasionado pela abolição da escravidão sem indenização. Já os políticos que se renderam ao republicanismo apenas depois da Proclamação da República, são os chamados de republicanos do fato consumado.

Góes cita os nomes dos integrantes de movimento republicano no terceiro capítulo, intitulado de “Os rebeldes”:

À primeira classe pertencem: Eugênio José de Lima, Manoel Alves Machado, José de Siqueira Menezes, José Maria Moreira Guimaraes, José Hermenegildo Pereira Guimaraes, Sebastião Soledade, Marcelino José Jorge, Josino Meneses, F. A. de C. Lima Júnior, Manuel Curvelo de Mendonça, Felisbello Firmo de Oliveira Freire e Balthazar Góes (GÓES, 2005, p. 30).

Os nomes elencados por Góes foram posteriormente consultados no dicionário biobibliográfico de Armindo Guaraná. De acordo com este, Eugênio José de Lima era dono de casa comercial “que lhe proporcionou regulares vantagens mais ou menos remuneradoras na sua perseverante atividade”. Pelo que consta, o comerciante Eugênio recebeu, em 8 de janeiro de 1873, uma concessão do presidente da província para construir uma estação ferroviária que interligaria Laranjeiras a Simão Dias, porém essa permissão foi desfeita por outro ato. A essa altura da vida já estava com as finanças em péssima situação (GUARANÁ, 1925, p. 145).

Esse pode, provavelmente, ter sido um dos motivos que gerou o descontentamento de Eugênio Lima em relação ao governo. Mais adiante, com o fim da Monarquia, ele alcançou o favor negado anteriormente, a partir do auxílio de João do Monte e Felisbello Freire junto ao Governo Provisório (GUARANÁ, 1925, p. 145).

Segundo Balthazar, Lima arriscou sua pequena fortuna na tentativa de trazer melhores condições a Sergipe, a partir da construção da referida estrada de ferro. Além disso, relata que ele tinha perseverado bastante em professar suas convicções políticas (GÓES, 2005, p. 31).

Este último, Felisbello Freire, era filho de coronel, médico formado na Faculdade de Medicina da Bahia, propagandista da República, por meio de jornais, foi o primeiro governador de Sergipe depois do final do regime monárquico, ocupou o cargo de Ministro da Fazenda do governo do marechal Floriano Peixoto e um dos fundadores do Partido Republicano de Laranjeiras. Além disso, muito contribuiu para salvaguardar a história de Sergipe, se debruçou em arquivos e escreveu diversas obras (GUARANÁ, 1925, p. 161).

Freire é o mais elogiado, enaltecido, reverenciado por Góes. Ele próprio afirma: “o autor tem a presunção de que seu juízo não será influenciado pelas sugestões do coração” (GÓES, 2005, p. 46). Uma prova de sua grande admiração por tal pessoa. Outra evidência é a quantidade de linhas que o autor dedicou a ele: quase quatro páginas e meia, ou seja, muito mais do que dedicou a outros, tendo alguns, inclusive, que receberam apenas meia lauda de descrição. Segundo Góes (2005, p. 47-49), Freire era republicano e também abolicionista.

José Hermenegildo Pereira Guimaraes cooperou na organização do Partido Republicano na cidade de Bragança, no interior paulista, onde residiu após concluir o curso de

Medicina na Faculdade da Bahia. Deu uma série de contribuições a jornais em Sergipe, São Paulo e no Rio de Janeiro (GUARANÁ, 1925, p. 316).

Góes descreve José Hermenegildo como o mais puro republicano deste país, pois nunca participou de nenhum grupo monarquista. Nos anos finais do Império, no congresso republicano brasileiro foi ele representante do partido sergipano de mesma orientação política (GÓES, 2005, p. 38).

José Maria Moreira Guimaraes seguiu carreira militar, foi comandante dos alunos da Praia Vermelha²⁴ e colaborou em vários periódicos no Brasil e no exterior (GUARANÁ, 1925, p. 316). Sobre José Guimarães, Góes dedicou a ele em torno de nove linhas apenas. Revelou que era um homem de bom caráter, tece mais alguns elogios e algumas informações importantes sobre sua vida política e profissional (GÓES, 2005, p. 37). Essa brevidade em falar sobre Guimarães pode ser um indício de pouca afinidade com o biografado ou de que ele não tinha tanta influência política.

José de Siqueira Menezes fez carreira militar, depois de assumir várias patentes conseguiu o título de Marechal. Foi membro dos dois triunviratos organizados após a proclamação, a 17 de novembro de 1889 e ficou no poder até 13 de dezembro do mesmo ano, quando Felisbello Freire assumiu o governo do estado. Na gestão deste, Siqueira Menezes fez parte de alguns órgãos como o 1º Conselho da Intendência de Aracaju e o diretor do hospital de caridade (GUARANÁ, 1925, p. 349).

Sobre ele, Góes (2005, p. 35) afirma que apesar de não fazer parte do clube republicano de Laranjeiras, chegou ir a essa localidade para assistir a sessões do Clube. Segundo ele, foi discípulo de Benjamim Constant, tentou filiação em alguns clubes no Rio de Janeiro, mesmo sendo um jovem sem recursos financeiros contribuiu com o sustento de alguns órgãos do partido.

O interessante é que Siqueira de Menezes era reconhecido como liberal por muita gente, inclusive por integrantes do próprio Partido Liberal. Góes (2005, p. 36) defende que a “fama” se devia ao fato dele ter muitos amigos que faziam parte do referido grupo político. Portanto, não passaria de boato.

²⁴ A Escola Militar da Praia Vermelha existiu entre 1857 e 1904. Foi fundada para ser uma instituição do exército que teve a função de ofertar um ensino prático que complementasse o conhecimento teórico ofertado na Escola Central. Nos anos finais do Império tornou-se um local de discussão e propagação da causa republicana (CASTRO, 2011, p. 47).

Esse senhor é justamente aquele que foi companheiro de Balthazar Góes durante o governo provisório após a Proclamação da República. Os elogios desferidos pelo autor a Siqueira são um tanto duvidosos tendo em vista a aproximação que existia entre ambos.

Josino Menezes estudou o curso de Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, quando retornou a sua cidade natal, Laranjeiras, onde abriu uma farmácia. Defensor da abolição e da República utilizou os jornais *O Horizonte* (propriedade de seu pai), *O Laranjeirense* e *O Republicano* (estes dois últimos foram fundados por ele mesmo), como meio difusor de seus ideais (GUARANÁ, 1925, p. 358).

Com a chegada da República, ocupou alguns cargos importantes como primeiro diretor da Biblioteca Pública de Sergipe, deputado e vice-presidente da Assembleia constituinte (1893-1894), e seguiu alguns cargos públicos em Penedo-AL onde estava morando desde 1888. No Governo do Monsenhor Olímpio Campos foi nomeado secretário geral de negócios (1899-1902) e presidente do estado (1902-1905) (GUARANÁ, 1925, p. 358).

Góes revelou que Josino Odorico de Menezes era seu amigo e correligionário. Tece uma série de adjetivos enaltecendo o companheiro e diz que “ele foi um valente e pertinaz obreiro da libertação da pátria” (GÓES, 2005, p. 40). Referindo-se nesta citação sobre a campanha almejando o fim da Monarquia no Brasil.

Manuel Curvelo de Mendonça era abolicionista e republicano, escreveu no jornal *O Republicano*, entre 1888-1889, difundindo essas ideias com o pseudônimo de Luckner. Escreveu ativamente no jornal *O Paiz* (GUARANÁ, 1925, p. 389).

Sobre Curvelo de Mendonça, Góes afirmou que foi aluno no Colégio Liceu Laranjeirense e que, por isso, desenvolveu seus ideais republicanos desde cedo. Aproveitou nesse momento para fazer um elogio disfarçado a si mesmo, pois disse que o sucesso do jovem se deu ao entusiasmo do mestre, o diretor do Liceu que era “Fanático pela República” (GÓES, 2005, p. 45-46). Acontece que o diretor do colégio mencionado era o próprio Balthazar enaltecendo, assim, seus próprios feitos, como um perspicaz propagador de si mesmo.

Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior dedicou alguns anos de sua vida ao magistério, participou ativamente da campanha abolicionista. Segundo Guaraná, desde 1877 ele se declarou propagandista da República. Contribuiu para diversos jornais em Sergipe

como *O Laranjeirense*, *O Republicano*, dentre outros neste e em estados vizinhos (GUARANÁ, 1925, p. 172).

Na era republicana, solicitou sua demissão do cargo de diretor da Biblioteca Pública de Aracaju durante o governo do Coronel Vicente Ribeiro, que fora seu companheiro em parte da campanha em prol da República. Fizera isso porque discordara do real pensamento político do coronel. Após esse fato, empreendeu combate a sua administração e a do Marechal Deodoro da Fonseca por meio do jornal *O Estado*. Este periódico teve vida efêmera. Suas denúncias lhe renderam ameaça de deportação, isto só não foi concretizado por causa da queda de Deodoro (GUARANÁ, 1925, p. 172).

A respeito de Lima Junior, Góes (2005, p. 44-45) afirmou que era apesar de não ter cursado nenhuma faculdade, um homem inteligente e diz que ele foi a pessoa que mais lutou pela democracia brasileiro no estado de Sergipe.

Balthazar de Araújo Góes foi professor, propagador dos ideais republicanos através dos jornais *O Horizonte*, *O Laranjeirense* e *O Republicano*, autor do livro *A República em Sergipe: apontamentos para a história*. Foi um dos membros do segundo triunvirato, junta provisória que governou o estado até a posse de Felisbelo Freire (GUARANÁ, 1925, p. 85).

Sobre ele mesmo não teve coragem de redigir linha alguma. Preferiu delegar a um amigo de infância, Eutíquio Lins, a função de escrever sobre ele do que economizar em adjetivo a si próprio. A respeito de Sebastião Soledade, Marcelino José Jorge e Manoel Alves Machado não foi encontrado nada no referido dicionário, porém Góes os descreve, respectivamente da seguinte maneira: Machado era um artista-tipógrafo pobre, que sustentava sua mãe e outros membros da família. Góes (2005, p. 38) dedicou oito linhas incompletas a ele.

Já sobre José Jorge, Góes (2005, p. 39) relatou, praticamente, com a mesma quantidade de linhas. Segundo ele, era um “militar inteligente e cumpridor de seus deveres”. Por isso, lutou contra o inimigo (Monarquia) e defendeu a pátria brasileira.

Então, de acordo com Balthazar, os nomes supracitados compunham o grupo dos republicanos históricos da primeira classe. Na página 30 de seu livro sobre a história da república em Sergipe, ele cita os nomes da segunda classe de republicanos que são eles: “Serafim Vieira de Almeida, Firmino Rodrigues Vieira, Conrado Álvaro de Cordova Lima, Olinto Rodrigues Dantas, Leandro Diniz de Faro Dantas” (GÓES, 2005, p. 30).

Serafim Vieira de Almeida, Góes o considerava como um ser inteligente e grande entusiasta da República. Formou-se Médico na Faculdade da Bahia e desde o período que estudava lá já fazia propaganda dos ideais de democracia. Já Firmino Rodrigues Vieira, segundo Góes dizia-se republicano desde cedo e ajudara na “insurreição do dia 15 de novembro em Sergipe”, recebeu o cargo de secretário do governo provisório, porém deixou de ser republicano. Isso mesmo, Balthazar refere-se a ele como antigo republicano (GÓES, 2005, p. 53-54).

Pelo que consta, o problema entre eles foi gerado a partir do momento em que um pedido de Firmino Vieira fora negado pela junta provisória (GÓES, 2005, p. 54). Sobre isso, Pedrinho dos Santos (1990, p. 53) afirma que a solicitação feita foi a seguinte: vaga de procurador fiscal para o irmão de Firmino e anulação de cassação de um delegado de polícia. Como não alcançou o favor almejado ficou descontente e chegou a brigar com Siqueira Menezes, um dos triúmviros.

Segundo Guaraná (1925, p. 166), Firmino Vieira era engenheiro civil, muito aperfeiçoado nas disciplinas exatas, fundou e redigiu o jornal *Nova Era* e por poucos dias foi secretário do governo provisório de Sergipe após o 15 de novembro. Contudo não menciona os motivos de sua saída e nem como ela ocorreu.

Percebe-se que ocorreu a omissão desse fato importante, porém não sabemos se aconteceu propositalmente, quem sabe até para preservar a memória de seu biografado, ou se foi por falta de conhecimento sobre o assunto. O fato é que a cisão, a discórdia, não foi sequer mencionada.

Sobre Conrado Álvaro de Cordova Lima, Góes afirmou que era bacharel em Direito e fora promotor público na cidade de Estância. Segundo ele, alguns discordavam que Conrado fosse considerado republicano antes da proclamação, pois este era filiado ao Partido Liberal, inclusive foi eleito deputado pelo referido partido (GÓES, 2005, p. 55).

Porém, circulava o boato de que ele era republicano e inimigo do imperador, pois estaria incluído no livro negro de Pedro II. Além disso, era ele dono do jornal *O Farol* e por meio dele sustentava o credo republicano. Contudo quem era o redator do jornal era seu genro, José Caetano Marques, partindo deste a militância política (GÓES, 2005, p. 55-56). Guaraná reafirma praticamente as informações que Góes relatou em seu livro sobre Dr. Conrado. E acrescenta que além de proprietário era também redator de *O Farol* (GUARANÁ, 1925, p. 104).

Já em relação a Olinto Rodrigues Dantas, Guaraná (1925, p. 446) afirmou que era médico, ocupou alguns cargos durante o Império, porém tornou-se republicano e deu diversas contribuições em jornais. Governou Sergipe de 1891 a 1892 numa Junta Governativa do Estado.

Góes (2005, p. 56-57) descreveu Olinto Dantas como uma pessoa que desde jovem menosprezou a Monarquia. Foi médico, formado na faculdade do Rio de Janeiro, militou ao lado de Siqueira Menezes e foi colaborador em jornais de propaganda republicana.

Quanto a Leandro Diniz de Faro Dantas, Góes afirma que desde a faculdade de engenharia que já professava o credo republicano. E, apesar, de ser filho de um fazendeiro de condições financeiras elevadas, ele aderiu ao movimento antes da abolição da escravatura, sendo assim um republicano histórico (GÓES, 2005, p. 57). No dicionário Armindo Guaraná nada foi encontrado sobre ele.

Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro era um fazendeiro abastado e somente declarou-se republicano em outubro de 1888, após a abolição, pertencia a uma família rica que tinha grande prestígio no Partido Conservador e, inclusive, o próprio coronel era conhecido por seus contemporâneos como integrante desse partido. Tendo conhecimento de todas essas questões, Góes fez a defesa do coronel alegando que havia uma publicação dele no jornal *O Laranjeirense*, no dia nove de dezembro de 1888, em que o mesmo admitiu ser republicano há doze anos. E que “palavras de um cavalheiro que merece as considerações públicas, não são para rejeitar” (GÓES, 2005, p. 58).

Tentamos averiguar a edição do referido jornal no IHGSE e no site da Biblioteca Nacional, mas não obtivemos êxito nessa busca. De qualquer modo, tomemos como verídica a existência dessa afirmação de Vicente Ribeiro, uma vez que, é bem plausível que após se unir ao grupo dos republicanos e ser eleito presidente do Clube de Laranjeiras, possivelmente, seria de seu interesse demonstrar mais fidedigna convicção na instituição República.

O fato é que não existem provas de que Vicente Ribeiro era republicano, antes da Lei Áurea. Sua palavra por si só não provaria a fé em tal credo político. Mais provável é que tenha abandonado o Partido Conservador por causa de seu descontentamento com a princesa Isabel e, conseqüentemente, com a instituição monárquica.

O próprio Balthazar Góes, não omite fatos relevantes da trajetória política de Ribeiro, que foi o fato deste ter pleiteado a vaga de juiz de paz de Laranjeiras pelo partido conservador, em 1882, e ter recebido o título de coronel, em 1887. De acordo com o

agraciado com esta benesse, não havia ele solicitado tal reconhecimento por parte da instituição monárquica (GÓES, 2005, 58-59).

Contudo, não dispensou o título recebido o que, claramente, permite-nos desconfiar de sua afirmação de republicano de longa data. Tanto fez Vicente Ribeiro que conseguiu o reconhecimento dos reais republicanos históricos. Prova disso é que fez parte do segundo triunvirato, que governou Sergipe após o golpe de 15 de novembro.

Sua atuação no governo provisório durou menos do que o previsto, devido a uma discórdia entre ele e os outros membros da junta, Siqueira de Menezes e Balthazar Góes, já mencionados diversas vezes neste capítulo. Tudo ocorreu porque o coronel almejava continuar com suas práticas clientelísticas e, nesse momento, os outros dois não concordaram. Depois de insultos, retirou-se Vicente Ribeiro da função supracitada (GÓES, 2005, p. 133).

Portanto, é possível perceber que Balthazar tentou passar as informações sobre a conduta de Vicente Ribeiro, sem demonstrar a inimizade entre eles. Pode ter feito isso, devido ao auxílio disponibilizado pelo coronel durante parte da campanha republicana e, também, ao grande apreço que Felisbelo Freire tinha por ele.

Então, Góes terminou seu registro sobre a conduta do referido dizendo: “o que a razão rejeita, bem pode-o (sic), às vezes, aceitar a fé” (GÓES, 2005, p. 59). Em outras palavras, dizia que era algo difícil demais para acreditar.

Já, pelo que consta no dicionário Armindo Guaraná (1925, p. 518), Vicente Ribeiro desistiu de sua vaga no governo provisório “por considerar prejudicial aos interesses do partido o programa de moderação observado pelos seus companheiros.”. Além disso, afirma que o coronel fez parte do partido conservador por causa de sua família e que desde cedo era abolicionista.

No entanto, o professor Pedrinho dos Santos (1990, p. 94) citou o nome de Vicente Ribeiro dentre os senhores de escravos que se tornaram republicanos depois da abolição. Concordamos com este autor em relação ao “republicano” supracitado.

Quanto aos casos de adesões ao republicanismo após o golpe de 15 de novembro, listaremos os nomes a seguir que foram coletados nas cartas de adesão destinadas ao governo provisório após a Proclamação da República.

A carta de adesão da Câmara Municipal de Aracaju ocorreu a 19 de novembro de 1889 e foi redigida e assinada por Guilherme José Vieira Filho, João B. da Silva Cunha, Vicente

Freire Barreto, Constantino José da Silva, José de Sant'Anna Cardoso, Manoel Leopoldo de Araújo, José Pereira da Cruz, José Alves Correia.²⁵

No mesmo dia 19 de novembro quem aderiu à causa republicana foi o diretor e o corpo docente do Atheneu Sergipense, “Felix Diniz, Moura Matos, Silva Lisboa, Dr. Andrade, Alfredo Montes, Brício Cardoso, Severiano Cardoso, Joaquim do Prado, Dr. Daniel Campos e Manoel de Oliveira”²⁶.

Ainda no dia 19 de novembro tivemos as adesões da população de Propriá, assinada por Manoel Alves Machado, Dr. Davino Nomísio de Aquino e Paulo José de Melo e Albuquerque. E a aderência da Câmara de Riachuelo José Antônio de Menezes Barreto, Dionísio de Menezes Barreto, José Vieira de Andrade e João Luís de Vasconcellos.

No dia 20, o povo de Propriá e da Câmara de Lagarto, assinava todos os vereadores, exceto dois que não puderam estar presentes, Capitão Miguel Arcanjo do Nascimento, Tenente Luís Francisco de Carvalho, Tenente Gonçalo Rodrigues da Costa, Tenente José da Costa Silva Dórea, Antônio da Rocha Lima, Alferes João Batista de Jesus, Gustavo Lúcio Hora, Capitão Manoel Joaquim de Oliveira Campos e Tenente Pedro Vieira de Santiago.

Aos 21 de novembro aderiram à República a câmara e o povo de Maruim, Capela, Santo Amaro e Japarutuba. Nesta localidade os vereadores Simião Telles de Menezes Sobral, Pedro Cavalcanti dos Santos Lima, Manoel Francisco de Aniquim e Isaac Manoel Pinheiro lideraram as assinaturas em favor da causa democrática.

O documento de apoio ao novo governo enviado pelo município de Capela foi assinado por 53 pessoas, dentre elas funcionários públicos e vereadores. Estes representados por: José Ferreira da Silva, Aurélio Cesário de Souza Campos, João Paes Dias de Souza, José Joaquim Soares de Mello e João Teixeira Guimarães Pacheco.

Em Santo Amaro, os representantes das adesões foram Francisco das Chagas do Bonfim, Luiz Correia Dantas, Ernesto Dias Ribeiro, José Francisco da Cruz, dentre outras mais assinaturas.

No dia 22 de novembro de 1889 foi a vez dos seguintes órgãos públicos prestarem seu apoio ao novo sistema de governo: Câmara de São Cristóvão adesão e aclamação com os representantes Fausto Francisco dos Santos, Honorato José de Carvalho, Antônio Delfino de

²⁵ Carta de Adesão da Câmara Municipal de Aracaju. In: GÓES, Balthazar, 2005, p. 172-272.

²⁶ Carta de Adesão do Atheneu Sergipense. Ibidem, p. 172-272.

Florença, C. Francisco Thomaz da Cruz, Benvindo José de Oliveira, Aristides da Silva Menezes, S. José Delfino de Mendonça, F. José de Brito Lima, P. João Martins dos Santos.

De Itabaianinha foi enviada a carta com as assinaturas de Alfredo Gomes da Silva, Cassimiro da Silva Melo, Miguel Teotônio de Castro, Manoel Francisco de Mendonça Telles, Antônio de Oliveira Bezerra, representando a câmara municipal desse município.

Em Itabaiana no dia 23 de novembro, o povo e a câmara se declararam republicanos e conclamam Felisbelo como futuro governador, representados por Diogo Travassos de Abreu Leite, P. José Antônio de Faria, Ladislau Febrônio de Andrade, Joaquim José de Montalvão, Francisco José de Andrade Solon.

A Assembleia Legislativa de Sergipe aderiu ao republicanismo, em 22 de novembro, representada pelos deputados Filinto Elísio Nascimento, Antônio A. de Gouvêa Lima, Benjamin Telles, Felino Fontes, Guilherme A. Bezerra.²⁷ O Partido Liberal confirmou sua adesão com a assinatura do 1º vice-presidente, José de Barros Pimentel.

A câmara do município de Estância enviou sua carta, aderindo ao credo republicano, em 23 de novembro de 1889, e foi assinada pelos vereadores Francisco de Matos Pereira Jatobá, Salustiano de Souza Vieira, Boaventura Amado de Faria, João Antônio da Silva Guimarães, Francisco Rodrigues dos Cotias Filho.²⁸

A câmara e o povo de Aquidabã declararam seu apoio ao novo governo: José Gomes de Figueiredo, Manoel Tourinho de Moraes, Manoel Joaquim de Melo, Manoel Inácio de Moraes, Manoel Xavier de Figueiredo e Francisco José de Santa Rita.

Tardiamente aderiram as Câmaras de Siriri e Vila Cristina (Cristinápolis), em 30 de novembro, Santa Luzia, a 02 de dezembro, Tomar do Geru, 07 de dezembro, a Barra dos Coqueiros e Pacatuba, no dia 08 desse mês. O número de adesões e apoio ao governo republicano é infindável. Até porque, como afirma Santo, o número de verdadeiros republicanos em Sergipe, antes da Proclamação da República, não passavam de uma dúzia (SANTOS, 1990, p. 57).

Então, priorizando a organização deste trabalho iremos analisar com maior profundidade os casos mais significativos no próximo capítulo, que tratará sobre os casos de adesões ao republicanismo após a Proclamação da República. Como e em quais condições

²⁷ Carta de Adesão da Assembleia Legislativa.

²⁸ Carta de Adesão da Câmara Municipal de Estância. In: Fundo Baltazar de Araújo Góes, APES, caixa 01.

essas adesões ocorreram, alguns integrantes dos grupos monarquistas que rapidamente “viraram a folha” pensando em benefícios para si.

1.3 A POLÍTICA SERGIPANA SOB AS LENTES DOS JORNAIS: CRISE DO IMPÉRIO E CONCRETIZAÇÃO DA REPÚBLICA

Este subtítulo será dedicado para a realização de uma análise de como esses acontecimentos, discutidos ao longo deste capítulo, foram retratados nos jornais que eram o principal meio de informação e comunicação da época e foi muito empregado para propagar os novos ideais políticos.

Iremos problematizar as informações contidas nos jornais, pois estes servem como lentes que leem uma situação. Além de importante veículo de informação e contestação, não podemos deixar de destacar que servem, também, como formador da opinião pública. Nelson Werneck Sodré discorre sobre a função dos jornais no contexto político do século XIX. De acordo com ele (1966, p. 223), os periódicos são um reflexo dos acontecimentos que ocorrem na sociedade e que acabavam se refletindo e influenciando as publicações dos jornais, isto é, as matérias publicadas na imprensa reproduziam o quadro apresentado pelo país.

Para Rabelo (2013, p. 179), o uso da imprensa foi intensificado durante no Segundo Reinado e esse fator auxiliou não só a campanha republicana, mas também os movimentos pró-abolição. Outra característica desses periódicos era de que, frequentemente, não visava retorno financeiro, sendo o principal objetivo defender e propagar sua ideologia.

Os jornais que utilizamos para a análise, de como os acontecimentos de fins do Império e início da República foram retratados em jornais sergipanos, foram: *O Horizonte*, *O Republicano*, *A Reforma*, *Nova Era* e *Estado de Sergipe*. O primeiro é do momento de maior euforia da campanha em prol da República, o segundo também, mas vai até os primeiros anos da nova forma de governo e tornou-se órgão oficial do estado após a proclamação de 15 de novembro. *A Reforma* era órgão do Partido Liberal e reflete as tensões em busca de maior destaque nas instituições imperiais no final do Segundo Reinado. Mostra a disputa contra os Conservadores e a depreciação dos republicanos.

O quarto periódico é uma espécie de continuação de *A Reforma*, porém já no período republicano e com um discurso totalmente diferente de outrora, visto que, adere rapidamente ao novo sistema administrativo. O quinto jornal, *Estado de Sergipe*, é uma adaptação da

imprensa conservadora após a Proclamação da República. Para mais informações sobre os jornais selecionados, ver a introdução deste trabalho.

Sobre os aspectos analisados da campanha republicana por meio dos jornais, destacamos algumas situações que eram mais recorrentes nos veículos contrários à Monarquia. Era habitual a reclamação de que a província de Sergipe era esquecida pelo governo central: “Esquecida completamente pelos Governos deste Império, jaz a província de Sergipe, vigiada apenas pelo majestoso S. Francisco e Rio Real” (O HORIZONTE, nº 3, de 16 de junho de 1885).

Nesse fragmento, constata-se a queixa do escritor, que segue a matéria relatando que Sergipe vivia sufocado pelas províncias maiores e de nada adiantava o empenho dos conterrâneos em contribuir para o progresso da nação. E as denúncias contra o governo não cessavam. Num artigo do mês de agosto de 1885, o jornal criticava o peso dos altos impostos, como podemos ver adiante:

Todas as classes gemem sob o peso dos impostos e clamam contra a iniquidade deles. A centralização, a convergência da grande parte das rendas de todas as províncias para o tesouro nacional. A centralização, a convergência da grande parte das rendas de todas as províncias para o tesouro nacional traz como consequência a penúria para algumas delas (O HORIZONTE, nº 12, 26 de agosto de 1885)

A insatisfação dos fazendeiros sergipanos não era somente por causa dos impostos que eram considerados abusivos, mas também por conta da falta de garantias de retorno financeiro para a província, como a execução de melhoramentos materiais essenciais para o desenvolvimento econômico (SANTOS, 2017, p. 54).

Em 1885, o jornal expõe e defende que a República representava uma grande vantagem em relação à Monarquia. Sempre associando o modelo republicano à democracia, liberdade, progresso e estabilidade.

Os espíritos bem compenetraram-se então das vantagens da forma republicana, que traduz a firme manutenção da ordem, a estabilidade de um governo, uma grande liberdade, a estabilidade de um governo progressivo, sem o qual a ordem tornar-se-ia um perigo (O HORIZONTE, nº 18, 11 de outubro de 1885).

Em relação ao posicionamento dos integrantes dos partidos monarquistas e sua militância através dos periódicos. Destacamos o jornal *A Reforma* – órgão do Partido Liberal,

na edição de 4 de dezembro de 1887, com o redator Gumersindo A. Bessa²⁹, relatou a preocupação diante da situação do país e os possíveis rumos da administração brasileira, devido à doença que o imperador estava sofrendo. Demonstrava as incertezas em relação ao retorno do monarca (A REFORMA, 4 de dezembro de 1887, p. 2.)

Criticou o Barão de Cotegipe, do partido conservador, por causa de “atos inconstitucionais” cometidos em seu governo e o fato de que a coroa imperial nada fazia para impedir tais abusos. Temia o reinado da Princesa Isabel por acreditar “que D. Izabel, somada com Pedro II, dará um Pedro I” (A REFORMA, 4 de dezembro de 1887, p. 2).

Essas preocupações eram válidas, mas eram aguçadas pela rivalidade existente entre Liberais e Conservadores e, o fato destes terem tido mais destaque no segundo reinado. Outro fato que merece realce é o de que a publicação dessa informação circulou no fim de 1887, antes da abolição da escravidão. Além de criticar os conservadores, menciona a atuação do Partido Republicano:

Por acaso a D. Izabel I não será a futura Imperatriz do Brasil? As províncias falam em superações. O partido republicano avanta-se, fazendo adeptos por toda a parte. O que será do futuro? Os temores do povo são bem fundados; decididamente anda alguma coisa no ar (A REFORMA, 4 de dezembro de 1887, p. 2).

A *Reforma* publicou em sua edição número 90 um texto com o título “Monarquia ou República?”. Como vemos, é um questionamento que Bessa faz ao leitor e, ao longo da dissertativa, ele mesmo conduz o leitor a uma resposta em favor da Monarquia.

Uma propaganda tenaz, indefesa, entusiasta lá está desarraigando da consciência do povo a fé nas instituições juradas, e, espalhando profusamente nos corações ingênuos a semente do sentimento republicano. (...) ganhando os aplausos da turba mula indouta. Quem guarda a arca santa das nossas instituições, das sagradas e invioláveis instituições, que não levanta altiloquente o brado de alerta contra a falange destemida dos que ameaçam assaltá-la? Será crível que a pusilanimidade ou a traição tenha grudado os lábios dos que tem por timbre e por missão defender a monarquia? (...) Ponde em paralelo o real monárquico e o ideal republicano; analise o conteúdo das duas formas políticas do Estado e notai em suma as diferenças essenciais deste e daquele. Não tenhais receio: o povo concluirá em favor da Monarquia (A REFORMA, 30 de setembro de 1888, p. 01).

Observa-se que o autor das linhas ataca a propaganda republicana e todos àqueles que aderiram à causa, chamando-os de “turba mula indouta”, assim, desqualificou a capacidade intelectual dos revolucionários e acusou de desanimados ou traidores todos que se omitiam de

²⁹ Advogado, jurista e político sergipano que nasceu na cidade de Estância – SE (GUARANÁ, 1925, p. 214).

defender a Monarquia. O interessante é que, por ser esse jornal representante dos interesses do Partido Liberal, aproveita a ocasião para atacar republicanos e conservadores ao mesmo tempo. Os primeiros por ousarem almejar outro sistema político e, o segundo por não fazer uma oposição à altura do agravo.

O outro fato relevante é que ao comparar as duas formas políticas, opta pela Monarquia, porém, com o advento da República aderiu ao Partido Republicano. Inclusive, o redator Gumercindo Bessa, se filiou ao este partido e concorreu ao cargo de deputado e venceu a eleição.

As desavenças entre republicanos e monarquistas continuaram incisivas durante toda a campanha republicana. Em outra edição de *O Republicano* fica visível que para eles, os dois partidos monárquicos eram iguais e, portanto, ambos deveriam ser atacados por meio das páginas do periódico, pois, enquanto apoiadores da Monarquia tinham responsabilidade em relação à situação atual do Brasil, que segundo os republicanos, o sistema político estava impedindo que o país avançasse. Constata-se tal posicionamento no trecho abaixo:

O nosso programa, nossa profissão de fé, não é atacar exclusivamente o liberalismo monárquico. (...) Não. É também atacar seu co-irmão, o seu gêmeo, o conservadorismo monárquico, que, tanto como o seu companheiro, prende o carro do progresso nacional com pesadas correntes (O REPUBLICANO, nº 03, 21 de novembro de 1888, p. 01.)

Outro ataque dos Liberais aos Republicanos a que convém citar é a crítica sobre a fundação do Clube Republicano de Laranjeiras, pois, nessa ocasião ficou definido quais funções cada membro teria que assumir. Para tal, foi realizada uma votação para eleger os nomes indicados aos cargos. Acontece que o republicano mais proeminente da cidade era Felisbello Freire, sendo assim, era esperado que este fora o presidente da associação.

No entanto, como visto no tópico 1.2, Freire indicou o rico fazendeiro, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, para ocupar tal posição. Em razão disso, o jornal *A Reforma* publicou uma matéria comentando o boletim de uma reunião do Partido Republicano. Na ocasião, o redator afirmou ter ficado impressionado com a ordem das assinaturas de seus membros, uma vez que, o Dr. Felisbello Freire foi o primeiro a assinar o documento mesmo não sendo o cargo presidente do clube:

À primeira vista, antes de correremos os olhos pelas colunas do boletim, o que impressionou-nos foi a ordem das assinaturas, vendo em primeiro lugar o Dr. Felisbello Freire e em segundo o coronel Vicente d'Oliveira Ribeiro, presidente do clube. Impressionou-nos, dizemos, por vermos ceder o seu lugar o coronel Vicente à supremacia do talento e do saber, ele que nunca

deveria tê-lo aceitado para sempre andar colocado em plano secundário. Mas a vaidade assim o permitiu, e esta mesma vaidade é quem o está castigando (A REFORMA, 10 de março de 1889, p. 2).

Como observado, republicanos e monarquistas viviam trocando farpas e acusações, um grupo almejando destruir a imagem do outro. Mas essa relação conflituosa teve uma pausa, no momento imediato à Proclamação da República. Enquanto que antes o clima era de ataque e divisão, após o golpe o sentimento que tomará conta dos monarquistas será o de apaziguamento para uma possível coalizão.

Compete agora conhecer o panorama da Proclamação da República por meio dos jornais. Analisamos o que está exposto na edição de 20 de novembro de 1889, no jornal *Nova Era*, pertencente ao republicano Firmino Rodrigues Vieira, que comentou sobre a Proclamação e divulgou um telegrama enviado pelo Governo Provisório Federal avisando as províncias que a forma de governo havia mudado. Após anunciar o conteúdo desse telegrama, o redator fez diversas críticas à Monarquia, dentre elas, de que era uma “pseudodemocracia constitucional” e que “ninguém, que não tivesse o espírito observado por ingênita miopia intelectual, podia deixar de antever o descalabro das instituições monárquicas” (NOVA ERA, 20 de novembro de 1889, p. 1).

Como é possível perceber, o autor ironiza, sutilmente, os antigos monarquistas, dentre eles os grupos políticos: Liberal e Conservador e a maioria da população que a Monarquia era uma instituição fadada ao fracasso e só não conseguia perceber isso quem tivesse problemas para enxergar, ou seja, entender tal situação. Isso porque o número de pessoas declaradamente republicanas, em Sergipe, era muito reduzido, mostrando assim, certa deficiência em observar coisas que, para o redator, eram óbvias. As palavras foram proferidas por Firmino Rodrigues Vieira, republicano histórico.

Fez a seguinte declaração: “A América é essencialmente democrática, como a democracia é essencialmente americana” (NOVA ERA, 20 de novembro de 1889, p. 1). Defendendo a ideia de que a renovação política brasileira era inevitável. Provavelmente, fazendo referência ao fato de que apenas o Brasil era monarquista na América Latina.

Nessa mesma perspectiva, é relevante observar o recorte a seguir do jornal *Estado de Sergipe*, edição de 06 de dezembro de 1889, em que o Monsenhor Olympio de Sousa Campos fez a seguinte declaração:

A revolução de 15 de novembro, substituindo a monarquia pela república, derruiu (sic) os velhos partidos, falseados em suas ideias e nos modos de

administração. Tudo demoliu, tudo arrasou, sem protestos, sem lutas, sem sangue. Aqueles que desejam para si e para seus concidadãos um governo de ordem e de paz, de justiça e moralidade, corre o dever de contribuir com o seu esforço para a difícil, mas grandiosa obra da reconstrução da pátria (ESTADO DE SERGIPE, 06 de dezembro de 1889, p. 1).

Acontece que Olympio Campos, durante o Império, era filiado a um dos partidos políticos monarquistas, detinha grande relevância política na província e, com a proclamação, logo aderiu à República, provavelmente, dotado das intenções mais obscuras que fosse possível. Algo interessante para analisarmos é que o monsenhor enfatiza que a transição de governo foi pacífica, sem derramamento de sangue e que todos que pensam no bem de si e dos outros devem se esforçar, isto é, apoiar o então governo. Muito semelhante a um aviso que de sua parte não haveria resistência.

É muito interessante a maneira como a elite política sergipana, assim como no restante do país, esperou para confirmar se o novo sistema iria se sustentar e, em seguida, se “converteram” em republicanos rapidamente. Entendemos assim, que o Golpe conseguiu fazer, em poucos dias, o trabalho de convencimento que a Propaganda Republicana em quase 20 anos não conseguiu fazer. Pelo visto, no Brasil não existe propaganda melhor do que a possibilidade de obter mais Poder.

Durante o Governo Provisório, mais precisamente no Segundo Triunvirato, composto por Balthazar Góes, Vicente Ribeiro e Siqueira de Menezes, houve uma divisão entre os membros. A situação é a seguinte: o professor Baltazar acusa o fazendeiro Vicente Ribeiro de manter as mesmas práticas políticas da época do Império: demitir os inimigos e beneficiar parentes e amigos, isto é, utilizar a “coisa pública” como sendo algo do setor privado (GOÉS, 2005, p. 130).

Essa postura de Vicente Ribeiro mostra a capacidade de conciliar posturas que aparentemente não podem ser associadas, justamente, por serem antagônicas, que seriam os ideais republicanos de democracia e defesa do bem comum. Sobre esse tipo de comportamento, Motta cita que a conciliação é um traço marcante da cultura brasileira que se estende para além do campo político: “A força da tradição conciliatória no Brasil” (MOTTA, 2009, p. 30).

Esse desalinhamento de objetivos teve como consequência uma discussão acalorada entre os membros do Triunvirato (José de Siqueira Menezes, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro e Balthazar Góes), no dia 23 de novembro de 1889, como podemos observar nos relatos do próprio Balthazar:

Por uma única resposta a tamanho desabrimento do coronel³⁰, aquele cidadão³¹ lhe diz: “Pensei, até agora, que tratava com um cavalheiro; enganei-me”. E o coronel queimou ainda seus colegas com as lavas de insultos que lhe irrompiam do peito fervendo em fúrias. Foi este o último que vomitou: “Sei que não posso continuar neste governo. Retiro-me, e não voltarei mais a sentar-me entre dois moleques” (GOÉS, 2005, p. 133).

Decorridos esses acontecimentos, os dois desistiram de ocupar a vaga, porém, Góes voltou atrás na decisão e continuou no governo ao lado de Siqueira de Menezes, com a justificativa de ter refletido, em nome de sua “consciência do dever” e recorreu da decisão de retirar-se.

Quanto ao governo de Felisbello, encontramos alguns registros em jornais da época sobre sua posse e, posteriormente, sua administração. Como a edição nº 170, de 15 de dezembro de 1889, do jornal *A Reforma* que relatou que ele foi recebido com festa. Estavam presentes na cerimônia vários setores da sociedade, os membros da junta provisória, o clube republicano Laranjeirense representado e seu presidente, coronel Vicente de Oliveira Ribeiro. Tocou A Marselhesa, hino nacional francês, em referência à Revolução Francesa que derrubou o Absolutismo Monárquico e que inspirou manifestações posteriormente (A REFORMA, nº 170, 15 de dezembro de 1889, p. 1).

Essa mesma edição de *A Reforma* noticiou a dissolução das câmaras municipais de algumas cidades (Rosário, Capela, Japarutuba, Propriá e Riachuelo): “O poder municipal será exercido por um conselho de intendência municipal, composto por membros, sob a presidência de um deles de nomeação do governo” (A REFORMA, nº 170, 15 de dezembro de 1889, p. 1).

A folha *Nova Era*, do dia 7 de agosto de 1890, falou sobre a concessão da construção da estrada de ferro que interligaria Aracaju a Simão Dias. Nessa ocasião elogiou o governo provisório, composto por Felisbello Firmo de Oliveira Freire, pelo empenho em trazer melhorias para o estado de Sergipe. Aproveita, também, a ocasião para criticar a antiga administração imperial. Observemos:

Este grande melhoramento que os governos da monarquia sempre achavam motivos para sofismar, e pretextos para adiar a execução vão ser uma realidade. A grande injustiça praticada para com este pequeno Estado pelos governos do Império acaba, pois, de ser reparada pelo governo da República (NOVA ERA, 07 de agosto de 1890, p. 2)

³⁰ Era a maneira como Balthazar Góes se referia a Vicente Oliveira Ribeiro.

³¹ Referindo-se a Balthazar Góes.

Ibarê Dantas (2004, p. 16) afirma que, nesse contexto, os ex-monarquistas passaram a aderir à nova forma de governo para conseguirem continuar no poder. As adesões se intensificaram depois da Proclamação da República, mas os novos republicanos não simpatizavam com os ideais democráticos, isto é, não concordavam em fazer uma forma de governo em que todos pudessem participar e, muito menos, em defender os interesses do povo.

Os republicanos históricos tentaram ficar no poder do estado, por meio do jornal *O Republicano*, podemos observar essa preocupação com os rumos que o país podia tomar se caísse nas “mãos” dos ex-monarquistas. Vejamos a edição do dia 09 de janeiro de 1890, que o redator fez duras críticas ao antigo sistema de governo e reclama de pessoas que colocam seus interesses pessoais acima do bem público. E, de acordo com o exposto, “o grande objetivo para o qual marchamos, o grande ideal da política republicana é formar uma pátria, organizar um povo, é vivificar uma nação” (O REPUBLICANO, 09 de janeiro de 1890, p. 3).

O país estava passando por uma grande transformação que deveria ser liderada pelas pessoas certas para que esse ideal de República fosse implementado. É evidente a preocupação em perder espaço e poder político, tanto é que fazem a seguinte observação:

Habitamos a um meio que lhes matam o patriotismo, para segurarem a posição de diretores supremos do velho regime; organismos gerados pelas forças que destruíram a pátria; produtos de uma adaptação em que de um lado estava o monopólio das posições e do outro a indiferença do bem; estes homens no momento em que atravessamos, não podem, nem devem ser os arquitetos da grande pátria (O REPUBLICANO, 09 de janeiro de 1890, p. 3)

Através desse recorte constata-se as críticas aos políticos pertencentes aos antigos grupos monárquicos, a suas práticas de manejo do poder e a apreensão por parte dos republicanos históricos em permanecerem liderando as instituições administrativas do país.

Esse receio não dominava apenas os sergipanos, pois em outras localidades do país essa preocupação assombrava os republicanos históricos. Em Minas Gerais, o periódico *A Revolução*, na região sul do estado, defendia incisivamente a ideia de que os republicanos históricos deveriam dominar o poder político, com a justificativa de que os antigos grupos monarquistas estavam corrompidos com suas práticas políticas retrógradas e fora de acordo com a democracia (CASTILHO, 2012, p. 8-11).

A propósito, essa preocupação dos republicanos históricos se tornava cada vez mais real, uma vez que, as eleições ocorridas na década de 1890 foram favoráveis aos ex-monarquistas. No pleito de 1890 para a Constituinte havia um equilíbrio de forças e uma

política conciliatória por parte de ex-monarquistas e alguns republicanos históricos como Silvio Romero e Oliveira Valladão.

O resultado das urnas garantiu a vitória para senadores Coronel Manoel da Silva Rosa Júnior (republicano histórico), José Luiz Coelho e Campos e Thomaz Rodrigues da Cruz (adesistas). Para o cargo de deputado foram eleitos o adesista Leandro Ribeiro Siqueira Maciel e os seguintes republicanos históricos: Capitão Ivo do Prado, Prisciliano de Oliveira Valladão (DANTAS, 2009, p. 230).

Enquanto a representação de Sergipe no Senado foi maioria adesista, para a vaga de Deputado predominou os idealizadores da República. No entanto, o mesmo não ocorreu na campanha de 1894, pois a situação foi totalmente diferente. Foram eleitos a Deputado Federal: Manoel José Menezes Prado, Olímpio Souza Campos, Geminiano Brasil de Oliveira Góes e Antônio Gouveia Lima, nenhum deles era republicano histórico. Essa falta de representatividade por parte dos históricos fez lançar as bases para o Golpe de 1894 cometido por esse grupo (DANTAS, 2009, p. 230).

Com isso, a década de 1890 foi bem turbulenta por causa dessas questões políticas. Souza Neves defende que desde o golpe de 15 de novembro de 1889 até o início do governo de Campos Salles, em 1898, foram anos tumultuados repletos de desordens e poucos acordos duradouros: “Antes que o novo regime político se consolidasse, a república viveu um período de instabilidade, de não poucas tensões, de indefinição de rumos e de ausência de um desenho político nítido para a nova ordem instaurada” (NEVES, 2003, p. 20).

A primeira década foi tão complexa que Renato Lessa (2001, p. 17), por sua vez, disse o seguinte:

Os primeiros anos republicanos se caracterizaram mais pelo vazio representado pela supressão dos mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política. O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção de uma nova ordem.

Constata-se que o clima de tensão entre os grupos políticos era intenso, ao longo deste capítulo observamos os fatores que contribuíram para a crise do Império, como ocorreu o processo de transição do sistema político, a maneira que os republicanos são caracterizados pela historiografia e atuação dos jornais em todo nesse contexto histórico. No próximo capítulo iremos conhecer e analisar os processos de adesão ao modelo republicano e como ocorreu a formação dos partidos políticos em Sergipe.

2. ADESÕES AO REPUBLICANISMO EM SERGIPE

O presente capítulo é dedicado para desenvolver análises a respeito das adesões ao republicanismo, em Sergipe, após a Proclamação da República. E tem como objetivos: conhecer as reações de diversos políticos sergipanos à notícia do golpe de 1889; identificar casos do que chamaríamos de oportunismo político através das adesões; e entender como ocorreu a formação e organização dos partidos políticos após a Proclamação da República.

Como será estudada a reformulação partidária no início da República e essas adesões, é plausível nos atentarmos para o que aponta Serge Bernstein (1988, p. 57-59). De acordo com ele, a história dos partidos políticos assim como a história política também sofreu um descrédito na historiografia. Isso se deveu aos trabalhos tradicionais, metódicos, que eram realizados nesse campo. Contudo, na atualidade, o enfoque principal ao estudar os partidos é analisar o poder e as formas como ele é entendido e vivenciado no dia a dia das relações humanas que influenciam o curso da história.

Conforme analisado no capítulo anterior, os agentes que atuaram no movimento republicano foram divididos em três grupos: aqueles que aderiram antes de 13 de maio de 1888 (assinatura da Lei Áurea) e eram chamados de “republicanos históricos” que foram as pessoas que realizaram a campanha republicana.

Um segundo grupo que se tornou republicano após a abolição e eram chamados de “oportunistas”. Estes deixaram de apoiar a Monarquia em retaliação à atitude da princesa Isabel de decretar o fim da escravização de pessoas no Brasil.

Por fim, os que aceitaram a República somente após sua Proclamação em 15 de novembro de 1889. A estes é dado o nome de “republicanos adesistas”, “republicanos do fato consumado” ou “consumatistas” (GÓES, 2005, p. 14-15). Esses adesistas eram ex-monarquistas que pertenciam ao Partido Conservador ou ao Partido Liberal durante o Império, e aderiram ao novo sistema de governo assim que constataram que a situação era irreversível. Essa questão é bastante significativa, posto que, mostra como os integrantes desses grupos não tinham convicção ideológica monárquica e, muito menos, republicana. Apenas ansiavam pela liderança política do estado e tentaram de todas as formas a manipulação do poder. Para atingir tal finalidade, alteraram seus discursos de maneira estratégica.

Este capítulo está dividido em duas partes, sendo uma para discorrer sobre o golpe de 15 de novembro de 1889, as manifestações de adesão ao sistema republicano, em que se busca

identificar os interesses por traz dessas adesões; e a segunda parte será dedicada ao estudo dos conflitos e a formação dos partidos políticos nos primeiros anos do período republicano.

As fontes utilizadas para esta pesquisa foram consultadas na Biblioteca Central da Universidade (BICEN) Federal de Sergipe e na Hemeroteca Digital do site da Biblioteca Nacional (BN). Na BICEN foi encontrado o livro do professor Balthazar Góes, *A República em Sergipe*, como já foi citado no capítulo anterior. Na BN consultamos os seguintes jornais: *A Reforma*, *Gazeta de Sergipe*, *Estado de Sergipe*, *Folha de Sergipe* e *O Republicano*. Todos eles foram fundados em Sergipe e circularam entre os anos de 1887 e 1898.

Os jornais *O Republicano* e o *Estado de Sergipe*, já foram explicados no capítulo 01 deste trabalho. A *Folha de Sergipe* foi um jornal político que, segundo Guaraná (1925, p. 486), tornou-se órgão do partido republicano federal e circulou entre os anos 1890 e 1898. A frequência das publicações, inicialmente, era de duas vezes na semana, depois passou para três e, a partir de 1891, todos os dias.

A *Folha de Sergipe* pertenceu a Capitolino Henrique da Costa que, segundo Guaraná, foi administrador do *Jornal do Comércio*: órgão dos interesses do comércio, da lavoura e da indústria, tipografia localizada em Aracaju e circulou entre 1877 e 1878 (GUARANÁ, 1925, p. 486). E, como assinala Suelayne Oliveira Andrade (2019, p. 12), era alagoano e mudou-se para Aracaju/SE com sua família na adolescência. Quanto a sua participação política, explica que:

Capitolino Henrique da Costa era dono de uma tipografia em Aracaju a qual deu origem ao jornal *Folha de Sergipe*, adquiriu admiradores e inimigos dentro da sociedade em que vivia, devido a sua atuação política e defesa dos ideais do grupo conservador (ANDRADE, 2019, p. 18).

Sobre o jornal *A Reforma* é importante registrar que era órgão do Partido Liberal e foi fundado em 1887 por José de Faro Rollemberg, chefe do referido grupo político. Nas edições de 1888 o redator chefe era Gumercindo Bessa, já nos exemplares de 1889 era Apulcro Motta.

Este se tornou proprietário da folha *Gazeta de Sergipe*, fundada em 01 de janeiro de 1890, em substituição de *A Reforma*. Esta teve seu fim por causa da mudança de governo, visto que existia para defender e propagar os ideais do Partido Liberal, mas com o fim da Monarquia, perdeu seu sentido.

Além disso, seu antigo dono, José de Faro Rollemberg, já havia morrido em outubro de 1889. Mota foi secretário de governo na administração de Vicente Luís de Oliveira Ribeiro (1891) e de maneira interina nos mandatos de José Joaquim Lobo (1896) e Martinho Cesar de

Silveira Garcez (1898). Foi eleito Deputado Estadual (1898-1899). Por ser presidente da Assembleia legislativa, assumiu o governo do estado após a renúncia de Garcez, em 1898, e ficou até outubro de 1899 quando Olímpio Campos tomou posse do cargo. Foi o fundador do jornal *Eco Liberal* e contribuiu com os periódicos *A Reforma*, *Jornal de Sergipe*, *Gazeta de Sergipe* e *Diário da Manhã* (LOPES, 2014, p. 1).

Uma fonte bibliográfica que muito auxiliou na construção deste capítulo foi o dicionário biobibliográfico Armindo Guaraná, cujas considerações sobre o autor e a obra foram realizadas no capítulo 1 deste trabalho.

2.1 AS MANIFESTAÇÕES DE ADESÃO AO SISTEMA REPUBLICANO

Enquanto o sistema monárquico esteve em vigor, os grupos monarquistas demonstravam total apoio e disputavam quem mais se destacava nesse regime. Para revelar a verdadeira conduta política do periódico *A Reforma*, na fase imperial brasileira, foi analisada a edição número 141, de 29 de agosto de 1889, do redator Apulcro Motta, no qual publicou um artigo sobre a visita à Sergipe realizada pelo Conde D'Eu, esposo da princesa Izabel.

O Conde estava visitando os estados brasileiros a fim de receber mais apoio político para a coroa. Nessa ocasião, não faltaram saudações ao nobre e à família imperial. Observemos:

Saudando ao Augusto viajante, A Reforma não cumprimenta tão somente a pessoa de S. A. Imperial; faz praça às suas crenças políticas e ergue um viva entusiasta à monarquia brasileira, representada pelo Venerando Ancião D. Pedro 2º e Sua Filha a Princesa Izabel (A REFORMA, nº 141, 29 de agosto de 1889, p. 01).

Prova cabal da total compatibilidade com o regime monárquico e o apoio à família imperial, exposta logo na primeira página do periódico. A partir da análise de alguns exemplares do ano 1888, nos periódicos: *A Reforma* e *O Republicano*, percebermos que houve uma série de discussões entre os dois. *A Reforma*, na edição número 97, de 18 de novembro de 1888, criticou o jornal *O Republicano*, afirmando que este não tinha redatores visíveis, apesar de conhecê-los e de ter encontrado com eles:

Recebemos a visita d'O Republicano, órgão do partido que lhe deu o nome, editado em Laranjeiras, sem redatores visíveis. [...] O novo colega veio ao mundo de pano em branco, cheio de coragem, de ciência, de civismo e de polidez, para combater o liberalismo monárquico (A REFORMA, nº 97, 18 de novembro de 1888, p. 01).

O Republicano rebateu essas provocações no dia 21 de novembro de 1888, edição número 03, afirmando que seu objetivo não era se opuser apenas a um partido, mas enfrentar a Monarquia como um todo, incluindo assim, os dois grupos políticos: “nossa profissão de fé, não é atacar exclusivamente o liberalismo monárquico. [...] Não. É também atacar seu irmão, o seu gêmeo, o conservadorismo monárquico.” (O REPUBLICANO, nº 03, 21 de novembro de 1888, p. 01).

O enfrentamento continuou, em 25 de novembro de 1888, *A Reforma* publicou artigo intitulado de “Contra a República”, em crítica à *O Republicano*. E fez a seguinte afirmação: “Não resta dúvida que a propaganda de tais ideias merece os epítetos de inepta e antipatriota”. (A REFORMA, nº 98, 25 de novembro de 1888, p. 3).

No dia 29 de agosto de 1889, poucos meses antes de ser proclamada a República, o jornal *A Reforma*, órgão liberal, fez uma denúncia de que o Partido Conservador estava passando por sérios problemas internos por causa de brigas entre seus membros. Tudo porque um queria ter mais influência política do que o outro.

A questão é que o Dr. Menezes Prado, integrante do partido conservador, deixou de ser candidato devido a problemas com seus correligionários, pois não recebeu apoio para sua candidatura, uma vez que, os outros integrantes do partido não queriam perder espaço:

O Dr. Menezes Prado não encontrou no eleitorado conservador o apoio que esperava, porque o Dr. José Luiz tem o interesse de ficar com o campo limpo no distrito que sempre considerou seu (A REFORMA, 29 de agosto de 1889, nº 141, p. 2).

E as disputas por influência entre os próprios conservadores não paravam nesta situação, pois em outras regiões da província também ocorriam perseguições e embates entre os conservadores:

Do mesmo modo não encontra aqui, no primeiro distrito, o apoio que supunha achar o Dr. José Luiz, porque, de detrás das cortinas, o Dr. Leandro Maciel lhe vai sorrateiramente cortando os voos. No sul da província faz o mesmo com o famigerado Sr. Coronel Dantas, o manhoso, e archi-jesuíta (sic) vigário Olympio Campos (A REFORMA, nº 141, 29 de agosto de 1889, p. 2).

Isso comprova que Olympio Campos estava bastante atuante na política sergipana, a ponto de entrar em discórdia com seus próprios companheiros de grupo político. Mais adiante veremos a gigantesca mudança de discurso dos dois partidos monarquistas num pequeno espaço de tempo de menos de três meses.

Assim que a notícia do golpe de 15 de novembro chegou a Sergipe, prontamente começaram a ocorrer manifestações de adesão ao sistema republicano e uma série de felicitações pelo ocorrido. Segundo a pesquisadora Maria Thetis Nunes (1979-1982, p. 14), logo que perceberam que o governo republicano era um fato improvável de reverter, as adesões foram instantâneas.

É o que também defende Terezinha Oliva e Ibarê Dantas. Oliva (2013, p. 171) assinala que, assim como no restante do país, os políticos sergipanos dos partidos monarquistas conservadores e liberais, também aderiram ao novo sistema de governo e ao partido republicano, mas continuaram se referindo um ao outro com as antigas nomenclaturas.

Dantas, no que concerne a esse assunto, afirma o seguinte: “uma vez proclamada a República, as adesões proliferaram, mas os neorepublicanos não revelavam grande identificação com a ideia” (DANTAS, 2004, p. 16). Isto é, se declararam “republicanos”, mas não concordavam e nem se identificavam com a proposta desse sistema.

Os três autores supracitados afirmam que não houve, de maneira contundente, manifestações contrárias ao novo regime. Muito pelo contrário, imediatamente, os políticos sergipanos aderiram ao governo que se iniciava por não poderem naquele momento reagirem de maneira eficaz.

Diante disso, um questionamento muito pertinente que se faz quando é analisado o Golpe de 1889 é: por que não houve reações significativas, contrárias ao novo governo? Esta é uma pergunta expressiva por diversos aspectos. O primeiro deles é pelo fato de que antes da Proclamação da República o número de adeptos ao Partido Republicano era ínfimo. Em Sergipe, estima-se que entre agosto de 1887 e fevereiro de 1889, manifestaram-se republicanos cerca de 7 pessoas na cidade de Estância, 41 em Laranjeiras, 48 em Itaporanga e 7 em Aracaju, como aponta Balthazar Góes³² (2005, p. 179-189). Mesma situação encontrava-se em outras partes do país.

O segundo aspecto é que, a transição da Monarquia para a República foi feita sem a participação da maioria da população, incluindo pessoas de alta e baixa condição socioeconômica. Em terceiro é que, assim que foi instaurado o novo sistema político, foi grande a quantidade de adesões, não havendo reações contrárias que fossem dignas de menção, como apontam várias bibliografias consultadas. E, por último, é o fato de que os

³² Balthazar Góes foi membro do Clube Republicano Laranjeirense e membro do Governo Provisório após a queda da Monarquia. Para mais informações sobre Balthazar Góes, ler GOÊS, 2005 e SANTOS, 2017.

primeiros anos do sistema republicano foram muito conflituosos, com muitos desacordos e disputas por cargos públicos, assim, pouco diferindo do período imperial.

Sobre essas reações imediatas, Margarida Neves (2003, p. 19) assinala:

Nas províncias, os telegramas com as notícias do que se passara no Rio de Janeiro certamente surpreenderam a muitos, mas não houve reação digna de notícias na imprensa e, imediatamente, foram formados governos provisórios.

Neves defende a justificativa, para essa apatia dos brasileiros diante da mudança de governo, de que foi o sentimento de submissão que, ao buscarem o favorecimento da elite, fez apoiarem o novo sistema político.

Em todo caso, a submissão de séculos levaria a alguns a pensar que quem a boa árvore se achega, boa sombra o cobre, para continuar buscando o favor e a proteção dos poderosos de sempre, muitos deles convertidos em ardorosos republicanos depois daquela sexta feira quente de novembro (NEVES, 2003, p. 19).

É uma justificativa bastante plausível, porém, o que explicaria a aceitação por parte dos “poderosos” mencionados no texto? A aprovação consentida pela elite ao governo republicano deu-se somente por causa da abolição da escravidão? E mais, como essa justificativa explicaria a rápida conversão ao republicanismo realizada pelos latifundiários que até o golpe de 1889 se manifestavam como liberais ou conservadores?

O escritor Machado de Assis, autor de clássicos da Literatura Brasileira, criticou essas mudanças repentinas de postura política. Constata-se isso, em seu livro *Esau e Jacó*, de 1904, que narra a história dos irmãos Pedro e Paulo e inclui a temática dos anos finais da Monarquia brasileira e os primeiros anos republicanos. Na obra, temos contato com a história do personagem Batista que sempre fora monarquista, integrante do Partido Conservador.

Representando estes, já tinha sido até presidente de província, mas havia perdido o cargo. Continuava, porém, a nutrir esperanças de voltar a ter alto cargo público. Porém, frustrou-se com a ascensão dos liberais ao governo. E Cláudia, sua esposa, tentou persuadi-lo a abandonar os conservadores e se aliar aos liberais para conseguir a presidência pretendida (ASSIS, 2012, p. 108-109).

Com o passar da história, Batista se aliou aos liberais e, quando estava prestes a ser empossado como presidente de Província ocorreu o golpe da República. Mais uma vez, ele perdeu de ganhar favores. Porém, não tardou muito, aderiu à República e, finalmente, conseguiu realizar seu objetivo: ganhar uma comissão (ASSIS, 2012, p. 110).

Em *Esaú e Jacó*, além de Batista e Cláudia, temos os exemplos de Custódio, Natividade e Pedro. Todos eles eram monarquistas convictos, contudo mudaram seu discurso político para o republicano, após o golpe, cada um por seus motivos. Não compete a este trabalho aprofundar essas razões aqui, pois, apesar do valor da obra, existe a relação com a história e literatura. Para o que investigamos, o mais importante aqui é que esses exemplos ilustram uma situação recorrente no período. Nesse mesmo sentido, Motta cita a conciliação como sendo um traço marcante da cultura política brasileira: “A força da tradição conciliatória no Brasil” (MOTTA, 2009, p. 30).

Agora, trataremos sobre o caráter dessas adesões e as mensagens de apoio à República. Além de cartas enviadas ao governo provisório, os novos republicanos demonstravam sua conversão à nova forma de governo através dos jornais. Estes eram importantes mecanismos para propagar ideias e lutas políticas.

Segundo Rabelo (2013, 179), no século XIX esses periódicos não visavam tanto o retorno financeiro, mas sim um lugar de fala, uma oportunidade de debater questões político-ideológicas. Assim, muitas tipografias contrárias ou favoráveis aos governos utilizavam esse meio para participarem desses debates.

Por meio desses jornais podemos identificar o posicionamento político de cada um, tomando por base as críticas ou elogios que faziam sobre a República ou a Monarquia, incluindo os grupos políticos que delas faziam parte. É inegável o caráter político dos impressos, por isso, as páginas a seguir foram dedicadas para analisar dois deles: *A Reforma* e o *Estado de Sergipe* nas publicações em que estes anunciam a Proclamação da República.

No dia 21 de novembro de 1889, *A Reforma* publicou a notícia da Proclamação da República. De acordo com o artigo, o jornal não tinha detalhes do ocorrido, mas tinha conhecimento das razões que levaram à queda da Monarquia, tais como o descrédito com as instituições monárquicas e a maneira corrupta como a nação estava sendo conduzida. É o que podemos observar no trecho a seguir:

Assim a República Brasileira, proclamada na capital da nação, pode se dizer hoje aceita em todo o país, porque é o resultado desse grande fator – a vontade nacional. [...] A mais torpe das especulações, posta em jogo em torno daquele que foi por mais de meio século o diretor deste país, mas que há muito já não nos governava, porque sua razão nem a si próprio dirigia (A REFORMA, nº 163, 21 de novembro de 1889, p. 1).

Quanto ao jornal *Estado de Sergipe*, na edição número 01, do dia 6 de dezembro de 1889, cerca de 22 dias após a proclamação, foi publicado logo na primeira página, um artigo

escrito pelo monsenhor Olympio Campos, pertencente ao Partido Conservador até a queda da Monarquia.

Primeiramente, ele definiu o golpe realizado por Deodoro da Fonseca como “A revolução de 15 de novembro” e exorta a todos que apoiem o regime político recém-instalado se assim desejam um governo de ordem e paz. Essa atitude, provavelmente, almejou demonstrar concordância com o novo governo e sinalizar que de sua parte não haveria qualquer resistência (ESTADO DE SERGIPE, nº 01, 06 de dezembro de 1889, p. 01).

Fez, ainda, a defesa dos partidos monárquicos: “Conservadores e Liberais, em oposição, diziam-se vítimas da opressão do governo, e escalavam o poder por meio de ameaças às instituições então existentes” (ESTADO DE SERGIPE, nº 01, 06 de dezembro de 1889, p. 01). Como é possível observar nesse trecho, Campos tenta reverter a situação a seu favor e dos partidos preexistentes dando a entender que também eram vítimas do regime monárquico.

Realizou uma série de críticas ao governo monárquico revelando que não teria sido baseado “no verdadeiro e no justo”. Olympio Campos foi deputado à Assembleia geral (1885 e 1886 – 1889) e deputado provincial (1882, 1883 e 1884). Na publicação defendeu suas intenções: “Não sou um sonhador, nem tão pouco um calculista que explora posições e vantagens em proveito próprio” (ESTADO DE SERGIPE, nº 01, 06 de dezembro de 1889, p. 01).

O ato de se defender era algo recorrente nesse momento. Os republicanos históricos criticavam não somente à Monarquia, como também aos partidos Conservador e Liberal e, conseqüentemente, tinham sérias desavenças com os seus integrantes o que fazia com estes receassem retaliações.

Outra característica dos republicanos adesistas era a tentativa de convencer que eram republicanos ou descontentes com a Monarquia mesmo dantes da Proclamação da República. Campos também fez isso:

Foi tal a desilusão que se apoderou do meu espírito, que confiei a esses amigos o propósito em que estava de colocar-me fora dos partidos. Tendo-se dado, porém, a queda do Partido Conservador, não me pareceu decente desligar-me dos antigos companheiros. A ocasião era imprópria para a orientação projetada. Acompanhei-os no ostracismo (ESTADO DE SERGIPE, nº 01, 06 de dezembro de 1889, p. 01).

Ostracismo nunca foi uma realidade vivenciada por Campos, que proferiu essas palavras expostas na citação anterior. Tanto é que, assim como já observado, que até às vésperas do golpe continuava liderando os conservadores de Sergipe.

Como já analisado na edição número 141, do dia 29 de agosto de 1889, de *A Reforma*, fez diversas denúncias sobre os conservadores, incluiu nomes como Dr. José Luiz, Leandro Maciel e Olympio Campos, além de criticar duramente o jornal *A Gazeta*, de propriedade dos conservadores. Dentre as denúncias estão a desunião e a perseguição dentro do próprio partido conservador e contra o governo do liberal e conselheiro, Dr. Jeronimo Sodré Pereira, presidente da Assembleia provincial de Sergipe.

Em 06 de dezembro de 1889, no artigo intitulado de “O novo ideal” fez elogios à República, rogou para que fosse um bom governo, incentivou que esquecessem os problemas e ódios do passado e incentivou as adesões:

Debaixo do ponto de vista da estabilidade e grandeza pátria, esqueça-se o passado e o fantasma de suas lutas, prestando-se adesões firmes ao novo modelo governamental.

Desse novo regime espera-se o rejuvenescimento das províncias sob a gravíssima responsabilidade de governarem-se a si mesmas, de viverem dos seus próprios recursos, e ilustrarem-se cultivando os tesouros de suas mentalidades.

Não só isto; espera-se um laço mais fraternal e mais inquebrantável, que forme das divisões do Estado brasileiro uma perfeita integridade, uma indefectível unidade política e civil.

Assim, nós os do Estado Federal de Sergipe, ponhamos à disposição do governo, que nos rege, o concurso da nossa boa vontade, para que o ideal novo que procuramos abraçar não seja uma dolorosa desilusão, não nos traga a amargura do arrependimento, não ilumine tardiamente as feridas de Ladario³³, única nota de protesto levantada pela monarquia agonizante nos últimos momentos de sua liquidação pelo próprio governo a quem incumbiu de rechaçar o movimento republicano.

Meditação, trabalho e virtude, eis o que aconselhamos aos sergipanos; e colaborem todos na tarefa patriótica da reconstrução da pátria.

Familiarizemo-nos com a grande hospeda; ela veio com a paz, a tranquilidade e a ordem.

Ela veio mostrando-se digna do apoio e aplauso de um povo civilizado, sufocando sob flores os erros e os ódios do passado (ESTADO DE SERGIPE, nº 01, 06 de dezembro de 1889, p. 01).

³³ É considerado como a única vítima da Proclamação da República, pois, sendo ministro da Marinha Imperial reagiu ao Golpe de 1889 e disparou contra Deodoro da Fonseca. Apesar de não acertar seu alvo, foi ferido por militares golpistas, porém, este ocorrido não o levou à morte. Para mais informações sobre esse acontecimento, cf.: A REFORMA, nº 163, 21 de novembro de 1889, p. 02.

Como podemos perceber nesse trecho, era praticamente um pedido de paz. Não queriam ser inimigos do novo governo, possivelmente com medo de represálias, violências físicas e sanções ao acesso a cargos públicos de qualquer natureza. Convertidos totalmente ao novo credo concluíram a declaração com “Viva à República dos Estados Unidos do Brasil”.

O trecho a seguir mostra como o casal real passou a ser retratado após o golpe de 15 de novembro. Acusado de ser príncipe ambicioso e sem amor pelo Brasil. E a princesa Izabel qualificada como “tanática”, ou seja, algo mortal ou que produz a morte. Enquanto antes rendiam vivas à Monarquia passaram, rapidamente, a saudar a República:

E o emperramento de uma princesa tanática, as [...] ambições de um príncipe estrangeiro, sem amor à pátria, nem aos seus concidadãos. [...] Havia infiltrado em todos os ânimos a convicção de que era fatalmente necessário uma mudança radical de homens e de sistema. [...] Viva a República brasileira! (A REFORMA, nº 163, 21 de novembro de 1889, p. 01).

Camaleões políticos. Como o réptil que consegue se camuflar em qualquer ambiente, sendo este seu único meio de defesa, por não ter porte físico suficiente para enfrentar criaturas maiores e mais velozes, assim também, existem pessoas que se adaptam a qualquer situação com o objetivo de se protegerem. Não apenas para preservar a vida, mas a existência pomposa e repleta de privilégios. Preservar os cargos, mesmo à custa de mentiras, calúnias, bajulações e perseguições. Não existe maquiagem que disfarce tamanho oportunismo.

Adesões francas e sinceras das seguintes repartições – secretaria de governo, secretaria de polícia, tesouraria da fazenda, alfândega, tesouro provincial, administração dos correios, câmara dos municípios da capital, Maruim e de Itaporanga, diretoria da instrução pública, inspetoria da saúde do porto, inspetoria de higiene e capitania do porto. [...] Também lhe oficiaram congratulando-se pelo advento da República, e a ela prometendo todo o seu apoio, o delegado em exercício da capital, professor Luís Carlos da Silva Lisboa, e o juiz municipal, Jucundo do Rosário Montalvão e o juiz de direito Dr. Gonçalo Vieira do Mello (A REFORMA, nº 163, 21 de novembro de 1889, p. 01).

Na mesma publicação é comunicada a escolha do Dr. Felisbelo Firmo de Oliveira Freire para presidente de Sergipe e as adesões de funcionários públicos à nova forma de governo. Como a dos funcionários da estação telegráfica, ocorrida no dia 18.

Revela convocação do partido liberal para adesão à nova forma de governo por recomendação de 3 representantes do partido na câmara. Enfatiza que: “Precisamos acrescentar que grande parte do partido liberal já havia aderido ao movimento republicano” (A REFORMA, nº 163, 21 de novembro de 1889, p. 01).

Tenho a satisfação de comunicar-vos que, de acordo com seus ex-representantes da província no último parlamento, na qualidade de 1º vice-presidente, convoquei o diretório do partido liberal para pronunciar-se sobre os acontecimentos de 15 do corrente, e que este não só aderiu, como aconselhou ao mesmo partido que prestasse à nova ordem de coisas, à República e aos Governos Provisórios, tanto o dos Estados Unidos do Brasil, como o deste estado de Sergipe, a mais formal e sincera adesão (A REFORMA, nº 163, 21 de novembro de 1889, p. 01).

Então, estava declaradamente convertido ao Republicanismo, o Partido Liberal de Sergipe que dominava o estado quando ocorreu o golpe do dia 15. O documento? Foi assinado por José de Barros Pimentel, vice-presidente.

Na edição número 165, do dia 28 de novembro de 1889, publicou uma matéria sobre Felisbello Freire, enaltecendo suas virtudes e sua característica de revolucionário que luta em prol de todos até mesmo daqueles que o perseguem: “trabalharemos para o bem da pátria inteira, e até em proveito dos que os hostilizam e perseguem. Entretanto, se o benefício se espalha a todos, a glória reserva-se para poucos” (A REFORMA, nº 165, 28 de novembro de 1889, p. 1).

Com o artigo intitulado de “Festa Cívica”, foi noticiada uma reunião que ocorreu na noite de 23 de novembro entre o Governo Provisório de Sergipe e uma parcela da sociedade, como representantes do comércio e da indústria, para organizarem a festa cívica em comemoração à Proclamação da República. O festejo foi marcado para o dia 15 de dezembro quando seria comemorado o primeiro mês da revolução (A REFORMA, nº 165, 28 de novembro de 1889, p. 1).

O que chamou mais atenção é que a lista com os nomes de apoiadores do evento já contava com representantes expressivos dos antigos grupos monarquistas. Isso mostra uma junção de interesses logo nos primeiros dias da nova forma de governo. Nomearam comissões que ficaram incumbidas de organizarem o evento.

Dentre os envolvidos na arrumação da festividade está o nome de Ananias de Azevedo que possuiu cargos públicos desde o Império até a República, e havia escrito artigos em alguns jornais, dentre eles *A Reforma*, que era órgão do partido liberal (GUARANÁ, 1925, p.23).

Apulcro Motta foi nomeado como um dos representantes da imprensa. Como foi esclarecido na introdução deste capítulo, Motta foi um jornalista bem atuante no estado de Sergipe e seguiu carreira pública desde cedo, ainda no período imperial. Com o advento da

República continuou exercendo papel de destaque nesse cenário político (GUARANÁ, 1925, p. 66).

Em nossas pesquisas encontramos vários exemplares do jornal citado que tem o nome de Apulcro estampado como redator. Além disso, existem diversos artigos que provam o envolvimento dele nas discussões do Partido Liberal, principalmente, nos embates contra os conservadores. Inclusive, algumas dessas ocorrências estão expostas neste capítulo.

No que concerne ao vigário Olympio Campos, este foi um dos responsáveis pelos atos sacros do festejo cívico. Este senhor que durante boa parte de sua vida teve papel de destaque no Partido Conservador de Sergipe e, assim que foi Proclamada a República, aderiu a ela.

De acordo com Guaraná, ele se dedicou à vida eclesiástica e à carreira política. Durante o Império foi membro do Partido Conservador, ocupando cargos como o de deputado provincial e geral. Com o advento da República, continuou agindo ativamente no cenário político sergipano como deputado, senador e governador do estado.

Uma questão bastante importante e digna de destaque é a fundação do jornal supracitado, *Estado de Sergipe*. Este sucedeu a folha *Gazeta do Aracaju*, órgão ligado ao Partido Conservador. Essa informação é veiculada em *A Reforma*, edição de número 168, em 08 de dezembro. “Folha de Sergipe – Com este título espalhou-se ontem nesta cidade uma folha hebdomandária³⁴, saída das oficinas da extinta *Gazeta do Aracaju*.” (A REFORMA, nº 168, 08 de dezembro de 1889, p. 2). A criação da folha é atribuída ao então vigário da capital Olímpio Campos.

A edição nº 74, de 29 de novembro de 1889 de *A Reforma*, é o último número de que dispomos desse jornal que provavelmente foi encerrado logo após essa data:

A modificação política porque passou ultimamente o país, confundindo os partidos que militavam perante a extinta monarquia, anulou o nosso principal objetivo, que era combater pela ideia liberal, em cujas fileiras militávamos. É natural, pois, que *A Reforma* retire-se à sua tenda de descanso. Não quer, porém, isso dizer que, pessoalmente, recuemos da luta (A REFORMA, nº 74, 29 de novembro de 1889, p. 2).

Como podemos observar, é um anúncio claro de que o jornal deixaria de ser publicado, entretanto, seus dirigentes continuariam agindo ativamente na política e que ansiavam por reformas ainda mais importantes e possíveis de realizar no novo regime.

³⁴ Semanalmente.

A Reforma parou de circular nessa data e, em seu lugar, foi fundada *A Gazeta de Sergipe*, de propriedade de Apulcro Motta, em 01 de janeiro de 1890. Motta exercia a função de redator juntamente com Feliciano Prazeres. Nessa publicação, continha algumas informações importantes. Uma era a respeito da eleição para a Assembleia Geral Constituinte que foi marcada para o dia 15 de setembro de 1890.

Segundo a notícia, a primeira reunião da Assembleia eleita seria dois meses depois do pleito para tratar do assunto que foram incumbidos. A outra questão relevante é que os redatores inauguram a nova folha enfatizando que não deveriam ficar presos ao passado e precisavam seguir adiante:

Nova época, novo espírito. Antes de comparecermos em vossa presença, despimo-nos do velho ontem, segundo a frase ardente do apóstolo, restituindo ao passado os ódios e os compromissos, que o passado gerara. [...] A evolução é fatal, arrasta-nos. Pior para os que tentam resistir-lhe: ela esmaga-os e segue. Acompanhamo-la de coração alegre, porque ela segue sempre a trajetória do mau para o bom, e do bom para o melhor (A GAZETA DE SERGIPE, nº 01, 01 de janeiro de 1890, p. 1)

Além de todas essas manifestações de apoio à República, muitos antigos monarquistas depreciavam a Monarquia. Por intermédio do jornal *A Reforma*, nº 166, do dia 01 de dezembro de 1889, observou-se que este impresso anunciou que a Monarquia foi banida, mas que só isso não bastava, deveria ser posto um fim em todas as práticas mesquinhas que dela fizeram parte.

É considerável destacar que nem todas as pessoas aderiram de imediato ao novo sistema. Um exemplo disso é o que foi publicado no jornal *Estado de Sergipe*, edição nº 2, de 15 de dezembro de 1889, e assinado por José Luiz Coelho e Campos. Nele, teceu considerações sobre a Proclamação da República e fez, ainda, a defesa do imperador deposto. Vejamos: “era gerada estima e merecida consideração de que gozava o Sr. D. Pedro II” (ESTADO DE SERGIPE, nº 02, 15 de dezembro de 1889, p. 01). E mais: “O golpe de Estado de 15 de novembro foi uma surpresa para todos, e não teria explicação, a não ser a política desastrada daquele ministério.” (ESTADO DE SERGIPE, nº 02, 15 de dezembro de 1889, p. 01). E não parou por aí:

Faço pública confissão: se de mim dependesse, não seria deposto o Sr. D. Pedro II. [...] Eu não faria a revolução. No entanto a revolução foi feita, a república proclamada [...]. Aceitar o fato consumado e encaminhá-lo em bem da ordem da liberdade, é o rumo a seguir, o dever do patriotismo (ESTADO DE SERGIPE, nº 02, 15 de dezembro de 1889, p. 01).

O discurso deixa transparecer que, para o autor, a revolução de 15 de novembro foi um golpe. Então, para ele, os republicanos históricos não teriam nada de que se orgulhar. Outro ponto importante que difere esse discurso dos demais é que, para ele, o novo regime não ocorreu com o apoio popular, visto que, pegou a todos de surpresa. O ministério desastroso ao qual se refere Coelho e Campos é o do Partido Liberal. Obviamente, a mudança de regime político não faria mudar as práticas costumeiras ou dissolver os antigos ódios partidários que acalorava o cenário sergipano.

Ao longo do artigo, o autor demonstrou estar a favor de centralização política, e do federalismo contanto que não comprometesse e que reforçasse essa centralização de uma religião oficial do estado, de acordo com o credo professado pela maioria dos cidadãos. Citou Thier³⁵ para embasar o posicionamento de que se a República quisesse subsistir deveria ser conservadora. Por fim, se solidarizou a contribuir na reconstrução da pátria.

Sendo bacharel, começou a carreira pública como promotor da justiça na comarca de Capela e dedicou sua vida ao direito e à política. Durante o Império, serviu no Partido Conservador e o representou diversas vezes como deputado e outros cargos. Com a chegada da República, continuou bem atuante no cenário político sergipano e nacional, chegando a ser senador. Em sua carreira jurídica tornou-se juiz e, por fim, ministro do Supremo Tribunal Federal (GUARANÁ, 1925, p. 328).

Em artigo assinado por Fausto Cardoso e publicado em *A Reforma*, no dia 22 de dezembro de 1889, nº 172, apresenta críticas ao jornal *Estado de Sergipe* que pertencia aos integrantes do extinto partido conservador. Citou o nome de Olímpio Campos, fundador do periódico, porém a autoria da publicação contestada é atribuída a José Luiz Coelho e Campos. Observemos: “Com tal orientação, o *Estado de Sergipe* segue, apenas com o nome trocado, a orbita inalterável da ex-*Gazeta do Aracaju*. [...] A meu ver a inclusão de tais dislates políticos no novo regime é o verme roedor da vida republicana.” (A REFORMA, nº 172, 22 de dezembro de 1889, p. 01).

Em 01 de fevereiro de 1890, o *Estado de Sergipe*, edição nº 08, escreveu a respeito do abandono de Sergipe durante a Monarquia e o consequente asceticismo político. Os governos anteriores não conseguiram trazer para o estado as melhorias solicitadas pelos cidadãos. O trecho a seguir revela devidamente a afirmação: “Este é o quadro desolante (sic) que a história contemporânea do país apresenta a nossos olhares, engendrando esse acúmulo de desilusões,

³⁵ Marie Joseph Louis Adolphe Thiers foi um político e historiador francês que governou a França.

que determinou a queda da monarquia” (ESTADO DE SERGIPE, nº 08, 01 de fevereiro de 1890, p. 1).

De acordo com a fonte, essa era a realidade da maioria das províncias, principalmente, as menores. Mas, para a corte e outras localidades como São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Recife nenhuma solicitação era negada. Havia uma desigualdade muito grande referente aos benefícios concedidos pelo “finado Império”. Realmente, essa era uma crítica recorrente em diversos jornais republicanos antes da queda da Monarquia, mas o proprietário do jornal, Olympio Campos, não tinha atitude de atacar o antigo regime, pois dele fazia parte na época. Depois da deposição do monarca, o monsenhor admitiu as irregularidades existentes na história política do país.

Em relação ao jornal *O Republicano* não dispomos de nenhum exemplar referente ao anúncio da Proclamação da República. Os exemplares de 1889, que pudemos acessar e consultar datam até 17 de novembro, mas não é veiculada essa notícia, provavelmente, por esses exemplares terem sido escritos antes do dia 15.

Com o advento do novo governo, *O Republicano* se tornou órgão oficial do Estado e recebeu uma nova roupagem. Na primeira e na segunda página apresentavam o relatório do expediente do governo e do secretário, os ofícios recebidos e despachados e os requerimentos despachados. No final da segunda, ou às vezes, na terceira página em diante eram publicados os artigos e notícias em geral, como óbitos, casamentos, dentre outros.

De grande auxílio foram as publicações do ano 1890, por meio das quais foi possível perceber opiniões a respeito da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a laicização do Estado, entre outras coisas. No exemplar nº 50, de 4 de janeiro, o periódico fez uma análise de sua trajetória e afirmou estar em atividade desde 1887, com a criação do jornal *O Laranjeirense*, seu sucessor.

Contribuiu na luta em favor do abolicionismo e na campanha republicana. Além disso, citou os nomes de Felisbello Freire, José Moreira Guimarães, Lima Júnior, Baltazar Góes, Josino Menezes, José Leandro, Pedro Barbuda, Galdino Menezes e Ernesto Nascimento que auxiliaram como redatores da folha. E mais:

Desde janeiro de 1887, data de sua fundação, sob o nome d’O Laranjeirense até hoje sob O Republicano, esta folha traçou seu plano de conduta, de acordo com as grandiosas manifestações do país, traduzindo os seus mais generosos sentimentos. Nos dois primeiros anos de sua existência embrenhara-se com a coragem de um estoico nas lutas gigantescas do abolicionismo (O REPUBLICANO, nº 50, 04 de janeiro de 1890, p. 3).

Adiante, o artigo convoca a todos, sem exceção, para que se apresentem na luta cotidiana em prol da nação. Afirma que os antigos partidos não existem mais e, portanto, devem ser deixadas de lado as diferenças e tudo em favor da pátria.

No capítulo anterior foram citados nomes de políticos e funcionários públicos que aderiram ao novo governo. A quantidade de adesistas é imensa e, para que esta análise seja realizada com maiores detalhes, não será possível abarcar todos esses casos de adesões, por uma questão de limitação do trabalho com algumas fontes, uma vez que, não conseguimos encontrar maiores informações sobre várias pessoas que são citadas nesses documentos. Porém, algumas delas serão estudadas neste trabalho, em virtude de terem sido encontradas no dicionário biobibliográfico Armino Guarani e/ou em jornais do período.

Entre aqueles que aderiram à República após sua proclamação estão os nomes de Brício Cardoso, Daniel Campos, Felix Diniz, Joaquim do Prado, Manuel Alves Machado, Davino Nomysio, Manuel Joaquim de Oliveira Campos, Antônio Alves e Simeão Teles que conseguimos obter informações em Guarani.

Brício Maurício de Azevedo Cardoso foi professor e lecionou em instituições como o Ateneu Sergipense e a Escola Normal. Dedicou-se, também, à carreira política e foi deputado provincial, 1878-1879. Após a Proclamação da República fez parte da primeira Assembleia Constituinte. Além disso, foi secretário do governo do General Valadão e, ao longo de sua vida, fundou e redigiu alguns jornais (GUARANI, 1925, p. 94).

Daniel Campos, era médico, lecionou em algumas instituições e dedicou-se ao funcionalismo público, logo após o golpe de 15 de novembro, exerceu a função de inspetor de higiene, a partir de 30 de dezembro de 1889. Foi deputado em várias legislaturas e assumiu o governo de Sergipe, interinamente, por ser presidente da Assembleia (GUARANI, 1925, p. 110).

Ao longo de sua carreira, contribuiu com diversos jornais como: *Eco Liberal*, *Reforma*, *Gazeta de Sergipe*, entre outros. Como é perceptível, jornais ligados ao Partido Liberal. Quem também se dedicou ao trabalho da imprensa foi o comerciante Severiano Cardoso (GUARANI, 1925, p. 484).

O professor Felix Diniz Barreto, durante o Império, exerceu a função de escriturário na ex-tesouraria provincial. Com o advento da República, foi eleito deputado em 1892 e foi reeleito (GUARANI, 1925, p. 163). O Dr. Joaquim do Prado de Sampaio Leite foi deputado

à Assembleia Constituinte de Sergipe e colaborou em diversos jornais em Sergipe e em outras localidades (GUARANÁ, 1925, p. 288-289).

O professor Manuel Alves Machado exerceu o magistério particular e alguns cargos públicos tanto na área da educação como, também, o de secretário da Câmara Municipal, no Império, e oficial da Secretaria do Governo de 1890 a 1896 (GUARANÁ, 1925, p. 381).

Dr. Davino Nomysio de Aquino destinou parte de sua vida à política no município de Propriá, foi Deputado entre 1888 e 1889 e, ao decorrer de sua carreira colaborou com vários jornais em Sergipe e em Maceió (GUARANÁ, 1925, p. 111-112).

Manuel Joaquim de Oliveira Campos exerceu funções no magistério (foi professor de Tobias Barreto) e na política. No decorrer do Império foi eleito deputado em várias legislaturas (GUARANÁ, 1925, p. 395). O Dr. Simeão Teles de Meneses Sobral seguiu carreira jurídica antes e depois da Proclamação da República, chegou à função de desembargador em 1898 (GUARANÁ, 1925, p. 488).

O advogado Antônio Alves de Gouveia Lima, segundo Guaraná, teve grande destaque no norte de Sergipe, foi chefe político de influência, coronel, promotor público, deputado e presidente da Assembleia Constituinte, em 1891 (GUARANÁ, 1925, p. 26).

Perante o que foi desvendado, é possível constatar que todos os adesistas tinham algum tipo de envolvimento com o poder estatal. Ou eram políticos ou ocupavam algum cargo público e, dessa maneira, eram mais vulneráveis a demissões ou outros tipos de perseguições políticas, como a impossibilidade de concorrer ao pleito eleitoral. Então, preferiram aderir ao governo republicano em razão de evitar retaliação.

2.2 A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS APÓS A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Esta parte do capítulo será destinada para discutir a respeito dos conflitos e interesses que motivaram a criação de novos partidos políticos até 1894. Trabalharemos até o ano supracitado, devido ao fato de que o recorte temporal que vai dele até 1899 será estudado no próximo capítulo.

Quanto ao advento da República em Sergipe, apesar da primeira reação dos políticos ter sido de adesão ao novo governo, essa política de apaziguamento não durou muito e os conflitos começaram a surgir, tanto entre os próprios republicanos históricos como, também,

entre estes e os neorepublicanos. Integrantes dos grupos políticos monarquistas que rivalizam, durante o Império, também tiveram a iniciativa de se unir contra os republicanos históricos.

A primeira década do novo sistema de governo é marcada pela criação de diversos partidos políticos, muitos deles com duração efêmera, dissidências, novos acordos, dentre outras. Com o golpe de 1889, o Partido Republicano tornou-se o único partido. Em 1890, foram fundados três grupos: o Democrata, o Católico e o Nacional. Estes dois últimos formados por antigos integrantes das facções monárquicas (Conservador e Liberal), o Democrata era integrado pelos republicanos históricos.

Em 1892 foi fundado o PRDS (Partido Republicano Democrático Sergipano). Já em 1893 surgiu o PRFS (Partido Republicano Federal de Sergipe). Logo depois, por conta de disputas entre republicanos históricos e adesistas, o PRFS se dividiu em dois grupos políticos. Em 1894, por sua vez, ocorreu um golpe realizado pelos republicanos históricos (assunto do capítulo 3).

De acordo com a professora Maria Thetis Nunes, começaram a surgir, dentro do partido republicano, dissidências que ocasionaram na formação de alguns grupos, em razão do interesse da classe dominante em continuar seu controle sobre o aparato governamental do estado. Vejamos o que a professora diz: “O poder central seguiu manipulando as eleições, às quais já concorrem, desenvolto, os antigos monarquistas, em franca adesão ao novo regime” (NUNES, 1979-1982, p. 14-15).

Sobre o Partido Nacional, Santos afirma que foi fundado em 10 de agosto de 1890, por um grupo liderado por Leandro Siqueira Maciel Junior. Dentre os participantes pode-se destacar Olinto Rodrigues Dantas e Vicente de Oliveira Ribeiro. O motivo da dissidência teria sido a negativa de Felisbello a um pedido do referido Siqueira Maciel (SANTOS, 1990, p. 150). Uma reação muito clara de um ex-integrante dos grupos políticos da Monarquia, que aderiu à causa republicana após o 15 de novembro de 1889.

Essa situação é bastante pertinente para ser analisada, uma vez que, de acordo com o professor Baltazar Góes, o já mencionado Olinto Dantas participou da campanha republicana (pertenceu à segunda fase do movimento) (GOÉS, 2005). Porém, se separou dos republicanos históricos da primeira fase e se aliou a um antigo integrante de partido monarquista. Sendo que este fazia parte da família Siqueira Maciel, grupo que se destacou na política sergipana

desde a primeira metade do século XIX, principalmente em Japaratuba (SANTOS, 1990, p. 113).

Essa questão mostra a situação dos combates entre os próprios republicanos que lutaram contra a Monarquia e, após sua queda, lutaram entre si. Alguns foram esquecidos por seus antigos correligionários, isto é, caíram no ostracismo, já outros tentaram reagir à ingratidão e foram perseguidos (SANTOS, 1990, p. 127).

A ascensão do governo republicano trouxe a proposta de um Estado laico. Isso desagradou a Igreja Católica, religião oficial do Brasil até então, e seus membros mais fervorosos. Em 1890, com a justificativa de defender os valores cristãos católicos e fortalecer a Igreja, foi criado o Partido Católico, no Rio de Janeiro e espalhou-se pelos estados brasileiros (DANTAS, 2009, p. 221).

Em Sergipe, foi o padre Olímpio Campos que se mobilizou para fundar o partido. Buscou o apoio de pessoas influentes, porém a maioria das respostas foi negativa. No pleito para eleger representantes para a Constituinte o partido foi o que teve o pior desempenho: “No conjunto, o Partido Católico foi o principal derrotado, pois não elegeu um único membro dos seus quadros” (DANTAS, 2009, p. 231).

A nível nacional o desfecho não fora diferente, ainda mais com a negativa do papado: “Trata de política partidária, com a qual nem Leão XIII, anteriormente, e nem Pio X naquele momento, queriam que o clero e o episcopado se envolvessem” (ROSA, 2011, p. 84).

Diante desse quadro, começaram a surgir desentendimentos e rupturas entre os Democratas, enquanto que os partidos Nacional e Católico se coligaram (DANTAS, 2004, p. 26). Nessa mesma linha de pensamento é que Terezinha Oliva (2013, p. 172) afirma que em 1892 foi criado o Partido Republicano Democrático Sergipano. Depois, quando o Partido Republicano Federal (a nível nacional) foi fundado, os sergipanos criaram o Partido Republicano Federal de Sergipe.

Não tardou muito e novas disputas entre adesistas e históricos gerou a separação em dois PRFS. Notemos o que a historiadora afirma: “logo se dividiram [...], por causa dos desentendimentos entre republicanos e antigos monarquistas remanescentes dos conservadores” (OLIVA, 2013, p. 172).

Em relação às desavenças existentes entre os grupos e o governo republicano, podemos citar dois pontos de discordância imediata: a laicização do Estado e a convocação da constituinte. No que tange a laicização do Estado, houve discordâncias e contestações

imediatas e, em consequência disso, manifestações em defesa da separação da Igreja do Estado.

O jornal *Estado de Sergipe* contestou o Decreto de 07 de janeiro de 1890, em sua edição nº 06, de 19 de janeiro, por meio do artigo “Separação da Igreja do Estado”. Nele foi reclamada a determinação de liberdade de culto no Brasil. Vejamos a crítica ao decreto:

Pelo decreto citado são livres todos os cultos, colocados todos no mesmo pé de igualdade, a verdade e o erro, a virtude e o vício, a moralidade e o crime, permanecendo o Estado do Brasil indiferente nesse consorciamento³⁶ (sic) infeliz do bom e do mal (ESTADO DE SERGIPE, nº 06, 19 de janeiro de 1890, p. 1).

Para o autor era o sinal da indiferença e desprezo para com a religião. Não havia nada pior que isso e que essa atitude do Estado poderia servir como exemplo para os cidadãos. Era um engano pensar que a República deveria coexistir com uma religião oficial do Estado. E argumenta que, como democracia, o Brasil deveria consultar o povo para saber se estavam de acordo com tal decreto:

De feito, sendo a democracia o governo do povo pelo povo, manifestando-se este por maioria, não consultou os interesses da quase totalidade dos brasileiros o decreto que os privou do auxílio que poderia prestar-lhe o Estado para ilustrar e alimentar a sua fé. [...] O que queremos é que não se contrarie a crença da maioria da nação, por amor de um limitado número de livres pensadores, isto é, dos que se dizem emancipados de Deus (ESTADO DE SERGIPE, nº 06, 19 de janeiro de 1890, p. 1).

Para o *Estado de Sergipe*, a revolução tinha destruído muitas coisas, inclusive, disseminado ideias liberais. Então, todos aqueles que não concordassem com essas atitudes deveriam apelar nas próximas eleições. “cumpre àqueles que não aceitarem, em todo ou em parte, apelar dele para a Constituinte Geral ou provincial”. É o que fazemos no tocante ao Decreto de 7 de janeiro (ESTADO DE SERGIPE, nº 06, 19 de janeiro de 1890, p. 1).

O *Republicano*, por sua vez, no exemplar do dia 23 de janeiro de 1890, nº 55, ao mencionar o Decreto, defendeu que a separação da Igreja Católica do Estado brasileiro era uma ação competente de liberdade, como é possível perceber a seguir: “A separação da igreja do Estado se nos afigura um ato de liberdade, altamente eficaz e moralizador” (O REPUBLICANO, nº 55, 23 de janeiro de 1890, p. 4).

A *Reforma* contribuiu com esse debate, porém a publicação foi anterior ao Decreto, uma vez que, a laicização já era algo amplamente propagado. Nesse exemplar, nº 174, de 29

³⁶ Palavra que vem do verbo “consorciar” e significa unir, associar.

de dezembro de 1889, foi afirmado que a separação da Igreja do Estado era a vontade da população brasileira. Além disso, fez a seguinte declaração: “Se o culto católico tem em nosso país representantes devotados e sinceros, é da própria dignidade deles fazer a propaganda da sua doutrina sem o apoio da força material, sem o apoio do estado” (A REFORMA, nº 174, 29 de dezembro de 1889, p. 2).

Em relação à Constituinte, no dia 19 de janeiro, nº 54, *O Republicano* fez uma série de críticas aos governos anteriores e revelou a preocupação com a realização dessa Constituinte que iria elaborar a Constituição Federal do Brasil. Para o editor, era um perigo eminente a candidatura dos políticos dos antigos partidos monarquistas, imbuídos de caráter e prática não democráticos. Notem nesse fragmento: “Sem profundas [...] transformações não deveria ser oferecida a sanção de uma constituinte em um país [...], cujos hábitos parlamentares são [...] inveterados para delongar as reformas” (O REPUBLICANO, nº 54, 19 de janeiro de 1890, p. 3).

De acordo com o jornal citado anteriormente, a população não havia sido preparada para escolher bem seus representantes e, nem tão pouco, compartilhavam dos ideais democráticos, isso por falta de instrução. Dessa maneira, os monárquicos continuariam a dominar os princípios diretores. Essa preocupação em instruir a população existia desde a campanha republicana durante o Império. O Clube Republicano Laranjeirense criou uma escola para instrução pública, o Liceu Laranjeirense, que teve como fundador o professor Balthazar Góes.

Em 26 de janeiro, nº 56, *O Republicano* protestou sobre o empenho de algumas pessoas, às quais chamou de “notabilidades vencidas pela revolução de novembro” (O REPUBLICANO, nº 56, 26 de janeiro de 1890, p. 3), em pedir a breve realização da Constituinte. Para ele, o intuito dos reivindicadores era de impedir que as transformações fossem realizadas.

De acordo com o autor do artigo, não era o povo que solicitava a realização da constituinte, mas sim os integrantes dos grupos monarquistas que não aceitavam a retirada de seus postos de comando. Notemos:

Quem grita e se esfolia apelando para a constituinte a todo o transe, sem nenhum preparo do espírito público para julgar com calma os atos do governo provisório, são as sumidades dos extintos partidos, que serviram com a Monarquia (O REPUBLICANO, nº 56, 26 de janeiro de 1890, p. 3).

As reclamações não paravam, posto que, desde o dia 09 de janeiro de 1890, periódico nº 51, denunciou que as dificuldades continuavam grandes mesmo depois da Proclamação da República, pois algumas pessoas não haviam compreendido a importância do ato histórico do dia 15 de novembro, em razão de darem relevância apenas aos seus interesses e, assim, não se preocupavam com o bem comum e nem com o futuro da nação.

Cheio de dificuldade é o momento histórico porque atravessamos, desde quando a revolução de 15 de novembro, [...] não foi devidamente compreendida por muitos espíritos, que, prejudicados em seus interesses pessoais, não olham bem para a geração que se levanta e amaldiçoam o brilhante feito e radical emancipação (O REPUBLICANO, nº 51, 09 de janeiro de 1890, p. 3).

Nessa mesma publicação impugnaram a conduta da política durante o período monárquico, como podemos observar: “Profundas e radicais diferenças separam a política imperial, daquela que deve servir de norma aos bons e verdadeiros patriotas”.

Demonstrou a preocupação no país ser conduzido pelos chefes políticos do antigo sistema, pois quem deveria guiar o Brasil eram aqueles que tinham convicção democrática, os verdadeiros republicanos: “Estes homens no momento em que atravessamos não podem, nem devem ser os diretores da nova política que se inicia. [...] São essas as verdades que devem nutrir os legítimos e verdadeiros republicanos” (O REPUBLICANO, nº 51, 09 de janeiro de 1890, p. 3).

Dias depois, em 12 de janeiro, nº 52, foi publicado na segunda página de *O Republicano*, um artigo intitulado de “Os dias de amanhã”. Nele é exposta a apreensão com o futuro do estado de Sergipe por causa do perigo de que as antigas práticas políticas continuassem depois da proclamação.

Segundo o jornal, era necessário que as pessoas analisassem com cautela todas as situações e optassem por aqueles mais preparados para a missão de trazer a “evolução das coisas” (O REPUBLICANO, nº 52, 12 de janeiro de 1890, p. 3). As ações políticas de outrora haviam ensinado as pessoas a viverem dos favores daqueles que dirigiam o estado. Notemos: “compreendeu muito bem que a melhor garantia para si, o melhor processo de viver bem e seguro era agachar-se à sombra dos chefes e formar uma penumbra” (O REPUBLICANO, nº 52, 12 de janeiro de 1890, p. 3).

Disferiu novas incriminações ao regime monárquico, posto que, a responsabilidade do vagaroso progresso econômico e social da região era atribuída a ele, como é possível notar no fragmento abaixo:

Quem será responsável por uma massa popular orientada por tais princípios, habituada a tais práticas? A instituição que decaiu e que alimentava a força desses homens, diretores políticos, e de quem partia a exemplificação mais viva e eloquente do respeito a lei, do esquecimento do bem, da indiferença aos interesses da nação. (O REPUBLICANO, nº 52, 12 de janeiro de 1890, p. 3)

Discutidas as divergências entre os grupos políticos, é interessante retomarmos a questão da criação de novos partidos políticos em Sergipe, por meio do que era veiculado nos jornais do período. Em 01 de junho de 1890, *O Republicano* teceu considerações a respeito da criação do Partido Católico.

Segundo o órgão oficial do governo, o novo partido foi organizado com o objetivo de se opor a algumas medidas dos republicanos, vejamos: “o partido católico inspirou sua formação nas reformas do governo de separação da Igreja do Estado e do casamento civil” (O REPUBLICANO, 01 de junho de 1890, p. 2).

De acordo com a fonte estudada, o novo partido era um sinal do egoísmo do clero brasileiro, pois o grande problema era a igualdade de direitos ocasionada pela plena liberdade religiosa. Além disso, afirmou que: “se o governo provisório não assumisse a posição franca de estabelecer essas medidas [...] o clero nacional não teria a pretensão de formar um partido político religioso duplamente inconveniente”.

Em 04 de junho, *O Republicano* continuou tecendo suas considerações a respeito do Partido Católico. Afirmaram que este representava o atraso, uma vez que, tentavam manter suas forças a partir de princípios teocráticos. Algo inconcebível por aqueles que queriam implementar ideais de liberdade, comuns numa democracia.

No dia 22 de julho, nº 183, circulou a notícia da criação do partido católico no município de Laranjeiras, principal reduto dos republicanos históricos. A publicação divulgou que a inauguração ocorreria no dia 27 daquele mês e que um grande número de convites estava circulando assinados pelo comendador Antônio Agostinho Ribeiro Guimarães, capitão Marcelino Ezequiel de Jesus e cônego Elysiario Muniz (O REPUBLICANO, nº 183, 22 de julho de 1890, p. 2).

Nesse mesmo periódico, no dia 30 de julho, nº 197, comunicaram o resultado da reunião em Laranjeiras. De acordo com a publicação, o evento ocorreu às 16 horas, na praça da matriz, o cônego Elysiario Telles, vigário da paróquia abriu a sessão. O fundador do partido foi Antônio Agostinho Ribeiro Guimarães.

Após a abertura do evento, um cidadão pediu o direito da palavra e protestou contra a criação daquele partido, como é possível analisar na transcrição a seguir:

Pediu a palavra o inteligente agricultor Francisco Nogueira, que manifestou-se contra a criação do partido católico com intuits políticos, seguindo - lhe nas mesmas ideias os ilustres cidadãos Dr. Evangelino de Faro, José Pinheiro dos Santos Silva, farmacêutico Alfredo Silva e capitão Luiz Pereira de Carvalho (O REPUBLICANO, nº 197, 30 de julho de 1890, p. 2)

Depois dessa interrupção, o evento continuou e teve a assinatura de mais de trinta pessoas. No tocante aos nomes citados como responsáveis pelo partido católico na cidade de Laranjeiras, não encontramos informações no dicionário biobibliográfico Armindo Guaraná. Contudo, em relação às pessoas que se pronunciaram contra a criação do partido, localizamos no dicionário apenas o nome de Evangelino José de Faro.

Este era natural de Laranjeiras, formou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1886, e depois retornou àquela cidade. Guaraná fez a seguinte afirmação: “logo após a Proclamação da República, sendo pela junta governativa republicana, nomeado juiz municipal do mesmo termo” (GUARANÁ, 1925, p. 149).

A negativa de Faro sobre a criação de um novo partido, como é possível notar, devia-se à boa relação que ele tinha com os integrantes do novo governo. Após o advento da República, foi deputado e continuou a dedicar-se à carreira jurídica e chegou a ser desembargador.

Ainda sobre a criação do partido católico, é significativo destacar o que foi noticiado no jornal *A Gazeta de Sergipe* em 30 de maio de 1890, nº 120. De acordo com eles, eram louváveis os promotores da ideia, posto que, era evidente que a religião católica era abraçada pela maioria da população. A nota foi feita da seguinte maneira:

Por telegrama da redação do Cruzeiro que nos foi obsequiosamente mostrado pelo reverendo Olympio Campos tivemos ciência de que acha-se o partido católico sob a presidência do bispo do Rio de Janeiro. Coube a iniciativa da organização à ilustrada redação daquela folha (A GAZETA DE SERGIPE, nº 120, 30 de maio de 1890, p. 2).

A partir desse fragmento nota-se que, segundo o periódico *A Gazeta de Sergipe*, a notícia foi publicada no jornal *O Cruzeiro*, no Rio de Janeiro, e que foi de seus organizadores a atitude de fundar o grupo político. Outra ação que demanda análise é o fato de que Olímpio Campos foi quem mostrou o jornal para o redator da folha *A Gazeta*. Estes eram inimigos

políticos durante o Império, como mencionado neste capítulo anteriormente.³⁷ É algo bastante interessante destacar como os integrantes de grupos políticos rivais passavam por tentativas de acordo, como apontou a professora Terezinha Oliva (2013, p. 172).

Segundo o professor Pedrinho dos Santos (1990, p. 150), a folha *A Gazeta de Sergipe* publicou, em maio de 1890, artigos escritos por Apulcro Motta e Feliciano Eusébio Dias Prazeres em oposição ao governador Felisbello Freire. Por meio desses, denunciaram atos do referido governador e intrigas existentes entre os republicanos.

Esses dados mostram o quanto a situação mudava depressa no meio político. Em 17 de agosto de 1890, *O Republicano*, nº 213, publicou na capa do jornal um artigo referente à criação dos dois novos partidos, o católico e o nacional. Nele são feitas acusações de que o verdadeiro interesse desses homens não era restaurar a monarquia e, muito menos, o reinado de D. Pedro, mas era para garantir os altos empregos e a condução do poder político, como é plausível observar no segmento adiante: “O seu pensamento nacional, não pede liberdade e progresso; mas os altos empregos, mas o grande poder político” (*O REPUBLICANO*, nº 213, 17 de agosto de 1890, p. 01). Nas outras linhas, as denúncias sobre os partidos recém-surgidos continuavam:

Eis aí porque, procurando dominar a lei dos acontecimentos, os antigos liberais se ligam, sem escrúpulos aos antigos conservadores, e formam o partido nacional; e os padres, desertando das antigas fileiras conservadoras e liberais, formam o seu partido católico, abrindo lugares nas suas falanges para os que querem fundar o futuro nas compreensões do passado (*O REPUBLICANO*, nº 213, 17 de agosto de 1890, p. 01).

A partir da análise dessa transcrição fica evidente que o autor das linhas visava convencer a população de que os políticos envolvidos pretendiam retomar seus antigos postos de comando e que não estavam importando com o bem estar da população.

No que concerne à Igreja Católica e os ideais de liberdade e igualdade, a socióloga Ângela Alonso (2002, p. 64) afirma que no catolicismo, durante a Monarquia do Brasil, não existia a ideia de igualdade e fraternidade, visto que, são valores do cristianismo. Mas sim “a representação medieval de uma sociedade estratificada conforme a vontade divina”.

Na edição de 15 de novembro de 1890, no primeiro aniversário da Proclamação da República, o jornal *Folha de Sergipe* atacou o Dr. Felisbello Freire, ex-governador, afirmando

³⁷ Relembrando, Olympio Campos militava no Partido Conservador e a folha *A Gazeta de Sergipe* era propriedade de Apulcro Motta que fora redator do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal. Inclusive, como já explicamos, anteriormente, *A Gazeta* substituiu *A Reforma*.

que este perseguia seus opositores e não cultivava seus aliados. Ainda, de acordo com o artigo, Leandro Maciel não havia aceitado os favores administrativos de Felisbello e, por isso, este o perseguiu. No seguimento abaixo está exposta tal acusação:

Era assim, que investia ferino com os sergipanos de maior importância política prescrevendo-os e cobrindo-os com apodos e com ameaças, embora tantas vezes andasse a esmolar-lhes o apoio. [...] Apesar da prodigalidade de sua administração, ele não deixou política em Sergipe, porque sempre arredou de si os republicanos históricos (FOLHA DE SERGIPE, nº 01, 15 de novembro de 1890, p. 3).

Contudo, o professor Pedrinho dos Santos (1990, p. 150) defende que Leandro Maciel propôs um conchavo político a Felisbello e este não aceitou. Por essa razão, Maciel se uniu com José Luiz Coelho e Campos, Gonçalo de Faro Rollemberg, Luiz Francisco Freire, Olinto Dantas, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro e outros, e fundaram o Partido Nacional.

Diante de todas as reflexões realizadas, fica evidente que os políticos sergipanos se organizavam em seus grupos sem terem, ao menos, convicção nas ideologias políticas das quais faziam parte. Melhor dizendo, não só os sergipanos, mas cabe colocar aqui a nível nacional, uma vez que, esses partidos foram inaugurados em outras províncias, tiveram bom alcance no país até chegarem ao estado de Sergipe³⁸.

Essas pessoas mudavam seu discurso como maneira de conciliar interesses ou de reverter a situação na qual se encontravam. Como afirmava Michel Foucault (2007, p. 8-9), todo discurso é produzido sob uma série de procedimentos ao qual é submetido e controlado. É feita uma seleção e uma organização sobre o que se transmite, mediante intenções que se sujeitam aos interesses de cada grupo ou sociedade.

Serge Bernstein (1988, p. 61) afirma que nos partidos existe uma distância entre os programas políticos e os discursos proferidos por seus membros. E que compete aos historiadores analisarem essas distâncias para que assim consigam compreender os fenômenos históricos e os discursos.

Existe nesses partidos, o desejo do exercício do poder e para obter isso objetiva ganhar o apoio popular, pois sabe que necessita disso. Os partidos buscam manipular essa opinião pública através da imprensa ou de outras formas de comunicação e informação (BERSTEIN, 1988, p. 63-69).

³⁸ Em 1873 foi a criação do primeiro partido republicano que ocorreu em São Paulo. O PR Mineiro foi criado em 1888. PR Rio-Clarense em 1872. PR de São Simeão 1885. O PR de Franca (SP) criado no início da década de 1880. Para saber mais consultar a obra de Anderson Camelucci.

Existe uma ideologia em cada partido que, na maioria das situações, é imposta sobre a maior parte de seus membros como forma de cultura política. E é essa ideologia que: “dá a seus fiéis uma grade comum de leitura dos acontecimentos que funda sua solidariedade de ação” (BERSTEIN, 1988, p. 88-91). Isto é, solidariedade no sentido de apoiar as ações do partido por mais que elas mudem ao longo do tempo e faz com que rejeitem os adversários dessa ideologia (BERSTEIN, 1988, p. 91).

Essa explanação sobre a ideologia e suas consequências, permite uma explicação para a rivalidade existente entre os partidos políticos estudados ao longo deste capítulo. E, provavelmente, essa distância entre os programas políticos e os discursos, juntamente com o desejo pelo exercício do poder, fez com que os integrantes dos antigos partidos monarquistas se adaptassem ao novo sistema político.

3. “O CASO DE SERGIPE”

O presente capítulo foi dedicado para analisar as disputas políticas, em Sergipe, entre republicanos históricos e adesistas, por meio de um fato que ocorreu no estado no ano de 1894. O acontecimento em questão foi um golpe de Estado contra o primeiro presidente constitucional de Sergipe, José Calazans. Este era apoiado por Leandro Maciel e Olímpio Campos, membros de grande destaque do antigo partido imperial, o Conservador.

O referido golpe ficou conhecido nacionalmente como “O Caso de Sergipe” e, foi arquitetado por integrantes da Campanha Republicana no estado. Portanto, esse acontecimento é de grande relevância para compreendermos o contexto político sergipano na primeira década da República, pois, por meio dele, é possível entendermos melhor que o jogo político era extremamente complexo e continuava violento, mesmo depois de tantas pregações sobre Democracia, Liberdade, “coisa pública”, o “bem de todos”, isto é, ideais tão propagados pelos republicanos históricos, mas que nem eles mesmos tinham convicção ideológica suficiente para colocá-las em prática.

Situação bastante parecida ocorreu em Cuiabá, no então estado de Mato Grosso, quando republicanos históricos também não aceitaram o resultado das urnas e deram um golpe no grupo político de Generoso Ponce, figura bastante influente durante o período monárquico. Para se ter ideia de como Ponce era um monarquista “convicto”, em dezembro de 1889, ele realizou um baile em homenagem ao aniversário de Dom Pedro II, sem saber que este já não mais era imperador do Brasil (FRANCO, 2014, p. 69-71).

Na manhã do dia seguinte, 09 de dezembro, a notícia da Proclamação da República se espalhou em Cuiabá e diversos políticos, inclusive Ponce, prestaram declarações de adesão ao novo sistema político. Segundo a autora da obra, o retardo da informação deveu-se ao sistema de comunicação muito precário que ocorria entre Cuiabá e a capital brasileira, fruto do descaso do poder público (FRANCO, 2014, p. 69-71).

Essa postura autoritária por parte dos Republicanos Históricos foi observada, também, por Pérola Maria Goldfeder e Castro, quando a historiadora analisou o movimento separatista de Minas Gerais:

Enquanto os deputados Evaristo da Veiga, Américo Lobo e Olympio Valladão propunham medidas legais para a provincialização do Sul de Minas, os adeptos do Movimento Separatista Sul Mineiro eram, em sua maioria, republicanos que não hesitavam em dispor de medidas radicais e,

até mesmo, anticonstitucionais, para conquistarem seu intento (CASTRO, 2008, p. 56).

Esses fatos ajudam a elucidar que não era apenas em Sergipe que essas práticas políticas ocorriam. Tanto as adesões, como também a violência e a utilização de atitudes arbitrárias, isto é, anticonstitucionais, aconteciam em várias localidades do Brasil. Tanto adesistas quanto históricos agiam de maneira antidemocrática.

Maria Manoela Neves (2001, p. 71) defende a ideia de que todos esses embates pelo poder que ocorreram durante a primeira década da República, entre os grupos que eram os atores políticos da localidade, aconteciam com o intuito de conseguir a dominação política e, para obterem tal intento, faziam uso dos aparatos públicos.

De acordo com a bibliografia e as fontes primárias consultadas, José Calasans foi o primeiro governador do estado de Sergipe eleito constitucionalmente. Ele pertencia ao grupo dos antigos monarquistas que se tornaram republicanos apenas depois do Golpe de 15 de novembro de 1889. A vitória desse grupo deixou os republicanos históricos extremamente revoltados e, como ansiavam pelo poder o tomaram por meio de golpe, tendo o apoio de nomes como Silvio Romero. Essa disputa política culminou no fim do governo de José Calasans e a liderança política passou para as mãos de Oliveira Valadão.

Pretende-se com este trabalho, conhecer quais as situações que precederam o golpe de 1894; saber como ocorreu a tomada do poder de Sergipe pelos republicanos históricos; entender como foram impetradas as relações de poder entre os grupos de republicanos históricos e adesistas nesse evento, estudar fatos similares que ocorreram em outras localidades do país e analisar como o “Caso de Sergipe” repercutiu para além das fronteiras sergipanas.

Para auxiliar este estudo, abordaremos o acontecimento sob a análise da Cultura Política e o entendimento de Serge Bernstein sobre os partidos políticos. Este afirma que é algo basilar, de extrema importância e requisito para o sucesso de um grupo político o tempo de duração e a expansão num determinado lugar. Além disso, outro pressuposto é o objetivo de exercer o poder e igual desejo de atender às pretensões da sociedade em que está inserido (BERSTEIN, 2003, p. 62).

A princípio, tivemos conhecimento desse golpe através dos estudos de historiadores como Ibarê Dantas, Therezinha Oliva e Maria Thetis Nunes, respectivamente nas seguintes obras: *História de Sergipe República (1889-2000)* e *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: O*

Patriarca do Serra Negra e a Política Oitocentista em Sergipe, Estruturas de Poder e Sergipe no Processo Republicano Brasileiro.

No que diz respeito às fontes, tivemos grande limitação neste capítulo, justamente, por causa da dificuldade de acesso às fontes primárias para desenvolvê-lo, devido à pandemia de Coronavírus. A situação só não foi mais grave, por conta do acervo digital da Biblioteca Nacional, bem como, jornais que haviam sido selecionados no início da pesquisa.

Os periódicos utilizados para a construção deste capítulo foram: jornal *Gazeta de Notícias* (RJ); *O Economista* (Portugal); *Commércio de Portugal* (Portugal); *A República: Fusão do Libertador e Estado do Ceará* (CE); *O Diário Oficial de Sergipe* (SE); *O Democrata Federal* (SP); *Jornal Pharol* (MG); *O Estado do Espírito Santo: Ordem e Progresso* (ES); *O Cachoeirano: Órgão do Povo – Columnas francas a todas as intelligencias* (ES); *O Correio Paulistano* (SP); *A Federação: Órgão do Partido Republicano* (RS); *Jornal do Brasil* (RJ) e *O Paiz* (RJ).

O jornal *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro. Sua circulação não era limitada à capital federal, estendendo-se aos estados. Segundo o historiador Carlos Eduardo Leal (1894, p. 01), a *Gazeta de Notícias* foi um jornal criado em 1875 com o objetivo de alastrar a causa abolicionista e republicana.

O fundador foi José Ferreira de Sousa Araújo e contava com a participação de nomes de bastante relevância no cenário abolicionista e republicano do Brasil, como Quintino Bocaiúva e Silva Jardim, e o convicto abolicionista José do Patrocínio. Com a chegada da República, o jornal passou a ser uma sociedade anônima, porém, seu antigo proprietário continuou na direção por alguns anos (LEAL, 1894, p. 01).

O jornal português *O Economista*, em Lisboa, pertenceu ao Sr. Antônio Maria Pereira Carrilho que foi empresário, ocupou cargos públicos e vários encargos relevantes em Portugal, como o de deputado, secretário-geral do Ministério da Fazenda e presidente da Companhia dos Caminhos de Ferros Portugueses. No Brasil, ele circulava no Rio de Janeiro.

O Diário Oficial de Sergipe, conforme aponta Bruna Santos (2017, p. 58), a província de Sergipe foi a oitava a fundar uma Imprensa Oficial. Criou por meio do decreto nº 141, de 24 de agosto de 1895, durante a administração do coronel Valadão. A primeira edição foi exposta no dia 01 de setembro de 1895, sob a direção de Apulcro Mota.

Mota, assim como Valadão, havia participado da propaganda republicana. Em 1894, apoiou o golpe contra José Calazans arquitetado pelos republicanos históricos. O clima de

instabilidade política fez surgir a necessidade de criar uma imprensa que assumisse um caráter oficial diante das ações do governo sobre o Estado (SANTOS, 2017, p. 57).

O *Paiz* foi uma folha criada por João José Reis Junior, o conde de São Salvador de Matozinhos, na década de 1880, no Rio de Janeiro. A princípio, Rui Barbosa foi o primeiro redator-chefe e, logo após, Quintino Bocaiuva foi convidado para ocupar o cargo. Este, por sua vez, foi um dos fundadores do Partido Republicano Paulista e um dos principais nomes do final do século XIX no Brasil (SODRÉ, 1966, p. 220).

O jornal *Commércio de Portugal* esteve em funcionamento desde 1879 até 1997, marcou a história da imprensa de Portugal no final do século XIX, localizado em Lisboa, Seu proprietário, o Visconde de Malicio, era também diretor e concentrava no mesmo endereço o escritório administrativo e a redação e oficinas. Estas informações foram encontradas na própria fonte.

Em pesquisa na fonte digitalizada, descobrimos que o jornal *A República: Fusão do Libertador e Estado do Ceará* entrou em atividade durante o período republicano, em 1892 e ficou em atividade até o ano de 1897. Era propriedade de uma associação anônima Ceará-Libertador, na administração Joaquim Lopes Verçosa, como diretor das oficinas Raymundo Barbosa de Paula Serra e na função de diretor da Folha João Eduardo Torres Câmara.

Sobre Torres Câmara encontramos algumas informações relevantes. Ele, além da ocupação na área jornalística seguiu, também, carreira política como vereador de Fortaleza, no Ceará, e como deputado na Assembleia Provincial pelo mesmo estado. Ocupou cargos públicos relevantes como o de diretor da Secretaria do Governo e Diretor-secretário da junta comercial (STUDART, 1910, p. 455).

O jornal *O Democrata Federal*, em São Paulo, contou com a contribuição de A. Moreira da Silva, como diretor político. O Democrata denominava-se como uma Folha diária destinada à defesa do princípio democrático federativo. O jornal *Pharol*, localizado em Minas Gerais e com atuação entre os anos de 1876 e 1933.

O jornal *O Estado do Espírito Santo: Ordem e Progresso* (ES) esteve em atividade entre 1882 e 1911, porém, só dispomos de exemplares a partir de 1890. Localizado em Vitória, Espírito Santo, era um órgão do Partido Republicano Construtor deste estado. Foi fundado por Moniz Freire e Cleto Nunes e seu diretor político era Augusto Calmon. Sobre este não foi encontrado, infelizmente, mais detalhes em documentos ou bibliografias confiáveis.

No entanto, sobre Moniz Freire e Cleto Nunes algumas informações foram encontradas em artigos do arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)³⁹. José de Melo Carvalho Moniz Freire era membro da elite no Espírito Santo, foi integrante do Partido Liberal durante o Império, inclusive, foi eleito a deputado da Assembleia Provincial e, com a implementação da República, aderiu à República, participou do projeto de elaboração da Constituição de seu estado e fundou o Partido Republicano Construtor, uma junção de Republicanos, ex- conservadores e ex-liberais.⁴⁰

Cleto Nunes Pereira, por sua vez, contribuiu em diversos jornais, atuou como líder da maçonaria no Espírito Santo e foi um dos fundadores do PRC (Partido Republicano Construtor). Além disso, foi o primeiro governante municipal de Vitória (ES), em 1892, eleito deputado à constituinte estadual e, posteriormente, a deputado federal e a senador.⁴¹

O Cachoeirano: Órgão do Povo – Columnas francas a todas as intelligencias (ES) foi um órgão jornalístico político, literário e noticioso. Localizado no município Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Esteve em atuação entre os anos de 1877 e 1923 e era propriedade de uma associação, teve durante muitos anos como redator-chefe Bernardo Horta e redator-gerente Victor de Moraes. Essas informações foram encontradas na própria fonte.

Não encontramos informações mais aprofundadas sobre Victor de Moraes, mas sobre Bernardo Horta sim. Este nasceu no seio de uma importante família de Cachoeiro de Itapemirim, membros com forte influência no Partido Liberal. Na década de 1880 ingressou na campanha republicana, algo que desagradou bastante sua família. Proclamada a República foi nomeado vice-governador do Espírito Santo, participou da fundação da União Republicana Espírito-Santense (URES) que era rival do Partido Republicano Construtor. No entanto, com a chegada de Campos Sales ao poder a situação começou a se apaziguar⁴².

³⁹ O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é uma instituição de pesquisa que contém um banco de dados de documentação sobre história contemporânea do Brasil. O centro está vinculado à Fundação Getúlio Vargas.

⁴⁰ Arquivo do CPDOC. In: SALETTO, Nara. **FREIRE, Muniz**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Muniz.pdf>. Acessado em: 24 de junho de 2021.

⁴¹ Arquivo do CPDOC. In: SALETTO, Nara; ACHIAMÉ, Fernando. **PEREIRA, Cleto Nunes**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Cleto%20Nunes.pdf>. Acessado em: 23 de junho de 2021.

⁴² Arquivo do CPDOC. In: SALETTO, Nara; ACHIAMÉ, Fernando. **ARAÚJO, Bernardo Horta de**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARA%C3%A9AJÓ,%20Bernardo%20Horta%20de.pdf>. Acessado em: 24 de junho de 2021.

O jornal *Correio Paulistano*, São Paulo, denominava-se órgão Republicano e atuou por vários anos, nasceu na década de 1850 e, a princípio, defendia o projeto político do Partido Liberal. No entanto, posteriormente, por causa de suas condições financeiras precisou apoiar publicamente os conservadores que estavam no poder no momento (COHN, 2001, p. 01).

Nos anos 1870, após a fundação do Partido Republicano, a folha apoiou os republicanos e a defender a abolição. Durante sua história teve alguns proprietários, foi vendido algumas vezes. Proclamada a República se colocou ao lado da política oligárquica paulista e contou com o apoio de Rodrigues Alves, Campos Sales, Prudente de Moraes e os outros membros do PRP (COHN, 2001, p. 01).

O jornal *A Federação* era órgão do Partido Republicano do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Seu proprietário era Eduardo Marques, o responsável pela Folha era João Maia e o diretor era Pinto da Rocha. Jornal do Brasil estava localizado no Rio de Janeiro, teve como gerente G. Seabra, redator-chefe Dr. Fernando Mendes de Almeida, secretário da redação Dr. C. Mendes.

O capítulo está organizado em duas seções. A primeira foi nomeada de “O governo do primeiro presidente constitucional de Sergipe e o golpe do coronel Valladão” e, a segunda, recebeu a denominação de “O Caso de Sergipe nos Jornais”. Na parte inicial deste capítulo foi escrito sobre a vida de José Calasans, suas influências políticas, como foi seu governo, quais melhorias trouxe para Sergipe, como ocorreram as eleições e seu resultado. Foi analisado, também, como foi arquitetado o golpe contra os deputados eleitos, a maneira como Calasans se posicionou diante desse impasse e a forma que Valladão tomou o poder do então governador de Sergipe, José Calasans.

Buscamos conhecer como se caracterizou o governo de Valladão, representação no senado, apoio recebido do presidente da República, o Marechal Floriano, e como seus correligionários, republicanos históricos assim como ele, justificaram o golpe e ajudaram-no a continuar no poder. Consultamos nos anais do Senado e verificamos que tem informações que trataram da questão: as sessões de 16 de agosto a de 15 de setembro, de 17 de setembro a 15 de outubro e de 16 de novembro a 20 de dezembro 1894.

Na segunda parte deste capítulo foram analisados jornais do período que retrataram o acontecimento na província de Sergipe. Foram selecionadas folhas jornalísticas de várias localidades do país e até mesmo do exterior. Foram encontradas muitas citações sobre “O

Caso de Sergipe” em diferentes jornais e empenhamo-nos para trabalhar a maior quantidade, possível, de periódicos com o intento de saber e entender a maneira como a situação política sergipana foi propagada nessas localidades.

3.1 O GOVERNO DO PRIMEIRO PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE SERGIPE E O GOLPE DO CORONEL VALADÃO

José Calazans foi o primeiro presidente constitucional de Sergipe. Sua administração estava ocorrendo conforme o que previa a legislação e tornou-se um forte defensor da Constituição e da premissa federalista. Tomou uma série de medidas importantes para a organização e desenvolvimento de Sergipe, tais como, regularização das aposentadorias, da instrução pública, da arrecadação de impostos e do processo eleitoral. Além disso, estabeleceu concurso para ocupar cargo de funcionário público e fomentou indústrias. Esses são apenas alguns feitos elencados por Ibarê Dantas (2009, p. 272) sobre seu governo.

Calasans nasceu na cidade de Itabaiana, interior da província de Sergipe, em agosto de 1863. Seguiu carreira militar e fez curso de engenharia-militar. Foi o primeiro presidente constitucional de Sergipe e recebeu o apoio político de antigos membros do Partido Conservador. Sendo presidente da província, construiu um hospital para atender os enfermos da epidemia de varíola. “Estruturou a polícia militar sergipana, abriu escolas e construiu diversas pontes. Integrou as forças legalistas que combateram o Arraial de Canudos, entre setembro de 1893 e março de 1894” (MONTALVÃO, 2010, p. 01).

Em artigo encontrado no arquivo digital do CPDOC, Sérgio Montalvão fez a seguinte afirmativa:

Manuel Valladão novamente se candidatou e venceu a disputa naquele que foi considerado pelos contemporâneos o pleito mais violento e fraudulento da primeira década republicana em Sergipe. Em meio à contenda, José Calasans transferiu a sede do governo sergipano de Aracaju para a cidade de Nossa Senhora do Rosário do Catete. (MONTALVÃO, 2010, p. 01).

No entanto, existe um consenso na bibliografia consultada de que Valladão não ganhou a eleição, mas sim deu um golpe de Estado e, somente depois e por causa disso, é que Calasans transferiu a Assembleia Legislativa para Rosário do Catete, para acolher os legítimos deputados eleitos. É certo que, realmente, as eleições foram muito marcadas por violência, mas Ibarê Dantas aponta que até o resultado do pleito não houve denúncias contra o grupo de Calasans.

Armando Guarani, em seu dicionário biobibliográfico, qualificou José Calazans como um homem honesto e um ótimo administrador público:

“Infelizmente, porém, um golpe de Estado veio afastá-lo da administração pública, no qual vinha revelando-se portador das qualidades de um ótimo homem de governo, não só pela operosidade largamente desenvolvida, mas ainda pela rara honestidade com que vinha empregando a fortuna pública” (GUARANI, 1925, p. 304).

O posicionamento de Calazans frente ao governo central foi firme, no sentido de não admitir interferências externas com o intuito de defender o federalismo. Essa relação foi um tanto conflituosa devido às divergências de interesses, visto que, por vezes o governo Floriano almejava manipular a máquina pública em favor de seus correligionários, desrespeitando os preceitos democráticos. Um exemplo disso foi o dissabor que se sucedeu entre Calazans e o Coronel Valladão (DANTAS, 2009, p. 272-273).

A Constituição de Sergipe, promulgada em 8 de junho de 1891, determinava que o poder legislativo seria exercido por uma Assembleia com a sanção do governador. Segundo consta, essa assembleia teria seus membros atualizados a cada dois anos, mediante nova eleição. Determinava que poderiam ser eleitos todos os brasileiros que tivessem nascido no estado ou que estivessem residindo nele e que estivessem em gozo de seus direitos políticos:

§ 3º. A renovação da assembléa efectuar-se-ha de dois em dois annos e a eleição terá lugar em todo o Estado no dia 1º de Dezembro do segundo anno da legislatura. § 4º. Na eleição terão votos os cidadãos alistados segundo a lei federal, e poderão ser votados todos os brasileiros alistaveis, nascidos ou domiciliados no Estado, que estiverem no gozo dos direitos politicos.⁴³

No que se refere ao poder executivo exercido no Estado, Capítulo II, Art. 15º e §5º previa o seguinte:

§ 5º. São condições para ser eleito governador ou vice-governador:
I Estar no exercício dos direitos políticos;
II Ser maior de trinta annos;
III Ser nascido ou domiciliado no Estado.⁴⁴

O coronel Valladão objetivava ocupar o cargo de senador, representando Sergipe. No entanto, a Constituição deste estado, estabelecia que os candidatos deveriam residir nele por no mínimo, dois anos antes do pleito. A única exceção para essa regra era pelo motivo de

⁴³ Capítulo I, Art. 3º, § 3º e § 4º. In: SERGIPE. [Constituição (1891)]. Constituição do Estado de Sergipe. In: **A Constituição federal e as constituições dos estados da republica do Brazil**. Pelotas: Echenique & Irmão; Porto Alegre : Liv. Universal, 1895-1896. (Volume 1) Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224222>. Acesso em: 29 out. 2021.

⁴⁴ Capítulo II, Art. 15º, § 5º. In: Ibidem, 1895-1896.

representa-lo na Câmara. Valladão, devido ao fato de morar muitos anos no Rio de Janeiro e, sem se enquadrar na exceção, tornava-se inelegível para o cargo (DANTAS, 2009, p. 273).

Sobre Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão, Guaraná afirma que nasceu em Vila Nova, em 1849, era filho de Tenente e, assim como seu pai, também seguiu carreira militar. Pode-se dizer que de maneira bastante relevante foi sua atuação no exército e que isso o fez lograr muito êxito. Uma vez que, devido ao seu trabalho na Guerra do Paraguai, Valladão recebeu o apoio de seus colegas que lideraram o golpe militar contra a Monarquia e, com o alvorecer da República, desfrutou de prestígio político por causa disso (GUARANÁ, 1925, p. 412).

Existe concordância na historiografia que Oliveira Valladão e o Marechal Floriano Peixoto eram muito amigos. Este, quando a República foi proclamada e se tornou o vice-presidente do Brasil, nomeou Valladão para ser seu secretário. Sua influência política cresceu ainda mais quando Floriano ocupou a cadeira de presidente do país, após a queda do Marechal Deodoro da Fonseca. Passou a exercer a função de Secretário da Presidência da República por quase dois anos e, em outubro de 1893, foi convidado para assumir o emprego de Chefe de Polícia do Distrito Federal (GUARANÁ, 1925, p. 412).

Foi exercendo essa função que conseguiu ter mais condições de pressionar o governo do presidente de Sergipe, José Calasans. Este, por sua vez, não cedeu às pressões e, muito menos, atendeu às imposições do presidente da República para apoiar a candidatura de Valladão a senador representando os sergipanos. Em função disso, foi perseguido e sofreu um golpe: foi destituído de seu cargo de presidente do estado. Valladão conseguiu tornar-se governador no lugar de seu opositor, porém, não concluiu este mandato. Após isso, continuou sua carreira política como Deputado Federal, Senador e, novamente, Governador de Sergipe no pleito de 1914 (GUARANÁ, 1925, p. 412).

Calazans empenhando-se em garantir o cumprimento da lei negou apoio a Valladão. Este, por sua vez, era amigo do presidente Floriano Peixoto e se utilizou todo o seu prestígio para conspirar contra o governo de Sergipe. Posteriormente, em março de 1894, quando se sucedeu o pleito eleitoral para a Câmara e o Senado, os adesistas saíram vitoriosos e dos republicanos históricos nenhum conseguiu ser eleito. Sendo estes nomes muito atuantes na Propaganda Republicana, como Sílvio Romero, Ivo do Prado e o próprio Oliveira Valladão. Não tardou, surgiram acusações de fraude nas eleições por parte do grupo de Sílvio Romero (DANTAS, 2009, p. 274-275).

Imediatamente, buscaram ganhar o apoio da Colônia Sergipana, lá no Rio de Janeiro, para auxiliá-los na organização de uma reação golpista contra os eleitos em Sergipe. A referida Colônia era uma espécie de grupo formado por sergipanos que viviam no Rio de Janeiro. Realizaram uma reunião no Teatro Recreio Dramático⁴⁵, localizado na Capital Federal, contando com a participação de Oliveira Valladão, Ivo do Prado, Felisbello Freire, José Bruno Nunes, Gouveia Lima, João Menezes, Ernesto Nascimento e Joviano Romero (DANTAS, 2009, p. 276-278). Sobre esse grupo e sua participação no “caso de Sergipe”, vejamos:

Eis, porém, que aparece um celebre manifesto em nome da colônia sergipana, que não a representava pelo numero e qualidade, apresentando o ilustre coronel como candidato para derribar as arvores drúidicas do Estado e po-las de raízes ao ar.⁴⁶

Conforme Guaraná (1925, p. 230), Ivo do Prado foi um político e militar que chegou até à patente de General. Participou do golpe de 15 de novembro de 1889 e foi eleito deputado para participar da Assembleia Constituinte que se reuniram para elaborar a primeira constituição republicana. Antônio Alves de Gouveia Lima foi advogado, promotor de justiça, deputado provincial para a Assembleia Constituinte (1891) e vice-governador (1891) e, posteriormente, serviu como Deputado Federal (1894-1896). Contribuiu em alguns jornais. (GUARANÁ, 1925, p. 26).

João Menezes colaborou bastante com a imprensa sergipana e, desde muito cedo, admitiu seus ideais abolicionistas e republicanos. Guaraná aponta que: “Após a morte do seu chefe e amigo, General Oliveira Valadão, retirou-se à vida privada” (GUARANÁ, 1925, p. 265). Joviniano Ramos Romero, irmão de Silvio Romero, foi médico, jornalista e, segundo Guaraná, “político militante nos dois regimes de governo, sem ter jamais renegado suas convicções monárquicas” (GUARANÁ, 1925, p. 359).

Nesse encontro do grupo, Valladão foi escolhido como candidato ao governo de Sergipe, representando o Partido Republicano Democrático Sergipano, uma vez que, a eleição estava prevista para acontecer cerca de dois meses depois, em julho de 1894. Contudo, os problemas referentes à inelegibilidade desse militar persistiam. Segundo consta, sua

⁴⁵ Inaugurado em 4 de janeiro de 1880, localizava-se na Rua do Espírito Santo, próximo à Praça da Constituição e ao morro de Santo Antônio. Para mais informações, acesse: <http://www.ctac.gov.br/centrohistorico/TeatroXPeriodo.asp?cod=127&cdP=17>. Acesso em: 27 out. 2021.

⁴⁶ CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 16 de agosto a 15 de setembro de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. (Volume 3). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%203.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

candidatura utilizou-se de expressivo apoio do governo do presidente e amigo Floriano (DANTAS, 2009, p. 279-280).

O pleito eleitoral foi realizado em 30 de julho de 1894 e a contagem de votos se sucedeu. Conforme Ibarê Dantas (2009, p. 283), dois jornais importantes do período, *Gazeta de Sergipe* e *Folha de Sergipe*, divulgaram o resultado. O primeiro foi favorável a Manoel Prisciliano de Oliveira Valladão, já o segundo apontou que José Luiz Coelho e Campos é que seria o próximo presidente do estado. O resultado oficial, por sua vez, confirmou a vitória de Coelho e Campos.

Isto ocorreu para o desespero dos republicanos históricos que ficaram ainda mais revoltados pela confirmação da vitória de seus opositores. Era doloroso para os republicanos históricos saberem que o regime político tão almejado não trouxe a realidade tão sonhada por eles.

Por causa da vitória de Coelho e Campos, o grupo dos Republicanos Históricos, no dia 03 de setembro de 1894, se dirigiram à Assembleia Legislativa, invadiram-na e ocuparam o plenário no lugar que seria dos candidatos eleitos, como previa a Constituição de Sergipe e do Brasil (DANTAS, 2009, p. 284).

Caso semelhante ocorreu em Mato Grosso, no ano de 1898, na preparação para eleição de Presidente do Estado. O senador Generoso Ponce, ex-monarquista e líder político da localidade, consultou os membros de seu partido para escolherem um candidato para governador e seu próprio nome foi o mais cogitado para a vaga. No entanto, Ponce não aceitou com a justificativa de que poderia melhor servir aos mato-grossenses no Senado (FRANCO, 2014, p. 130).

Generoso Paes Leme de Sousa Ponce colaborou como voluntário na Guerra do Paraguai e ganhou a patente de primeiro-sargento cadete. Após o término da guerra, passou a se empenhar com a lavoura e ao comércio. Foi líder do Partido Liberal no final do Império. Na carreira política, ocupou cargo eletivo de deputado provincial (1882-1889), deputado estadual constituinte e depois como senador. Estas duas últimas funções, Ponce exerceu após a Proclamação da República, à qual aderiu prontamente assim que soube da mudança de governo (CARNEIRO, 2001, p. 01).

Indicou o nome de João Felix Peixoto de Azevedo, filho de um grande amigo seu, para concorrer ao cargo. Essa atitude não agradou aos irmãos Murtinho, Joaquim e Manoel, que decidiram sair do Partido Republicano e lançar um nome mais adequado para defender seus

interesses econômicos e políticos, uma vez que, como esses irmãos eram deputados passavam muito tempo no Rio de Janeiro e ausentes das questões estaduais. Desse modo, sentiam-se mais seguros com um líder que fosse mais ligado a eles do que a Ponce (FRANCO, 2014, p. 131).

Joaquim Duarte Murtinho nasceu em Cuiabá e era irmão de Manuel Murtinho, sendo ambos, figuras de destaque no cenário político e econômico do estado. Além de médico e professor, Joaquim, ao longo de sua vida, dedicou à atividade bancária e industrial, seguiu carreira política como presidente de Mato Grosso de (1891-1895), ministro do Supremo Tribunal Federal (1897-1917) e senador da República (MELO; FANAIA, 2013, p. 01).

Os irmãos Murtinho fundaram o Partido Republicano Constitucional e apontaram o nome de um amigo que era Juiz de Direito de Cuiabá, José Maria Metello, para disputar o pleito eleitoral. Nesse mesmo ano Campos Salles foi eleito presidente do Brasil e concedeu o cargo de Ministro da Fazenda para Joaquim Murtinho. Esta novidade muito desagradou o senador Generoso Ponce, ainda mais quando iniciada a “Política dos Governadores” (FRANCO, 2014, p. 132-134).

A família Murtinho se aproveitou de seu prestígio junto ao governo federal e passou a demitir funcionários públicos que ocupavam cargos importantes, principalmente, entre os militares com a tentativa de minar a força política de Ponce. Este, por sua vez, estava ciente de sua influência política, pois tinha o apoio de maioria no senado e na câmara e controlava as mesas eleitorais (FRANCO, 2014, p. 136).

Mesmo assim, Antônio Cesário de Figueiredo, então presidente de Mato Grosso e aliado de Ponce, não deixou de mencionar seu receio em não conseguir controlar um possível golpe de Estado. Antônio Cesário de Figueiredo foi um fazendeiro natural de Cuiabá. Durante o Império recebeu o título de coronel da Guarda Nacional. Proclamada a República, governou a província de Mato Grosso, em 1897, e retornou em 1898 (FANAIA, 2013, p. 02).

O dia da eleição chegou e o vencedor foi João Félix Peixoto de Azevedo, candidato apoiado por Ponce. Os irmãos Murtinho e seus correligionários questionaram o resultado, acusando de fraude eleitoral. Como represália, o grupo dos irmãos Murtinho, que gozava de maior influência junto ao presidente, demitiu Generoso Ponce da liderança da Guarda Nacional mato-grossense, marchou para a capital e cercaram a Assembleia Legislativa com todos os deputados no seu interior. O objetivo era anular a eleição e, para isso, pressionaram os opositores de diversas maneiras: cortaram a linha teleférica para impedir a comunicação,

cortaram o abastecimento de água e trocaram vários tiros. O cerco durou cinco dias até que os partidários de Ponce cedessem (FRANCO, 2014, p. 136-138).

Como se percebe, tranquilamente, uma grande violência ocorreu em Mato Grosso por causa da luta pelo poder do estado. Atos arbitrários que ocorreram em ambos os lados, tanto a família Murtinho quanto o grupo de Generoso Ponce tentaram conquistar o poder, porém, devido ao nível de influência e de violência dos Murtinho, estes levaram a melhor.

Em Sergipe, a situação também foi bastante dramática. Depois que o grupo do coronel Valadão tomou a Assembleia Legislativa do estado, os candidatos eleitos, por sua vez, organizaram uma reação e foram liderados pelo então senador Leandro Maciel. Ao chegarem à porta da Assembleia, perceberam que o 33º Batalhão estava fazendo a guarda dos golpistas. Houve uma grande confusão no local, porém, aparentemente ninguém se feriu. O grupo de Valadão continuou no prédio público e o de Maciel se dirigiu para uma residência que, assim como a Assembleia, também estava localizada no centro de Aracaju (DANTAS, 2009, p. 284).

Os injustiçados pelo rompimento da legalidade, o grupo Maciel e seus correligionários, recorreram a José Calazans. Este, diante da situação, e sem poder contribuir muito para a manutenção da lei, emitiu comunicado de mudança do local da Assembleia de Aracaju para Rosário do Catete⁴⁷. Os deputados eleitos seguiram para lá (DANTAS, 2009, p. 284). Dessa maneira, Sergipe passou a ter duas Assembleias Legislativas, configurando assim, uma dualidade de poderes (DANTAS, 2004, p. 27).

Diante dessa situação existem dois questionamentos pertinentes. O primeiro é: por que transferir a sede administrativa justamente para Rosário do Catete? A importância dessa vila está intrinsecamente relacionada com a produção açucareira, visto que, era uma localidade onde se estabeleceram vários engenhos de cana-de-açúcar e seus proprietários, além de serem homens de muitas posses e de alto poder aquisitivo, também se dedicavam à vida política. A professora Josineide Almeida Santos afirma que: “Rosário do Catete com seus vários engenhos Paty, Caraíbas, Cumbe, Santa Barbará, Jurema Catete Velho, Jordão, Serra Negros e vários outros menores como Catete novo, Oitocentas etc.” (SANTOS, 2019, p. 51).

Ademais, Ibarê Dantas também afirma que a vila de Rosário era um “núcleo próspero do setor açucareiro da região da Cotinguiba” (DANTAS, 2009, p. 75). Observa-se:

⁴⁷ Município sergipano que fica a cerca de 40 km de Aracaju. Está localizada na região chamada de Vale do Cotinguiba, importante rio, que auxiliou na produção açucareira, tornando a região uma das mais prósperas de Sergipe, no século XIX. Para mais informações sobre a cidade, acesse: www.rosariodocatete.se.gov.br.

Em 1836 com o nome de Nossa Senhora do Rosário. Em 1849, uma contagem revelou a existência de 6.067 habitantes, dos quais a maioria era composta de pardos. Seu território, apesar de relativamente pequeno, comportava 57 engenhos, num total de 680, registrados na Província em 1852 (DANTAS, 2009, p. 74-75).

E Almeida Santos (2019, p. 57-58) defende que:

Rosário do Catete é considerada como a terra dos engenhos, da cana de açúcar e celeiro de grandes lideranças políticas, além de berço de intelectuais com sua geração bacharéis e médicos que revolucionaram a Faculdade de Direito do Recife e na Faculdade de Medicina da Bahia, os sergipanos Antônio Dias de Pinna, João Maynard, José Sotero Vieira de Melo, Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, Leandro Maynard Maciel, Augusto Maynard, Edelzio Vieira de Melo entre outros que Rosário do Catete presenteou Sergipe com seus ilustres filhos em diversas áreas sociopolíticas e culturais.⁴⁸

Como vimos, Rosário do Catete era reduto de uma das famílias mais influentes da política sergipana: os Siqueira Maciel⁴⁹. E foi, justamente, a pedido de Leandro Siqueira Maciel, o patriarca do engenho Serra Negra, que Calazans transferiu a sede para Rosário (DANTAS, 2009, p. 282).

O segundo questionamento é: o que o governo federal fez diante dessa situação? Absolutamente nada, para manter a legalidade. Até porque, além de ser amigos dos políticos golpistas, seu governo também era fruto de um golpe.

Ana Luiza Backes (2004, p. 65) afirma haver uma forte relação entre o governo de Floriano Peixoto e os republicanos históricos. Segundo ela, apesar desse apoio que existia entre as duas partes, não existe uma base de documentos que comprove que esses republicanos lideraram o golpe florianista. No entanto, apesar de não haver comprovação documental em relação ao golpe de Estado, é sabido que os republicanos históricos auxiliaram Floriano a manter seu governo anticonstitucional.

Se não encontramos na literatura uma base segura para afirmar que o golpe de Floriano foi liderado pelos republicanos históricos, é muito claro contudo que são eles que irão dar sustentação política ao governo, tão logo os desafios se apresentem. Forma-se ao redor do Marechal de Alagoas uma frente que reúne os republicanos mais organizados do tempo da propaganda, os positivistas e a maioria dos deputados militares (BACKES, 2004, p. 65).

Segundo consta, Floriano Peixoto assim que assumiu o poder tentou cercar-se dos republicanos históricos e nomeou uma série deles para governar os Estados com o objetivo de

⁴⁸ Para mais informações sobre a vila de Rosário do Catete vale a pena ler SANTOS, 2019.

⁴⁹ Para mais informações, ler DANTAS, 2009.

arquitetar uma sustentação política para seu governo (BACKES, 2004, p. 65). Foi nesse mesmo contexto que, anos depois do início de seu governo, pode auxiliar seu amigo, Manoel Prisciliano de Oliveira Valladão, a chegar ao poder em Sergipe.

Backes aponta essa relação entre o presidente Floriano Peixoto e o surgimento de governos ilegais nos estados federativos. E Guillaume Saes assinala que vários líderes estaduais chegaram ao poder após as deposições resultante de arranjos de Floriano:

Embora muitas lideranças regionais devessem sua posição de comando às deposições estaduais orquestradas pelo Governo Floriano, elas também desejavam a estabilidade política necessária para consolidar seu poder; isto seria difícil com um governo militar nacionalista, tendente, por sua própria natureza, à centralização e, conseqüentemente, a uma intervenção constante na política dos estados (SAES, 2005, p. 116).

Em Sergipe, também houve denúncia de apoio do governo federal ao golpe dado por Valladão, republicano histórico. Nos anais do Senado deparamos com as observações abaixo, discursadas por Coelho e Campos:

Requeiro que se peçam ao Poder Executivo as seguintes informações:

1º, teve o governo comunicação do Presidente do Estado de Sergipe denunciando a intervenção, na eleição de 30 de julho, para presidente e vice-presidente, da força federal estacionada naquele e no Estado de Alagoas?

2º, pela afirmativa, que providencias tomou o governo para prevenir ou reprimir esse atentado da força federal?

3º, pela negativa, com que fim foram deslocados contingentes do 33º e 26º batalhões, nas vésperas da referida eleição, para os seguintes municípios daquele Estado: Maruim, Santo Amaro, Rosário, Villa Nova, Pacatuba, Capella, Nossa Senhora das Dores, Seriry, Divina Pastora, Riachuelo, Socorro, Itaporanga, Lagarto, Simão Dias e Itabaianinha; e estiveram de prontidão 50 praças federaes, no dia da eleição em Aracaju?

4º, providenciou o governo sobre a restituição, ao corpo de policia daquele Estado, de 70 praças dele destacadas e que, apresentando-se ao 33º batalhão uniformizadas, verificaram imediatamente praça, sendo-lhes garantidas as mesmas graduações?

5º, o que determinou o conflito a 30 de julho na cidade de Simão Dias, de que resultou a morte de um praça do 33º batalhão e ferimento em outras e em diversos paisanos?

6º, o que determinou, e à requisição de que autoridade, a remessa de 50 praças do 33º batalhão em dias de agosto somente para o município de Itabaianinha?

Sala das sessões, 31 de agosto de 1894. – J. L. Coelho e Campos.⁵⁰

⁵⁰ CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 16 de agosto a 15 de setembro de 1894.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 16-17, 1895. (Volume 3). Disponível em:

Como vemos, o senador fez o requerimento que o governo federal respondesse como a força do Governo da União. Em outro momento, o político sergipano trata novamente do assunto:

O Sr. Coelho e Campos diz que, chegado há poucos dias do Estado de Sergipe, onde assistiu à eleição de 30 de julho para presidente e vice-presidente do Estado, entende dever referir o que foi esse pleito temeroso de peripécias inauditas, para que saiba o Senado e o paiz o que vale de facto a autonomia do Estado, si por desgraça se acha sobre o guante de ferro do governo da União.⁵¹

Oliveira Valladão e seu grupo ficaram em Aracaju e receberam o apelido de “Pebas” em alusão a uma espécie de tatu abundante no litoral. Já Leandro Maciel, Olímpio, José Calazans e os demais membros que seguiram para Rosário do Catete foram alcunhados de “Cabaús” em referência ao mel escuro da cana-de-açúcar (DANTAS, 2004, p. 27).

Não tardou, Calazans foi deposto de seu cargo de presidente de província. Tal fato ocorreu devido ao empenho de Valladão e de Sílvio Romero. Este, viajou ao estado para auxiliar na concretização do golpe. Devido a todos esses acontecimentos, o médico João Vieira, representando os anseios valadonistas, foi nomeado para governar interinamente Sergipe (DANTAS, 2009, p. 285-286).

Enquanto que o Executivo estava nas mãos do médico João Vieira Leite, o poder legislativo foi dominado pelos republicanos históricos que auxiliaram a arquitetar o golpe. Compunha o grupo dos Pebas, além de Valladão, nomes como Felisbello Freire e Sílvio Romero. Compondo a facção dos Cabaús estava Olímpio Campos, Leandro Maciel, José Calazans, entre outros (OLIVA, 2013, p. 173).

A administração de Vieira não foi muito diferente das outras que o antecederam, incluindo os tempos do Império, sendo marcada por perseguição aos inimigos políticos, ordenando prisões, suspensão de salários e exonerações contra todos aqueles que recusassem reconhecer a legitimidade de seu poder. É importante salientar que nem todo político *republicano histórico* participou dessas práticas antidemocráticas. Um exemplo disso é a figura de Lima Junior que redigiu manifesto ao Estado denunciando o golpe e todas as práticas que se sucederam (DANTAS, 2009, p. 285-287).

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anaais/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%203.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

51 CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 16 de agosto a 15 de setembro de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 67, 1895. (Volume 3). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anaais/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%203.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

Enquanto isso, os golpistas articulavam a concretização do domínio de Sergipe, com a chegada de Valladão ao poder e, quando este ocupa o tão sonhado cargo de presidente do estado, se encarregou de tomar posse da Assembleia de Rosário do Catete. E sobre o fim da Assembleia de Rosário, observa-se o que aponta Dantas: “Em face da Assembleia de Rosário, Valladão, assim que tomou posse, mandou quarenta praças ocuparem o prédio, levando os parlamentares, sem força para confrontá-los, a se retirarem” (DANTAS, 2009, p. 295).

Assim como o governo de João Vieira, o de Valladão foi marcado por muita intolerância política e um retrocesso econômico e administrativo (DANTAS, 2009, p. 297-300). Sobre o governo de Valladão, Armindo Guaraná (1925, p. 412) afirma que enquanto presidente de Sergipe (1894-1896) ocorreu que: “não chegou a completar por ter renunciado ao cargo em 28 de julho de 1896, havendo governado apenas 16 meses efetivamente a contar da data de sua posse em 24 de outubro de 1891”.

Foi, também, durante o seu mandato que ocorreu outra cisão, agora entre os pebas. Depois de uma série de fraudes eleitorais, Ivo do Prado constatou que amigos seus haviam se prejudicado com as falcatuas e, por isso, decidiu romper com os outros pebas (DANTAS, 2009, p. 297-300).

Felisbello Freire estava insatisfeito com as atitudes autoritárias de Valladão há cerca de dois anos e, segundo Ibarê Dantas, esse foi o motivo de ter saído do Ministério da Fazenda. Sendo assim, Freire se aproximou de Olímpio Campos e foi o responsável por unir os cabaús com parte dos pebas. Essa aliança teve como efeito maior estabilidade na política sergipana (DANTAS, 2009, p. 316).

Olímpio Campos lançou sua candidatura para presidente do estado e, Apulcro Motta, para vice-presidente. Ambos concorreram na mesma chapa, apesar de já terem entrado em conflito diversas vezes. Esta união tão improvável foi o desfecho do acordo entre os dois grupos. Contudo, Valladão e a parcela de políticos que ainda o seguiam, não firmaram tal acordo e ainda concorreram às eleições. O resultado, porém, elegeu o padre Olímpio e seu vice (DANTAS, 2009, p. 329-330).

Esses acontecimentos ganharam forma no mesmo momento em que o Brasil iniciava uma nova fase da Era Republicana: a ascensão do presidente Campos Sales. Larissa Rodrigues Vacari de Arruda afirma que o presidente Campos Sales, com o objetivo de aumentar seu controle, criou uma maneira de organizar a administração do país e estabelecer a

estabilidade necessária para que pudesse exercer sua função de presidente da República e, assim, administrar o Brasil com segurança e produtividade.

A política objetivava encontrar algum modo de governar, já que a primeira década República foi instável, passando por golpe e contragolpe de Estado. O presidente queria achar uma fórmula capaz de gerar uma mínima estabilidade, que proporcionasse equilíbrio interno para governar. A política dos governadores girava em torno de um sistema de apoio, em que a competição foi quase eliminada e as oposições asfixiadas. No âmbito estadual somente assumia mandato aqueles que apoiassem o governo federal (ARRUDA, 2015, p. 07).

3.2 O CASO DE SERGIPE NOS JORNAIS

Esta parte do capítulo foi destinada para analisar como o “Caso de Sergipe” repercutiu na imprensa nacional e internacional. Encontramos menções sobre esse ocorrido em vários jornais e foi dedicado grande empenho em trabalhar com a maior quantidade de periódicos com o objetivo de conhecer e entender como a situação política sergipana foi propagada para além das fronteiras deste estado. A nível internacional, infelizmente, só foi possível localizar dois exemplares e, todos eles, de Portugal. Além desses periódicos, utilizamos Anais do Senado.

Os jornais que serão abordados agora são estes: *Jornal Gazeta de Notícias* (RJ), *O Economista* (Portugal), *Commércio de Portugal* (Portugal), *República: Fusão do Libertador e Estado do Ceará* (CE), *O Diário Oficial de Sergipe* (SE), *O Democrata Federal* (SP), *Jornal Pharol* (MG), *O Estado do Espírito Santo: Ordem e Progresso* (ES), *O Cachoeirano: Órgão do Povo – Columnas francas a todas as intelligencias* (ES), *O Correio Paulistano* (SP), *A Federação: Órgão Do Partido Republicano* (RS), o *Jornal do Brasil* (RJ) e *O Paiz* (RJ).

No jornal *Gazeta de Notícias*⁵², no dia 20 de setembro de 1894, ainda no calor dos acontecimentos foi veiculada a notícia do “Caso de Sergipe”. Não fizeram nenhuma menção a golpe e retrataram a situação como uma anulação da eleição para governador de Sergipe e que foi realizada outra eleição de caráter popular e leal. O trecho a seguir foi retirado da capa da *Gazeta*, na parte denominada “Boletim do Congresso”:

E o caso de Sergipe. Anulada a eleição de governador, a que ali acaba de proceder, feita uma nova eleição, real, verdadeira representação da vontade popular, acredita S. Ex. que os vencidos se hão de conformar com o resultado da luta (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20 de setembro de 1894, p. 01).

⁵² Jornal criado em 1875 para defender o modelo republicano e a causa abolicionista.

Essa fonte deixa transparecer a inclinação da *Gazeta* em defender os republicanos históricos que golpearam o governo de Sergipe. A postura do jornal é explicada ao analisar suas origens, visto que, tinha uma forte relação com os membros históricos do Partido Republicano, pois desde a década de 1870, quando iniciou sua atividade, tinha como um dos principais objetivos propagar os ideais da República, como apontou Carlos Leal (1894, p. 01). Obviamente, não se pode generalizar e afirmar que todos os republicanos históricos estavam associados a condutas golpistas, mas, nesse caso, nos ajuda a compreender o posicionamento dos membros da *Gazeta*.

Sobre o fato, foram localizadas algumas menções nos Anais do senado:

Empregados alfandega, officiaes e praças, 33 paizanos, capangas, capitaneados inspetor da alfandega, executar plano coronel Ferraz, aproveitando minha ausência capital, assaltaram palácio, aclamando presidente Estado presidente assembleia improvisada, garantida 33°.

Regressei capital repelir invasão, não conseguimos pois a força policial aterrorizada, o coronel Ferraz aceitou assalto, voltei Rosario onde funciona assembleia legal aguardar providencias manter autoridade. Villa Rosario, 12 setembro de 1894. – Calazans, presidente. Telegramas de 10 do corrente, de Aracaju, concebido nos seguintes termos: hontem meia noute nós deputados legaes de volta Rosario, fomos presos por comandante Emygdio Barroso que declarou ser ordem superior sem mencionar de quem, como conspiradores, recolhidos quartel policial, escoltados quadrado mais 30 praças policiaes sabres calados. Porta prisão guardada sentinela. Hoje soltos, depois revistadas malas, apreendidos papeis, até caderneta Caixa Econômica, sendo Luiz Antonio antes nós, de pretexto deputado reconhecido assemblea ilegal Quirino conduzido a Palacio, ignoramos logardetenção. Intimados retirar capital hoje mesmo, pena sermos perseguidos. Quirino solitária cadeia. – Teixeira – Matheus. – P. Jonathas. – Luiz Antonio. – P. Marçal.⁵³

No dia 29 de novembro de 1894, outra notícia da *Gazeta de Notícias* sobre o “Caso de Sergipe” chamou a atenção. Na publicação é noticiada no “Boletim do Congresso” que uma nova sessão da câmara foi realizada com o intuito de discutir sobre as duplicatas de Assembleias dos Estados e de governadores. O que estava em pauta era o projeto de nº 189 que foi criado para resolver o problema sergipano que ganhou destaque nacional.

A sessão da câmara foi ontem exclusivamente consagrada a 2ª discussão sobre o projeto nº 189, declarando de competência do Supremo Tribunal Federal decidir as duplicatas de governadores e de assembleias dos Estados.

⁵³ CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 17 de setembro a 15 de outubro de 1894.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 1-2, 1895. (Volume 4). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%204.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

Sabe-se que o projeto nº 189 é principalmente destinado a resolver o caso especial de Sergipe, onde um governo ilegal e outro legítimo se disputam a posse do poder.

Precisava dizer que a maioria da comissão de constituição e justiça, que assinara vencido o respectivo parecer e vinha dar à câmara as razões desse voto divergente, que também foi o de outros seus colegas, constituindo a minoria da comissão.

Precisava dizer que a maioria da comissão não andara acertadamente entregando ao Supremo Tribunal Federal a solução do caso de Sergipe. O Supremo Tribunal julga de crimes políticos, não tem competência para intervir nos negócios domésticos dos Estados, e ninguém de boa fé poderá dizer que se está cometendo um crime político que é indispensável punir (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29 de novembro de 1894, p. 01).

As questões eram bem sérias, pois tinha todo um jogo de interesses por trás dos debates na câmara. O problema era o seguinte: como resolver o fato de um Estado possuir dois governadores e duas assembleias legislativas? Como o Brasil havia adotado o federalismo, cada Estado tinha sua autonomia para resolver seus problemas, a menos que o próprio governo pedisse a intervenção federal no conflito.

De acordo com a fonte, alguns deputados sugeriram que ao Congresso intervisse para resolver o caso de Sergipe, porém, como se observa na transcrição da fonte anterior, a Gazeta não se mostrou favorável à intervenção alegando que não era de competência do Supremo Tribunal julgar as questões internas de cada Estado.

Nessa mesma edição, de 29 de novembro, foi publicado um telegrama do Coronel Valladão, datado de 18 de novembro, em que o mesmo comenta sobre uma emenda dos deputados Olympio Campos, Menezes Prado e Geminiano Brasil, seus rivais na política sergipana. Os referidos parlamentares solicitaram que fosse incluída no orçamento uma verba para amortizar o empréstimo que Sergipe havia feito, porém, Valladão criticou seus inimigos acusando-os de não saberem a verdadeira situação do estado que, segundo ele, não carecia desse auxílio. E que, por outro lado, os parlamentares deveriam ter pedido que auxílio para realização de obras federais, como a construção da alfândega.

Acabo de ler no Diário do Congresso uma emenda dos deputados Olympio Campos, Menezes Prado e Geminiano Brasil, mandando incluir no orçamento geral verba para amortização do empréstimo contraído há tempos por este Estado e do qual a União é fiadora. Venho declarar-vos que felizmente o Estado de Sergipe está em condições de não carecer mais desse auxílio. No orçamento de sua despesa para o ano vindouro já se acha consignada a verba necessária para o serviço da dívida, que será pontualmente paga.

Aqueles deputados teriam procedido com mais acerto se, em vez dessa emenda deprimente do crédito do Estado que representam, e desnecessária,

segundo o parecer da comissão do orçamento, tivessem proposto verba para serviços federais urgentes, como construção da alfândega, melhoramento das barras e praticagem, com material apropriado de rebocadores, etc (GAZETA DE NOTÍCIAS, 29 de novembro de 1894, p. 01).⁵⁴

Essa situação só demonstra, ainda mais, como a situação política era delicada em Sergipe, sendo marcada pelas rivalidades locais, sem ao menos entrarem em consenso em relação aos melhoramentos que o estado carecia. O bem público, mais uma vez, não era o centro das questões, mas sim, as disputas pelo poder e pela oportunidade de conduzir o estado.

Outra publicação da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, que carece ser mencionada neste trabalho é a edição do dia 7 de fevereiro de 1895. Nela, além de mencionar novamente o “Caso de Sergipe”, relembra o processo da Campanha Republicana, um importante marco na história deste jornal e na vida política brasileira.

Foi dedicada uma sessão, intitulada de “A NAÇÃO – PROCESSO HISTÓRICO” que rememora o árduo trabalho de lutar contra o regime monárquico. Critica a maneira como os republicanos perderam espaço dentro do sistema que eles mesmos construíram. Afirma que sendo um partido forte e coeso, o Partido Republicano desintegrou os outros partidos e pôs fim à Monarquia.

Um único partido, o Partido Republicano assistira a dissolução de todos os outros, a destruição do trono, a Proclamação da República, coeso, forte, unido; e quando no momento supremo devera persistir de pé, não para apossar-se de despojos, mas para presidir a evolução política do país e dirigi-la, desapareceu a ação dissolvente da própria revolução com o silencio cúmplice de seus antigos chefes, e a política, perdido o rumo das ideias, obedeceu as crises dos momentos. Dir-se-ia que nunca no Brasil se houvera pensado na organização de um governo republicano (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 de fevereiro de 1895)

Outro jornal do Rio de Janeiro que trata sobre o “Caso de Sergipe” foi o *Jornal do Brasil*. A primeira menção a este assunto foi localizada na edição do dia 21 de agosto de 1895, numa matéria dedicada ao Congresso Federal falou sobre o problema de Sergipe.

Referindo-se especialmente ao caso de Sergipe, admite para argumentação, que todos os poderes políticos dali estejam integralmente usurpados, mas pergunta porque meio se chegaria a resolver a questão?

⁵⁴ CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 16 de novembro a 20 de dezembro de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 91, 1895. (Volume 6). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%206.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

O governo poderia nomear um interventor, mas então ter-se-ia inventado um poder superior a todos os outros, não cogitado na Constituição, e que seria até um poder constituinte. A discussão foi adiada pela hora ficando s. ex. ainda com a palavra para amanhã (JORNAL DO BRASIL, 21 de agosto de 1895, p. 01).

O *Jornal do Brasil*, no dia 04 de outubro de 1895, no “Boletim Parlamentar” anunciou a discussão ocorrida no congresso que tinha como finalidade resolver a questão política sergipana. É possível perceber uma leve inclinação do jornal em relação ao grupo dos legalistas, representado por José Calazans, Leandro Maciel e Coelho e Campos.

Na ocasião, ridicularizou o senador Rosa Junior que, ao discursar, teria ficado sozinho no plenário se não fosse pelo ato heroico de seu opositor, sr. Coelho e Campos. O mais interessante é que o periódico frisa que Rosa Junior era defensor do coronel Valladão.

Seguindo-se a discussão do orçamento da Marinha e do Caso de Sergipe, muito importante e que aliás promete muito, e sendo dada a palavra ao sr. Rosa Junior, para continuar o seu discurso da véspera, os ilustres senadores entenderam que não havia urgente necessidade de sua presença, e foram retirando-se pouco a pouco, os grupos pequenos, com pequenos intervalos.

Desse fato resultou um outro que nos impressionou. Enquanto corria o discurso do senador sergipano, apologista do governo do coronel Valladão e da sua assembleia legislativa, poucos, muito poucos iam ouvindo-o... até, que num momento ficou s. ex. unicamente com o seu antagonista, sr. Coelho e Campos. Mas, nem por isso o sr. Rosa Junior desanimou, foi por diante... foi por diante... O sr. Coelho e Campos foi também um heroe; ouviu o seu colega até levantar-se a sessão (JORNAL DO BRASIL, 04 de outubro de 1895, p. 02).

Rosa Junior nasceu em Maruim, município de Sergipe, na década de 1840. Seguiu carreira militar e ganhou destaque na política. Participou da Campanha no Paraguai e em 1889 era comandante do 7º Batalhão e ajudou seu amigo Marechal Deodoro da Fonseca na tomada do poder do Brasil, em 15 de novembro, culminando no fim do período imperial brasileiro (GUARANÁ, 1925, p. 416).

Na edição do dia 6 de outubro de 1895, o leitor do *Jornal do Brasil* se deparou com uma carta de Felisbello Freire sobre o Caso de Sergipe dedicando-a ao Congresso. Na nota, Freire se posicionou contra o projeto que propunha a intervenção federal em Sergipe, alegando que o estado possuía apenas um governador e somente uma câmara. Demonstrou, somente, levar em consideração os políticos instalados em Aracaju, e descartou a câmara de Rosário.

Defendeu veementemente que não havia anormalidade em Sergipe e argumentou que as leis federais continuavam a serem cumpridas, os tributos pagos, a comunicação continuava

da melhor forma possível e que o único governo existente era o de Valladão, os de Rosário não passavam de mera aspiração. Eis a transcrição da fonte:

A dualidade de governo em um estado pode ser ou não acompanhada de alterações da ordem, que afeta em profundamente sua vida interna.

No caso de Sergipe, porém, nenhuma perturbação agitou suas condições normais.

Um só governo instalou-se na capital do estado que foi o do coronel Valladão.

O outro desistiu disto; não passando sua instalação de uma aspiração política.

O está, porém, pela anormalidade que se alega de sua situação política, caracterizada pela existência de dois governos? Também não, porém os dois governos não existem de fato. Um deles não passa de uma aspiração.

As relações entre o governo local e o da União se tem estabelecido até aqui pelos processos normais e legítimos (JORNAL DO BRASIL, 06 de outubro de 1895, p. 04).

O *Diário Oficial de Sergipe* é um órgão muito importante para o estado, porém, como toda fonte histórica devemos ler com atenção e relacionar sempre com o contexto e com os sujeitos que fizeram parte dele. Por ser uma imprensa oficial do governo, muito provavelmente, refletia os interesses de quem estava no poder. No momento, quem governava Sergipe era Oliveira Valladão.

Segundo Bruna Morrana dos Santos (2017, p. 58), Sergipe foi a oitava província a criar uma Imprensa Oficial. Esta foi fundada por meio do decreto nº 141, de 24 de agosto de 1895, durante o mandato de Valladão. O primeiro número foi publicado em 01 de setembro do mesmo ano, sob a direção de Apulcro Mota. Este também havia participado da campanha em prol da República e que apoiou o golpe contra José Calazans pelos republicanos históricos.

Assim, surgiu a necessidade de se criar uma imprensa que assumisse um caráter oficial frente às ações do governo sobre o Estado, uma imprensa de caráter moderno e que se preocupasse com a divulgação do progresso moral e material de Sergipe. A Imprensa Oficial em Sergipe foi criada e sancionada durante o governo do Presidente de Estado Manoel Presciliano de Oliveira Valladão, através de uma autorização concedida pela Lei nº 104 de 05 de dezembro de 1894 (SANTOS, 2017, p. 57).

Sobre “O Caso de Sergipe” de 1894, logo na primeira edição do *Diário Oficial* foi publicada uma notícia narrando o desenrolar do conflito, sendo este favorável a Valladão. Segundo consta, que o Supremo Tribunal Federal havia concedido *habeas corpus* a ele e a Olympio Ferraz:

O Supremo Tribunal Federal conforme telegrama dos nossos correspondentes do Rio e da Bahia e dos abaixo transcrevemos concedeu em sessão de ante-hontem, contra os votos dos juizes Pereira Franco, e Piza e Almeida, *habeas-corpus* ao exm. Sr. Coronel Oliveira Valladão presidente deste Estado e ao sr. Coronel Olympio Ferraz, pronunciado, pelo juiz seccional, por denúncia do bacharel Leandro Maciel Junior (O DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, nº 01, 01 de setembro de 1895, p. 3).

Como é possível observar, o intuito era transmitir a informação de que a solicitação de Leandro Maciel fora desqualificada perante o Supremo Tribunal Federal. Na época, Prudente de Moraes era o presidente da República, porém, como a situação política era muito delicada, não conseguiu acabar algumas questões iniciadas pelo governo de Floriano Peixoto. Ibarê Dantas (2009, p. 293) aponta essa dificuldade do novo presidente em alterar o quadro que vigorava até então e que o conflito sergipano perpassou para ele.

Como o governo tumultuado do marechal Floriano Peixoto findou-se em novembro de 1894, o problema de Sergipe ficou para seu substituto, Prudente de Moraes, equacionar. Mas a correlação de forças e o contexto tornavam a decisão complexa. As derrubadas dos governadores no início do governo Floriano trouxeram tantas complicações ao ponto daquele governante ter dito que intervenção nunca mais (DANTAS, 2009, p. 293).

Outro aspecto importante observado na matéria do *Diário Oficial de Sergipe*, é que além de divulgarem o parecer da justiça favorável a Valladão, eles publicaram mensagens de importantes políticos, aliados do presidente de Sergipe, e que haviam participado da propaganda republicana. Nomes como Felisbello Freire, Josino Odorico de Menezes e Martinho Cesar de Silveira Garcez.

Rio, 31 de agosto. – Presidente Sergipe – Habeas corpus concedido incompetência Juiz seccional. Aceite sinceras felicitações. – Odorico.

Rio, 31 de agosto. – Presidente Sergipe – Mais uma vez triunfou justiça direito. Sinceros parabéns. – Coronel Campello.

Rio, 31 de agosto. – Coronel Valladão – Concedido Habeas-corpus. Parabéns. – Felisbello.

Rio, 31 de agosto. – Coronel Valladão – Felicito-o e a Sergipe pela esplendida victoria da justiça. – Alferes Honório.

Rio, 31 de agosto. – Coronel Valladão – Habeas-corpus concedido. Garcez, Golveia brilharam. Parabéns. – Tenente José Candido.

Rio, 31 de agosto. – Presidente Sergipe – Tribunal concedeu habeas-corpus. Abraços, felicitações. – Garcez (O DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE, nº 01, 01 de setembro de 1895, p. 3).

O jornal *O Cachoeirano: órgão do povo – colunas francas a todas as inteligências*⁵⁵, do estado do Espírito Santo, também informou sua população sobre o “Caso de Sergipe”. Em sua edição do dia 01 de dezembro de 1895, logo na primeira página, foi dedicado um artigo nomeado de “Em funeral” que era, justamente, uma crítica à situação política do Brasil que passava por uma grande instabilidade. O autor das linhas lamenta: “Descubram-se todos os brasileiros, contemplem com piedade e os olhos umedecidos o infinito sofrer da Pátria infortunada” (O CACHOEIRANO: ÓRGÃO DO POVO – COLUMNAS FRANCAS A TODAS AS INTELLIGENCIAS, 1 de dezembro de 1895, p. 01).

Essa publicação menciona o caso de Sergipe e reclama a demora do congresso em resolver a questão sergipana. Para ele, o caso foi um golpe brutal contra a constituição e que Valladão estava usurpando um cargo que não era dele por direito. Uma rápida lucidez dos deputados, assim como, uma também ligeira esperança nas coisas melhorarem no país. Uma vez que, julga a atuação política dos deputados brasileiros como marcada por defesa dos interesses privados.

Quando por um momento de fulgida lucidez, reconhece a câmara dos deputados a usurpação e brutalidade do caso de Sergipe, deixando a esperança fortuita duma primeira manifestação do critério, cala-se a razão, amordaça-se a consciência, porque é preciso que o povo aprenda no sofrimento! (O CACHOEIRANO: ÓRGÃO DO POVO – COLUMNAS FRANCAS A TODAS AS INTELLIGENCIAS, 1 de dezembro de 1895, p. 01).

O “Caso de Sergipe” chegou até em Lisboa, Portugal. O *Jornal Commercio de Portugal*, de propriedade do Visconde de Melicio, na publicação de 24 de setembro de 1896 comunicaram sobre o ocorrido no referido estado brasileiro. Nessa publicação que dispomos, encontramos um artigo, logo na primeira página, intitulado de “Notícias do Brasil”, em que o redator relata uma série de acontecimentos que estavam ocorrendo no país e, entre eles, notifica “O Caso de Sergipe”.

Segundo eles, receberam a notícia de um correspondente em Aracaju. Na ocasião, a informação mostrou o problema entre o coronel Horta e o padre Dantas. Ambos queriam ocupar o cargo de presidente do estado, porém, o religioso levou a melhor, sendo sucessor de Valladão e apoiado pelas forças federais. De acordo com o periódico português, foi assim que acabou o “Caso de Sergipe” que ele definiu como “o conhecido caso” (JORNAL COMMERCIO DE PORTUGAL, 24 de setembro de 1896, p. 1).

⁵⁵ Defensor dos ideais republicanos.

De um de nossos correspondentes em Aracaju recebemos o seguinte telegrama:

Aracaju, 5 – “Força federal depôs hoje, por ordem do ministro da guerra, o coronel Horta, vice-presidente do Estado, reempessando o 2º substituto de Valladão, padre Dantas.”

Assim terminou o conhecido caso de Sergipe.

Do secretário de Estado do Governo, Brício Cardoso, recebemos o seguinte:

Aracaju, 5 – “Devido a traição ignóbil da força de polícia, teve ontem de retirar-se do governo o ex. Padre Dantas, presidente do Estado. Hoje, por ordem do Presidente da República, voltou garantido pela força federal, que procedeu corretamente. Está cercado de numerosos amigos. Cidade em festas.” (JORNAL COMMERCIO DE PORTUGAL, 24 de setembro de 1896, p. 1).

Como é possível notar na fonte em destaque, o posicionamento passado para o *Jornal Commercio de Portugal* ficou a cargo do grupo Valadonista. Outro jornal português também noticiou o caso de Sergipe: *O Economista*, de Lisboa, pertencente a Antônio Maria Pereira Carrilho. Este foi um importante empresário, funcionário público e chegou a ocupar vários cargos relevantes em Portugal, como o de secretário-geral do Ministério da Fazenda (Portugal), presidente da Companhia dos Caminhos de Ferros Portugueses e deputado.

Foi no dia 3 de janeiro de 1895, edição nº 3990, logo na primeira página que *O Economista* (Lisboa) tratou sobre o “Caso de Sergipe”. Foi destinada uma coluna e intitulada “Notícias do Brasil”. Segundo a matéria, a notícia chegou à Lisboa por meio de um “correspondente particular” do jornal. A versão, pelo que é possível perceber prontamente, é a do ramo de Calasans e Maciel.

Segundo o noticiário, o coronel Valladão estava impondo seu governo à força contra o governador eleito de maneira honesta e legal, conforme previa a Constituição. Aponta que Valladão sequer podia ser candidato, devido ao fato de não cumprir os pré-requisitos necessários para isso.

Vale lembrar que o coronel estava a muitos anos residindo no Rio de Janeiro e, por isso, não completava as condições básicas como previa a Constituição do estado federativo de Sergipe: “Em Sergipe o coronel Valladão continua a dar que falar de si. Impondo-se pela força contra o governador legalmente eleito, muito embora pela Constituição do Estado o mesmo coronel nem candidato pudesse ser” (O ECONOMISTA, nº 3990, Portugal, 3 de janeiro de 1895, p. 01).

Além disso, o jornal relata os abusos cometidos por Valladão desde o momento em que ele tomou o poder do estado, menciona as demissões injustas e perseguições realizadas por ele. O senador Coelho e Campos também denunciou suas ações numa sessão do Senado:

O Sr. Coelho e Campos diz que, depois dos factos de violência praticados em seu Estado por um governo ilegal e dispotico, dos quaes o Senado já tem conhecimento, leu no Diário de Noticias de 17 do corrente, que já foram dadas as providencias afim de que o comandante do batalhão 33º de Sergipe, só reconhecesse como presidente legitimo o Dr. Calazans.

Ignora si estas providencias já foram tomadas.

O que sabe é que continua o presidente intruso a levar desespero à população, de modo a provocar uma reação.

O orador passa a historiar as violências que ultimamente se tem praticado, dando em resultado a prisão de cinco deputados e um empregado da assemblea, escoltados por 30 praças e conduzidos ao quartel da policia onde se conversam incomunicáveis.

Refere-se ainda ao acto criminoso que praticaram, arrombando portas, destruindo moveis e inutilizando completamente a typographia que defendia os actos legaes.

Depois de outras considerações, o orador termina afirmando ao Senado que vem ainda a tribuna impellido por um simples dever a que não se pode esquivar, porque tem vergonha de ver o seu Estado colocado em circumstancias taes como si fosse uma horda de bárbaros.⁵⁶

O presidente constitucional, José Calazans, também falou sobre as atitudes abusivas do político golpista:

Força federal que serviu Itabaianinha protegeu eleição coronel Valladão, ali continua praticar violências. Acabo receber seguinte telegrama daquela procedência: Ordem prisão a nós: garanta-nos, - Deputados, Jonathas e Euthinio. Comuniquei marechal. – Calazans, presidente. – Inteirado.⁵⁷

O jornal *O Economista* aponta que Valladão conseguiu o apoio de *O Paiz*: “O coronel Valladão já achou um defensor, *O Paiz*, órgão da legalidade do marechal Floriano”⁵⁸. Este foi uma folha criada pelo conde de São Salvador de Matozinhos, o João José Reis Junior, na década de 1880, no Rio de Janeiro. Inicialmente, teve Rui Barbosa como seu primeiro redator-chefe, porém, não tardou muito e Quintino Bocaiuva foi convidado para ocupar a vaga.

⁵⁶ CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 17 de setembro a 15 de outubro de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. (Volume 4). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anaeis/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%204.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

⁵⁷ CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 16 de agosto a 15 de setembro de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. (Volume 3). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anaeis/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%203.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

⁵⁸ Ibidem.

Bocaiuva que foi um dos fundadores do Partido Republicano Paulista e um dos principais nomes do final do século XIX no Brasil (SODRÉ, 1966, p. 220).

O jornal cresceu na campanha abolicionista e republicana. No ano de 1888, passou a contar com a participação de Silva Jardim, importante propagador dos ideais republicanos e abolicionistas, que assinava alguns artigos. Com o advento da República, Quintino Bocaiuva assumiu o posto de ministro das relações exteriores e alavancou ainda mais as vendas do jornal. No entanto, em 1890 o jornal foi vendido por causa de um problema familiar envolvendo seu proprietário, mas Bocaiuva continuou como redator-chefe mesmo após a mudança de gerência (SODRÉ, 1966, p. 220).

Expuseram uma carta de Silvio Romero direcionada a Quintino Bocaiuva, em 20 de novembro de 1894. Nela, o remetente objetivava conseguir o apoio de *O Paiz* e de seu redator-chefe. Com frases elogiosas dirigidas ao destinatário, fez questão de relembrar a Campanha Republicana, o árduo trabalho contra o Império e a atuação daqueles que tanto auxiliaram o Partido Republicano.

Frisou que em Sergipe existiam 3 partidos antes da Proclamação da República, mas apenas os membros do extinto Partido Conservador é que dominavam o cenário político da província. Ao longo da carta, Romero utilizou sua vasta habilidade com as palavras numa tentativa de convencer não somente o jornal, mas também a opinião pública.

Ilustre chefe – A vós, como o diretor supremo do partido republicano, aquele que dirigiu combatentes de há 20 anos passados, os soldados da propaganda, a vós, o chefe de todos, é que levanto o meu brado de alarme, o meu protesto de combatente leal.

Os que lutaram e trabalharam, os que se bateram nos dias de perigo e ajudaram aos ombros a pesada tarefa do partido, esses é que não estão dispostos a morrer como cordeiros súplices e submissos.

Querem exercer ao menos o direito de queixa e contar ao Paiz como um bando de anônimos empreiteiros políticos sem capacidade, sem serviços a Republica, sem influencia, sem prestígio, vão conseguindo iludir aos chefes, aos guias da situação, movendo-os a seu favor.

Esta história está errada, general...

O simples bom senso vos poderá advertir de que a coisa não está certa; pois, sabendo toda a gente que em Sergipe havia republicanos, liberais e conservadores, não se atina por que espécie de escamoteação só de velhos conservadores se compõe a representação e todo o pessoal administrativo do estado.

Isto só por si é bastante para gerar a suspeita (O PAIZ, 20 de novembro de 1894, p. 01).

Além do espaço dado a Silvio Romero, republicano histórico que apoiou o golpe realizado pelo coronel Valladão, em 3 de outubro de 1895, logo na primeira página do jornal foi concedido mais um espaço para falar sobre o caso de Sergipe e, novamente, é exposta a opinião dos apoiadores do golpe valadonista. A nota transmite a opinião de cidadãos da cidade sergipana de Propriá, porém não cita os nomes, apenas qualifica como respeitáveis cidadãos. Adjetivo que dá a entender que essa opinião vem de pessoas confiáveis. Vejamos:

O conselho da intendência e cidadãos respeitáveis da cidade de Propriá e município telegrafaram-nos protestando igualmente contra o parecer da comissão mista do Congresso Nacional sobre o caso de Sergipe (O PAIZ, 03 de outubro de 1895, p. 01).

Como vimos, essas pessoas “respeitáveis” não estavam de acordo com a realização de uma comissão mista para solucionar a questão do poder em Sergipe, assim como também não a queria Valladão. Tal recusa é compreensível, visto que, não tinham o interesse de haver uma intervenção para analisar e resolver a briga entre os dois grupos político sergipanos.

Na semana seguinte, em 12 de outubro de 1895, é publicado um trecho do *Diário Oficial de Sergipe*:

O Diário Oficial analisando o procedimento do senado com relação ao caso de Sergipe, termina assim a sua criteriosa análise:

Temos fé de que as conveniências do momento não conseguirão suplantar a verdadeira doutrina constitucional e que o princípio de autonomia dos Estados nela consagrado e que vem de banquear no senado, há de erguer-se triunfante na câmara dos deputados (O PAIZ, 12 de outubro de 1895, p. 01).

Outra vez, *O Paiz* deu notoriedade a uma informação contrária à comissão mista, para a alegria do grupo de Valladão. A justificativa é de que tal atitude, isto é, a intervenção não era permitida na Constituição, pois feria o princípio federativo. No entanto, esse mesmo cuidado: o de zelar e obedecer à legislação vigente, não é possível perceber em Valladão e em seu grupo quando lançou sua candidatura sem preencher os requisitos básicos para concorrer ao cargo público. Sobre isso, destacamos a declaração do senador Coelho e Campos:

Apezar da insistência da notícia, era para duvidar-se dessa candidatura, por sua inconstitucionalidade manifesta, por não poder reconhece-la a assembleia do Estado em face do artigo constitucional que a incompatibilizava, e afinal (por que não dizel-o?) a carência de elementos no suposto candidato, mesmo quando contasse com todo o elemento oficial e se coligasse à oposição ao governo federal do Estado, como ficou à evidencia

nos pleitos de 28 de fevereiro e 1 de março, travados em Sergipe. Seria uma temeridade!⁵⁹

A delicada situação política de Sergipe, além de circular no próprio estado, no distrito federal e em Portugal foi, também, amplamente divulgada nos periódicos dos outros estados brasileiros. No jornal *A República: fusão do Libertador e Estado do Ceará*⁶⁰, Fortaleza, do dia 2 de novembro de 1895, em “Notas Políticas” saiu uma notícia que vinha do Rio de Janeiro, datada de 19 de outubro de 1895, também trouxe a notícia do caso de Sergipe. Segundo a nota, o Brasil estava passando por uma dificuldade muito grande e, numa reunião do Congresso, foram discutidas questões muito importantes para a nação, conforme se observa na nota:

A fase que atravessamos é prenunciadora de crise. O Congresso, somente agora, chegou ao seu período agudo. Múltiplas funções desprenderam-se dos laços das conveniências e surgiram à tona. Entre essas sobressaem a da anistia, a dos alunos desligados e a da intervenção nos Estados pelo governo federal, para não falar nas questões externas, financeiras, etc. (A REPÚBLICA: FUSÃO DO LIBERTADOR E ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 2 de novembro de 1895, p. 01).

Mais adiante, o autor continuou desenvolvendo sobre as questões citadas e, sobre a intervenção dos estados pelo governo federal, citou o caso de Sergipe:

A questão da intervenção, ou melhor o caso de Sergipe, certamente será rejeitado pela câmara. O empenho, hoje, dos interessados é para que o projeto não entre este ano na ordem dos trabalhos. Neste caso como ficará o presidente de Sergipe, tendo suspensa sobre a cabeça essa espada de Dâmocles? (A REPÚBLICA: FUSÃO DO LIBERTADOR E ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 2 de novembro de 1895, p. 01).

Em São Paulo, *O Democrata Federal*⁶¹ falou sobre o caso, em outubro de 1895. Sob a direção de A. Moreira da Silva, a matéria se posiciona contra o grupo valadonista e a favor da intervenção federal para garantir a proteção da Assembleia que estava instalada em Rosário do Catete.

No senado foi aprovado em segunda discussão o projeto sobre o caso de Sergipe que autoriza a intervenção do governo naquele Estado, no intuito de garantir o exercício da assembleia instalada no Rosário, e bem assim a

⁵⁹ CONGRESSO NACIONAL. *Annaes do Senado Federal – Sessões de 16 de agosto a 15 de setembro de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 67, 1895. (Volume 3). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%203.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

⁶⁰ O jornal entrou em atividade durante o período republicano, em 1892 e continuou até 1897. Era propriedade da associação anônima Ceará-Libertador.

⁶¹ Folha diária destinada à defesa do princípio democrático federativo, com atuação entre os anos de 1876 e 1933.

eleição do vice-presidente, o sr. Coronel Horta. A votação foi nominal, resultando 26 votos a favor e 16 contra. Reuniu-se hoje na câmara a comissão que assinou um projeto reorganizando a guarda nacional (O DEMOCRATA FEDERAL, São Paulo, 09 de outubro de 1895 p. 02).

Observa-se que o Senado já havia aprovado em segunda discussão o projeto que foi criado para resolver a situação política sergipana. O projeto era bastante delicado, pois a recém-inaugurada República do Brasil era federalista e ferir a autonomia de um dos estados da federação era algo inadmissível para alguns. Porém, Sergipe vivia um golpe e, diante dessa circunstância, os políticos eleitos, tanto deputados quanto o próprio governador, necessitavam do apoio de toda a nação para solucionar o problema.

Como já foi estudado no primeiro subtítulo deste capítulo, o golpe de Valladão já foi um reflexo da política nacional marcada pela presença nada democrática do Marechal Floriano Peixoto no cargo máximo do executivo brasileiro. Então, pode-se afirmar que o estado em questão já havia sofrido interferências a nível federal, mas estas não eram de maneira oficial.

Projeto para resolver o “Caso de Sergipe” estava em votação. No entanto, Valladão não almejava sair do poder e tentou utilizar de sua influência política para conquistar o apoio de outros líderes estaduais. No jornal *O Pharol*, de Minas Gerais, consta que o Coronel Valladão telegrafou a governadores de Estados, pedindo intervenção contra o projeto que se discute no senado, sobre o caso de Sergipe (O PHAROL, nº 226, 08 de outubro de 1895, p. 01).

Ainda em São Paulo, outro periódico de bastante destaque nacional publicou conteúdo sobre a política sergipana. O *Correio Paulistano* com décadas de atuação no campo jornalístico nasceu na década de 1850. Inicialmente, defendia os interesses do Partido Liberal, porém, devido às condições financeiras teve que apoiar publicamente os conservadores que estavam no poder. Na década de 1870, com a criação do Partido Republicano, o jornal se posicionou republicano e abolicionista e se empenhou em defender essas causas (COHN, 2001, p. 01).

Ao longo de sua história foi vendido algumas vezes. Com o advento da República se posicionou ao lado da política oligárquica paulista. Nomes importantes da política brasileira, como Rodrigues Alves, Campos Sales e Prudente de Moraes receberam apoio do jornal que, por sua vez, também tinha prestígio juntamente com o PRP (COHN, 2001, p. 01).

No início conturbado da República, o *Correio Paulistano* publicou em 30 de outubro de 1895, edição nº 11.714 e sob a gerência de Oscar Monteiro, uma nota sobre o expediente da câmara dos deputados:

No expediente, o Sr. Francisco Glicério, tratando do caso de Sergipe, defendeu a atitude correta da câmara. Terminou apresentando um requerimento para ser considerada prejudicada a missão da comissão mista, pois que da votação sobre o caso de Sergipe, resulta que a câmara declarou-se incompetente para resolver sobre o assunto (CORREIO PAULISTANO, nº 11.714, 30 de outubro de 1895, p. 01).

Observa-se que Francisco Glicério era contrário à comissão mista para resolver a questão política em Sergipe, por isso, apoiou a decisão da Câmara que se julgou incompetente para resolver o caso sergipano. Acontece que o político Francisco Glicério estava afamado de defender o governo de Floriano Peixoto porque, segundo Audenice Zacarias, Glicério e muitos membros do PRF (Partido Republicano Federal) foram acusados de se omitirem na luta contra o governo antidemocrático do Marechal Peixoto e, como se não bastasse isso, ainda deixaram o Congresso “subserviente” ao presidente Floriano.

O historiador Almir Bueno (2016, p. 200), por sua vez, também realizou estudo sobre o período e afirmou: “A segunda metade de 1893 seria reservada, na política nacional, às gestões do líder do governo na Câmara, o deputado paulista Francisco Glicério”. Glicério já era tido como líder do governo na câmara e estava incumbido de criar um partido nacional que desse sustentação ao governo Floriano.

A população do estado do Espírito Santo também ficou sabendo do ocorrido em Sergipe. O jornal *O Estado do Espírito Santo: Ordem e Progresso*⁶², órgão do Partido Republicano Construtor, sob a direção de Augusto Calmon, em 11 de agosto de 1895, fez a seguinte afirmativa:

O CASO DE SERGIPE: É este o título de um folheto que acabamos de receber. Contém ele uma representação da assembleia legislativa de Sergipe ao Congresso Nacional solicitando a intervenção do Governo da União naquele estado para manter a forma republicana que os signatários da representação consideram viciada e deturpada pela presença do coronel Valladão no governo – o que julgam uma usurpação. Obrigados (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: ORDEM E PROGRESSO, Espírito Santo, 11 de agosto de 1895, p. 01).

⁶² Seu fundador, José de Melo Carvalho Moniz Freire, era membro da elite no Espírito Santo, foi integrante do Partido Liberal.

O jornal *O Estado do Espírito Santo* apenas noticiou o fato que nada mais foi do que a solicitação feita pelos membros da Assembleia do Rosário do Catete, que pediram o auxílio do poder federal para restituir o governo democrático de Sergipe. A postura do referido jornal, por mais simplória que pareça nos transmite uma interessante informação: só o fato de dar voz aos integrantes da Assembleia de Rosário já era algo bom, até porque não houve nenhuma crítica ao grupo de Maciel.

No Rio Grande do Sul, o jornal *A Federação: órgão do Partido Republicano*, tendo como seu proprietário Eduardo Marques, fez menção ao “caso de Sergipe” duas vezes: uma em 20 de junho de 1895 e a outra em 24 de outubro do mesmo ano. A primeira nota disse o seguinte:

O sr. Augusto de Freitas diz que o senado convidou a câmara remetendo o projeto que a mesa da câmara não leu, e que não é feita para resolver o caso de Sergipe, como erradamente afirmou o Sr. Presidente, mas em geral todos os casos idênticos, pois diz nos casos de duplicata de poder legislativo ou de governador. O projeto não afeta só o caso de Sergipe, e a essa comissão pode ser remetida a representação que o Sr. Zama trouxe a câmara.

O orador – Pode ser remetida, porquanto o requerimento do Sr. Zama trata de ver se a câmara acha uma solução constitucional para o caso da Bahia. Espera que o Sr. Presidente não insista na deliberação que tomou, como não deve insistir em afirmar que o senado pediu uma comissão mista para resolver sobre o caso de Sergipe (*A FEDERAÇÃO: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO*, Rio Grande do Sul, 20 de junho de 1895, p. 02).

Como se observa, existia muita divergência de opinião em relação a como resolver o caso de Sergipe. A comissão mista estava em votação para solucionar duplicatas de poder, tanto legislativo como executivo. O referido estado não era o único a sofrer esse problema, mas também a Bahia sofria situação semelhante.

Justamente por causa disso, o deputado baiano Aristides César Spínola Zama, citado na matéria apenas como “Sr. Zama” como era mais conhecido, estava lutando para encontrar solução para esses casos de disputas internas pelo poder e casos de golpes e duplicatas. Zama era de Caetité (BA), pertencia à abastada e influente família Spínola, e foi um grande defensor do voto feminino, inclusive, lutou por isso na constituinte de 1890 (FREITAS; SAMPAIO, 2007, p. 01).

Ainda sobre Zama, Sampaio (1973, p. 35) afirma: “Cesar Zama, líder liberal mais atuante, ligado a Floriano, começa a cair após 1894”. Portanto, inicialmente também era ligado ao presidente Floriano Peixoto, mas depois sofreu um declínio em sua atuação frente ao grupo florianista.

Isso faz sentido, visto que, Zama exigia soluções para as duplicatas de poder enquanto que Sergipe vivia uma dominação ilegal por parte do grupo do coronel Valladão que era amigo pessoal de Floriano Peixoto. Essa divergência de interesses pode ter ajudado a minar sua influência junto ao grupo.

Na publicação de 24 de outubro de 1895, nos deparamos com a continuação dessas disputas na Câmara: Foi rejeitado o adiamento da questão-Sergipe. Foi aprovado o requerimento do deputado Cezar Zama pedindo informações ao governo sobre a política da Bahia (A FEDERAÇÃO: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO, Rio Grande do Sul, 24 de outubro de 1895, p. 02).

Portanto, percebe-se que o “Caso de Sergipe” foi bastante discutido na câmara, que o presidente de Sergipe, José Calazans, e os deputados que tiveram seus direitos golpeados, pelos republicanos históricos, lutaram para que a Constituição fosse respeitada e a situação reestabelecida. Constatamos, também, que esses políticos lesados pelo golpe receberam o apoio de senadores sergipanos, que o problema foi pauta de sessões no Senado e que foi amplamente divulgado pelos jornais da época em várias localidades, porém as informações eram passadas da maneira que melhor convinha aos interesses desses periódicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratarmos do processo de mudança do regime monárquico para o republicano e como ocorreu a sua implementação, abordamos, ao longo do trabalho, maneira que esses episódios foram vivenciados na província de Sergipe. O estudo realçou de que forma aconteceu a campanha em prol da República no Brasil, com destaque para Sergipe, a aliança política entre intelectuais republicanos e parte do patronato rural, a insatisfação de setores do Exército, o golpe contra o imperador D. Pedro II, os primeiros anos de adaptação do sistema político instaurado e as disputas pela liderança política entre republicanos históricos e aqueles que aderiram após a proclamação de 15 de novembro de 1889.

Diante do exposto, constatou-se que a Campanha Republicana começou oficialmente em Sergipe, em 21 de agosto de 1887, com a criação do Clube Republicano de Estância, seguido pelo Manifesto Republicano de Laranjeiras, em 18 de outubro de 1888. Contudo, foi esclarecido que existem evidências de que o jornal *O Horizonte*, em 1885, já trazia críticas ao governo monárquico. No entanto, durante todo período em que esteve em funcionamento denominou-se de “Órgão Imparcial”, assim como, o periódico *O Laranjeirense* (1887-1888). Ambos pertenceram ao mesmo grupo que fundou o Clube Republicano na cidade de Laranjeiras.

Outro fato importante é que, em Sergipe, o desejo de República esteve associado ao abolicionismo, porque a maioria dos republicanos históricos que estudamos defenderam os dois ideais. Contudo, não podemos generalizar, uma vez que, a ideia abolicionista não estava restrita aos defensores do modelo republicano, citamos como exemplo o sergipano Brício Cardoso (abolicionista e monarquista).

Conseguiu-se com a pesquisa, saber que foi feita uma aliança entre os republicanos históricos e parte da elite econômica do estado. Outro ponto digno de realce é que desde a Campanha Republicana, monarquistas e os defensores da República sempre trocavam ofensas, por meio das páginas dos jornais.

Com a Proclamação do novo regime político, em 15 de novembro de 1889, Sergipe foi dirigido inicialmente por um triunvirato, com integrantes dos três segmentos: Exército, patronato rural e intelectual republicano histórico: militar José Siqueira de Menezes, pelo proprietário Vicente Ribeiro e pelo professor Balthazar Góes. Semanas após, Felisbello Freire assumiu o poder.

Esclarecemos que na primeira década republicana, a política de Sergipe foi marcada por instabilidade, provocada pelas disputas pela liderança do estado, criação de partidos, dissidências, denúncias de fraudes nas eleições e até golpe de Estado. Os ex-monarquistas aderiram à República, logo após sua proclamação, porém, as divergências de interesses continuaram e os conflitos entre eles e os históricos se intensificaram.

O auge dessas disputas ocorreu durante o ano de 1894, durante o pleito eleitoral. A competição entre os republicanos históricos e adesistas culminou na vitória destes, o que deixou os integrantes do grupo dos históricos revoltados. E estes, apesar de se declararem defensores dos ideais democráticos, as evidências comprovam que eles, provavelmente, não tinham tanta convicção disso, pois deram um golpe no governo de José Calazans, primeiro presidente constitucional de Sergipe.

Para isso, receberam o auxílio da Colônia Sergipe, nomes de prestígio como o de Silvio Romero, Felisbello Freire e até mesmo o presidente da República, Floriano Peixoto. Com o fim do governo Calasans, a liderança política passou para as mãos de Oliveira Valladão.

Esse fato ficou conhecido como o “Caso de Sergipe” e o estudo realçou que fez parte das discussões na câmara, que José Calazans (presidente de Sergipe) e os deputados que tiveram seus direitos retirados buscaram meios de resolver legalmente o problema. Ficou comprovado que lutaram para que a Constituição fosse respeitada, que receberam o apoio de senadores sergipanos, sendo assim, o problema foi pauta de discussões nas sessões do Senado e que foi amplamente divulgado pelos jornais da época.

Contudo, Oliveira Valladão continuou no poder até quando ocorreu a aliança entre o grupo Olimpista e parte dos republicanos históricos. Olímpio Campos candidatou-se para o cargo de presidente do estado e, Apulcro Motta, para vice-presidente. O primeiro representando os antigos monarchistas e, o segundo, os republicanos históricos. Concorreram na mesma chapa, deixando de lado os velhos conflitos, xingamentos e troca de farpas. União improvável, mas aqui é Brasil, nada é impossível: mais uma acomodação! Essa junção ocorreu no mesmo instante que o Brasil iniciava uma nova fase: a chegada de Campos Sales à presidência da República e a implementação da política dos governadores.

Para entender melhor esse cenário, utilizamos os conceitos de poder, história do político e cultura política brasileira. A distância entre os programas políticos e os discursos, juntamente com o desejo pelo exercício do poder, fez com que os integrantes dos antigos

partidos monarquistas se adaptassem ao novo sistema político e, pelo mesmo motivo, os republicanos históricos utilizaram meios não democráticos. Esta pesquisa está longe de esgotar o tema em questão, mas traz uma reflexão relevante sobre a história política da República Brasileira.

REFERÊNCIAS

FONTES

JORNAIS

O REPUBLICANO (1888-1891)

Proprietário: Josino Menezes (Republicano Histórico)

Diretor: Joaquim A. de Menezes, dentre outros.

Nº 03, de 21 de novembro de 1888

Nº 05, de 05 de dezembro de 1888

Nº 50, de 04 de janeiro de 1890

Nº 51, de 09 de janeiro de 1890

Nº 53, de 16 de janeiro de 1890

Nº 54, de 19 de janeiro de 1890

Nº 55, de 23 de janeiro de 1890

Nº 56, de 26 de janeiro de 1890

Nº 53, de 16 de janeiro de 1890

Nº 101, de 28 de março de 1890

Nº 105, de 01 de abril de 1890

Nº 106, de 02 de abril de 1890

Nº 107, de 03 de abril de 1890

Nº 108, de 08 de abril de 1890

Nº 109, de 09 de abril de 1890

Nº 110, de 10 de abril de 1890

Nº 111, de 11 de abril de 1890

Nº 112, de 12 de abril de 1890

Nº 113, de 15 de abril de 1890

Nº 114, de 16 de abril de 1890

Nº 116, de 17 de abril de 1890

Nº 117, de 18 de abril de 1890

Nº 119, de 20 de abril de 1890

Nº 125, de 29 de abril de 1890

Nº 126, de 30 de abril de 1890

Nº 221, de 26 de agosto de 1890

Nº 222, de 27 de agosto de 1890
Nº 224, de 29 de agosto de 1890
Nº 225, de 30 de agosto de 1890
Nº 226, de 31 de agosto de 1890
Nº 286, de 14 de novembro de 1890
Nº 289, de 19 de novembro de 1890
Nº 295, de 26 de novembro de 1890
Nº 01, de 08 de janeiro de 1891
Nº 02, de 09 de janeiro de 1891
Nº 03, de 10 de janeiro de 1891
Nº 04, de 11 de janeiro de 1891

GAZETA DE SERGIPE (1890)

Nº 01, de 01 de janeiro de 1890
Nº 80, de 09 de abril de 1890
Nº 81, de 10 de abril de 1890
Nº 82, de 11 de abril de 1890
Nº 83, de 12 de abril de 1890
Nº 84, de 13 de abril de 1890
Nº 85, de 15 de abril de 1890
Nº 86, de 16 de abril de 1890

CORREIO DE SERGIPE (1891)

Redatores: Dr. Olynto Dantas e o professor Alfredo Montes
Nº 27, de 2 de janeiro de 1891

ESTADO DE SERGIPE (1890)

Nº 01, de 06 de dezembro de 1889
Nº 02, de 15 de dezembro de 1889
Nº 06, de 19 de janeiro de 1890
Nº 08, de 02 de fevereiro de 1890

O HORIZONTE (1885)

Nº 03, de 16 de junho de 1885
Nº 12, de 26 de agosto de 1885
Nº 18, de 11 de outubro de 1885

A REFORMA (1887-1889)

Nº 49, de 04 de dezembro de 1887

Nº 97, de 18 de novembro de 1888

Nº 98, de 25 de novembro de 1888

Nº 141, de 29 de agosto de 1889

Nº 163, de 21 de novembro de 1889

Nº 166, de 01 de dezembro de 1889

Nº 167, de 05 de dezembro de 1889

Nº 168, de 08 de dezembro de 1889

Nº 169, de 12 de dezembro de 1889

Nº 170, de 15 de dezembro de 1889

Nº 172, de 22 de dezembro de 1889

Nº 174, de 29 de dezembro de 1889

A NOVA ERA (1889-1890)

Nº 01, de 20 de novembro de 1889

Nº 44, de 07 de agosto de 1890

FOLHA DE SERGIPE (1890)

Nº 01, de 15 de novembro de 1890

GAZETA DE NOTÍCIAS (1894-1895)

Proprietário: José Ferreira de Sousa Araújo

Localização: Rio de Janeiro - Rua do Ouvidor, nº 70 (escritório) / Rua Sete de Setembro, nº 70 (tipografia)

Redatores: Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e José do Patrocínio

Edição de 20 de setembro de 1894

Edição de 29 de novembro de 1894

Edição de 7 de fevereiro de 1895

O ECONOMISTA (1895)

Localização: Lisboa (circulava no Rio de Janeiro)

Propriedade: Antônio Maria Pereira Carrilho

Nº 3990, de 3 de janeiro de 1895

DIÁRIO OFICIAL DE SERGIPE (1895)

Redator: Apulcro Mota

Nº 01, de 01 de setembro de 1895

O PAIZ (1894-1895)

Localização: Rio de Janeiro

Propriedade: João José Reis Junior

Redator: Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva

Edição de 20 de novembro de 1894

Edição de 03 de outubro de 1895

Edição de 12 de outubro de 1895

COMMÉRCIO DE PORTUGAL (1896)

Localização: Lisboa (circulava no Rio de Janeiro)

Propriedade: Visconde de Malicio

Edição de 24 de setembro de 1896

A REPÚBLICA: FUSÃO DO LIBERTADOR E ESTADO DO CEARÁ (1895)

Localização: Ceará

Propriedade: Associação anônima Ceará-Libertador

Administração: Joaquim Lopes Verçosa

Diretor das oficinas: Raymundo Barbosa de Paula Serra

Diretor da Folha: João Eduardo Torres Câmara

Edição de 2 de novembro de 1895

O DEMOCRATA FEDERAL (1895)

Localização: São Paulo

Redator: A. Moreira da Silva

Edição de 09 de outubro de 1895

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: ORDEM E PROGRESSO (1895)

Localização: Vitória, Espírito Santo

Propriedade: Partido Republicano Construtor

Fundação: Moniz Freire e Cleto Nunes

Diretor político: Augusto Calmon

Edição de 11 de agosto de 1895

O CACHOEIRANO: ÓRGÃO DO POVO – COLUMNS FRANKS A TODAS AS INTELLIGENCIAS (1895)

Localização: Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo

Redator-chefe: Bernardo Horta

Redator-gerente: Victor de Moraes

Edição de 1 de dezembro de 1895

CORREIO PAULISTANO (1895)

Localização: São Paulo - Rua de São Bento, nº 35,

Edição de 30 de outubro de 1895

A FEDERAÇÃO: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO DO RIO GRANDE DO SUL (1895)

Localização: Porto Alegre - Rua dos Andradas, nº 130

Propriedade: Eduardo Marques

Gerente: João Maia

Diretor: Pinto da Rocha

Edição de 20 de junho de 1895

Edição de 24 de outubro de 1895

CARTAS DE ADESÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Localizadas no Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) – Fundo Baltazar de Araújo Góes, caixa 01: Estância, São Cristóvão e Itabaiana.

Localizadas em GÓES, Balthazar. **A República em Sergipe:** apontamentos para a história de Sergipe, 1870-1889. Laranjeiras, 2005, p. 179-272: Aracaju; Lagarto; Capela; Japaratuba; Nossa Senhora das Dores; Vila Cristina (Cristinápolis); Santa Luzia; Itabaianinha; Tomar do Geru.

LIVROS HISTÓRICOS

FREIRE, Felisbello. **História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil.** Sergipe, 1894.

GÓES, Balthazar. **A República em Sergipe:** apontamentos para a história de Sergipe, 1870-1889. Laranjeiras, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil 1872 – Sergipe.** Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v12_se.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estado de Sergipe – Censos Demográfico e Econômicos.** Rio de Janeiro: IBGE, 1956. (Volume 19). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v19_se.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil – 1967.** Rio de Janeiro: IBGE, 1967, p. 35-36. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1967.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

SERGIPE. [Constituição (1891)]. Constituição do Estado de Sergipe. In: **A Constituição federal e as constituições dos estados da república do Brasil**. Pelotas: Echenique & Irmão; Porto Alegre : Liv. Universal, 1895-1896. (Volume 1) Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224222>. Acesso em: 29 out. 2021.

PROVÍCIAS

Paróquia de N. S. da Conceição de Aracaju.

Paróquia do Senhor dos Passos de Maroim.

Paróquia de Santo Amaro das Brotas.

Paróquia N. S. da Saúde de Japaratuba.

Paróquia N. S. da Conceição de Itabaianinha.

Paróquia de Santo Antônio de Propriá.

Paróquia do Santíssimo Coração de Jesus das Laranjeiras.

Paróquia N. S. de Guadalupe da Estância.

ANAIS DO SENADO

CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 16 de agosto a 15 de setembro de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. (Volume 3). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%203.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 17 de setembro a 15 de outubro de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. (Volume 4). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%204.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

CONGRESSO NACIONAL. **Annaes do Senado Federal – Sessões de 16 de novembro a 20 de dezembro de 1894**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. (Volume 6). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1894/1894%20Livro%206.pdf. Acesso em: 29 out. 2021.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Samuel. Escrita de si na História de Sergipe de Felisbello Freire. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 2, n. 49, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/12378> . Acesso em: 28 de dezembro de 2020.

ALMEIDA. M. G. S. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis/RJ: Vozes: 1984.

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Francisco José. A Fortuna Crítica de Felisbello Freire – 1888-1891. **Cadernos UFS: História**, São Cristóvão, v. 2, n. 2, p. 51-59, jan./jul. 1996. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/7497>. Acesso em: 30 out. 2021.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão:** liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiaba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Diário Oficial, 2012.

ANDRADE, Suelayne Oliveira. “**Capitolino, um artista typographo e seu morrer**”: o jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-1895). 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2019.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. Estratégias de manutenção do poder: a atuação das elites mato-grossenses na Primeira República. In: 39º Encontro Anual da Anpocs, de 26 a 30 de outubro de 2015, Caxambu - MG, 2015, Caxambu. **Anais [...]**, Caxambu - MG, 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt13/9561-estrategias-de-manutencao-do-poder-a-atuacao-das-elites-mato-grossenses-na-primeira-republica/file>. Acesso em: 28 out. 2021.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil. **Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 178, n. 477, p. 107-135, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.gunteraxt.com/pdf/AREVOLUCAOFEDERALISTA1893-1895GUERRACIVILNOBRASIL.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

AZEVEDO, André Nunes de. As noções de Progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. In: **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, [S. l.], v. 13, n. 22, p. 69–88, 2016. DOI: 10.18817/ot.v13i22.539. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/539. Acesso em: 28 out. 2021.

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da Ordem Republicana:** repensando o Pacto de Campos Sales. 2004. 218 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

BARRETO, Luiz Antônio. Comentário sobre a obra Dicionário Biobibliográfico Sergipano. In: GUARANÁ, Armindo. **O Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. [S. l.: s. n.], 2007.

BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História:** especialidades e abordagens. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BELLO, José Maria. **História da República:** 1889-1954. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX; SIRINELLI (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 62-63.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República:** Ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). Natal: EDUFRN, 2016.

CALAZANS, Regina da Conceição Meira. **Arqueologia, gênero e memória do trabalho:** As operárias têxteis da fábrica da Sergipe Industrial, Aracaju, séculos XIX-XX. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

CAMELUCCI, Anderson Luís. **Crise Monárquica e as Experiências de República no Município de Franca (1880-1906)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.

CARNEIRO, J. A. D. **PONCE, Generoso**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001 (Verbete)

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. O Republicanismo Histórico no Sul de Minas: a linhagem dos periódicos republicanos locais. In: XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012, Mariana. **Anais [...]**. Mariana, 2012, p. 1-12. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340402811_ARQUIVO_artigoanpuh1.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

CASTRO, Celso; ARAUJO, Juliana Gagliardi de. A Revolta da Escola Militar da Praia Vermelha. **Militares e Política**, n. 5, p. 47-64, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/download/33819/18952>. Acesso em: 28 out. 2021.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. Imprensa, História e Separatismo: o Movimento Separatista de 1892 através das páginas do Monitor Sul-Mineiro. **Cadernos de História**, Mariana, v. 3, p. 46-62, 2008. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/43/perola_43.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

COHN, Amélia. Correio Paulistano. In: ABREU, Alzira Alves. *et al.* (coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. (Volume 2)

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria. Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>. Acesso em: 28 out. 2021.

DANTAS, Ibarê. **Os Partidos Políticos em Sergipe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **História de Sergipe República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2009.

FANAIA, J. E.; FIGUEIREDO, Antônio Cesário de. Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Verbete)

FARIAS, William Gaia. **Em Nome da República: imprensa, eleições e deportações no Pará Republicano**. In: IV Congresso Internacional de História, 2009, Maringá. **Anais...** Maringá: Editora Clichetec, 2009, p. 1-17.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História política de Sergipe: do golpe de 15-11-1889 ao golpe de 31-03-1964**. Aracaju: [s. n.], 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A Ordem Republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização das práticas políticas 1889-1917**. 2014. 229 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista. Franca, 2014.

FREIRE, Felisbello. **História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Moreira Maximino Chagas, 1894, 373 p. (Volume 1)

FREITAS, Liliane de Brito; SAMPAIO, Consuelo Novais. **César Zama**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2007. (Volume 1)

GÓES, Balthazar. **A República em Sergipe**: apontamentos para a história de Sergipe, 1870-1889. Laranjeiras, 2005.

GUARANÁ, Armindo. **O Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925

LEAL, C. E. C.; FLAKSMAN, Dora. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1984. (Verbete)

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LOPES, Raimundo Hélio. **Apulcro Mota**. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 26. (Verbete)

MELO, D. B.; FANAIA, J. E.. **Joaquim Murtinho**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. (Verbete)

MELO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Editora Fino Trato, 2009.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (org.). **Brasil Republicano**: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, p. 14-44, 2003.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. **Leões e Raposas na Política de Mato Grosso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

NUNES, Maria Thetis. Sergipe no processo republicano brasileiro. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju: IHGSE, nº 28, 1979-1982, p. 14-15. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/issue/view/896>. Acesso em: 30 out. 2021.

_____. **Sergipe Provincial II**: 1840/1889. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

ODÁLIA, Nilo. **As Formas do Mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

OLIVA, Terezinha Alves de. **Impasses do Federalismo Brasileiro**: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Estruturas de Poder. In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. **Textos para a história de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, p. 155-205.

OLIVEIRA, Fayga Marcielle Madeira de. A Propaganda Republicana como Ação Política – apontamentos para a História da República, Campos Porto (1890). In: XXI Encontro Estadual de História: trabalho, cultura e memória – ANPUH-SP, 2012, Campinas. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-SP, 2012.

PASSOS SUBRINHO, J. M. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

PASTI, Renato; JUNIOR, Gilson Brandão Oliveira. Biografia e Prosopografia: Investigações de Trajetórias, Valorização das Experiências. **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v. 10, n. 1, jan./abr. 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

RABELO, Aline Augusta Rocha. Anedotas e a discussão da história dos costumes na sociedade aracajuana em jornais do final do século XIX (1871-1878). In: **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, [s. l.], ano VI, nº 08, p. 172-189, 2013.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. **A Revolução Federalista e o Ideário Parlamentarista**. 2014. 219 p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIBEIRO JUNIOR, J. **O Que é Positivismo**. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Volume 1)

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado Brasileiro: Estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937**. 2011. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo**. 2005. 140 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SALETTTO, Nara; ACHIAMÉ, Fernando. **PEREIRA, Cleto Nunes**. (Verbete) Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PEREIRA,%20Cleto%20Nunes.pdf>. Acessado em: 23 de junho de 2021.

_____. **ARAÚJO, Bernardo Horta de**. (Verbete) Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ARA%C3%9AJJO,%20Bernardo%20Horta%20de.pdf>. Acessado em: 24 de junho de 2021.

SALETTTO, Nara. **FREIRE, Muniz**. (Verbete). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREIRE,%20Muniz.pdf>. Acessado em: 24 de junho de 2021.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1973.

SANTANA FILHO, Laércio; LIMA, Rodrigo Santos de; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. Análise do espaço geográfico da sub-bacia do rio Cotinguiba – Sergipe – Brasil. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 13145-13441. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/42.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

SANTOS, Mallu Ticiane Conceição dos. **Análise do pensamento republicano do professor sergipano Balthazar de Araújo Góes (1853-1913)**. 2017. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SANTOS, Bruna Morrana dos. A imprensa oficial sergipana e o processo eleitoral de 1896. **Face de Clio**, Juiz de Fora, v. 3, n. 6, p. 55-75, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/6.Artigo-D4-Bruna.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

_____. **Riqueza e sociedade na comarca de Aracaju: um estudo sobre a dinâmica familiar da primeira elite de Aracaju (1855-1889)**. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2018.

SANTOS, Josineide Luciano Almeida. **O ocaso da memória: a história do Engenho Oitocentas no baixo Cotinguiba em Sergipe**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2019.

SANTOS, Moisés Augustinho dos. **“O Sagrado Direito de Liberdade”**: experiências de escravos nos tribunais da comarca de Estância/Sergipe (1871-1888). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2017.

SANTOS, Pedrinho dos. **A Proclamação da República na missão de Japaratuba**. Aracaju: Infographic's, 1990.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. Maçonaria e República em Pernambuco: organização, difusão e propaganda (1900-1912). XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2007, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFPB, 2007, p. 595-607. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/anpuhpb/XVI/paper/viewFile/2503/541>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SOARES, Mozart Pereira. **O Positivismo no Brasil**: 200 anos de Auguste Comte. Porto Alegre: Editora AGE, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Maria do Carmo. **O processo político-partidário na I República**. São Paulo: Difel, 1975.

STUDART, Guilherme. **Diccionario Bio-bibliográfico Cearense-Barão de Studart**. Fortaleza: Tipografia a vapor, 1910.

ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. **A República Oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

ANEXO

Quadro 2 – Relação de políticos sergipanos filiações e posicionamentos

NOME	PROFISSÃO	IDEOLOGIA/PARTIDO DURANTE A MONARQUIA	IDEOLOGIA/PARTIDO COM O ADVENTO DA REPÚBLICA
Felisbello Firmo de Oliveira Freire ⁶³	Médico; Jornalista	Republicano Histórico	Partido Republicano
Balthazar Góes ⁶⁴	Professor; Jornalista	Republicano Histórico	Partido Republicano
José de Siqueira Menezes ⁶⁵	Militar	Partido Liberal – Partido Republicano	Partido Republicano (1889) Partido Nacional (1890)
Leandro Siqueira Maciel Junior ⁶⁶	Bacharel em Direito; Fazendeiro	Partido Conservador	Partido Nacional (1890)
Eugênio José de Lima ⁶⁷	Capitão e concessionário da Estrada de Ferro de Sergipe	Republicano Histórico	Partido Republicano
Manoel Alves Machado ⁶⁸	Professor	Republicano Histórico	Partido Republicano
José Maria Moreira Guimaraes ⁶⁹	Militar	Republicano Histórico	Partido Republicano
José Hermenegildo Pereira Guimaraes ⁷⁰	Médico; Jornalista	Republicano Histórico	Partido Republicano
Sebastião Soledade	Professor	Republicano Histórico	Partido Republicano
Marcelino José Jorge ⁷¹	Farmacêutico; Militar	Republicano Histórico	Partido Republicano
Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro ⁷²	Coronel; Fazendeiro	Partido Conservador – Republicano	Partido Republicano
Manuel Curvelo de Mendonça ⁷³	Jornalista	Republicano Histórico	Partido Republicano
Josino Odorico de Menezes ⁷⁴	Farmacêutico; Jornalista	Republicano Histórico	Partido Republicano

⁶³ GUARANÁ, 1925, p. 85.

⁶⁴ GÓES, 2005.

⁶⁵ GUARANÁ, op. cit., p. 349.

⁶⁶ DANTAS, 2009, p. 293.

⁶⁷ GÓES, op. cit., p. 30.

⁶⁸ Ibidem, p. 30.

⁶⁹ GUARANÁ, op. cit., p. 316.

⁷⁰ Ibidem, p. 316.

⁷¹ GÓES, op. cit., p. 39.

⁷² Ibidem, p. 70.

⁷³ GUARANÁ, op. cit., p. 389.

⁷⁴ GÓES, op. cit., p. 40.

Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior ⁷⁵	Professor; Jornalista	Republicano Histórico	Partido Republicano
Serafim Vieira de Almeida ⁷⁶	Médico	Republicano 2ª fase	Partido Republicano
Firmino Rodrigues Vieira ⁷⁷	Engenheiro Civil	Republicano 2ª fase	Separou-se dos Republicanos Históricos e fundou o jornal <i>Nova Era</i>
Conrado Álvaro de Cordova Lima ⁷⁸	Bacharel em Direito; Promotor Público; Jornalista	Partido Liberal – Republicano	Partido Republicano
Olinto Rodrigues Dantas ⁷⁹	Médico; Jornalista	Republicano Histórico	Partido Nacional (1890)
Leandro Diniz de Faro Dantas ⁸⁰	Fazendeiro; Engenheiro	Republicano Histórico	Partido Republicano
Guilherme José Vieira Filho ⁸¹	Vereador (Aracaju)	Monarquista	Republicano adesista
João B. da Silva Cunha ⁸²	Vereador (Aracaju)	Monarquista	Republicano adesista
Vicente Freire Barreto ⁸³	Vereador (Aracaju)	Monarquista	Republicano adesista
Constantino José da Silva ⁸⁴	Vereador (Aracaju)	Monarquista	Republicano adesista
José de Sant'Anna Cardoso ⁸⁵	Vereador (Aracaju)	Monarquista	Republicano adesista
Manoel Leopoldo de Araújo ⁸⁶	Vereador (Aracaju)	Monarquista	Republicano adesista
José Pereira da Cruz ⁸⁷	Vereador (Aracaju)	Monarquista	Republicano adesista
José Alves Correia ⁸⁸	Vereador (Aracaju)	Monarquista	Republicano adesista
Felix Diniz ⁸⁹	Professor	Monarquista	Republicano adesista

⁷⁵ GUARANÁ, op. cit., p. 172.

⁷⁶ GÓES, op. cit., p. 53-54.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem, p. 55.

⁷⁹ GUARANÁ, op. cit., p. 446.

⁸⁰ GÓES, op. cit., p. 57.

⁸¹ Carta de Adesão da Câmara Municipal de Aracaju. In: Ibidem, p. 179-272.

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ GUARANÁ, op. cit., p. 163.

Moura Matos ⁹⁰	Professor	Monarquista	Republicano adesista
Silva Lisboa ⁹¹	Professor	Monarquista	Republicano adesista
Alfredo Montes ⁹²	Professor	Monarquista	Republicano adesista
Brício Cardoso ⁹³	Professor	Monarquista	Republicano adesista
Severiano Cardoso ⁹⁴	Professor	Monarquista	Republicano adesista
Joaquim do Prado ⁹⁵	Professor	Monarquista	Republicano adesista
Dr. Daniel Campos ⁹⁶	Professor	Monarquista	Republicano adesista
Manoel de Oliveira ⁹⁷	Professor	Monarquista	Republicano adesista
Manoel Alves Machado ⁹⁸	Jornalista	Monarquista	Republicano adesista
Dr. Davino Nomísio de Aquino ⁹⁹	Médico	Monarquista	Republicano adesista
José Antônio de Menezes Barreto ¹⁰⁰	Vereador (Riachuelo)	Monarquista	Republicano adesista
Miguel Arcanjo do Nascimento ¹⁰¹	Vereador (Lagarto)	Monarquista	Republicano adesista
Tenente Luís Francisco de Carvalho ¹⁰²	Tenente; Vereador (Lagarto)	Monarquista	Republicano adesista
Tenente Gonçalo Rodrigues da Costa ¹⁰³	Tenente; Vereador (Lagarto)	Monarquista	Republicano adesista ¹⁰⁴
Tenente José da Costa Silva Dórea ¹⁰⁵	Tenente; Vereador (Lagarto)	Monarquista	Republicano adesista
Antônio da Rocha Lima ¹⁰⁶	Vereador (Lagarto)	Monarquista	Republicano adesista

⁹⁰ Carta de Adesão do Atheneu Sergipense. In: GÓES, Baltazar, op. cit., p. 179-272.

⁹¹ A REFORMA, nº 163, 21 de novembro de 1889, p. 01.

⁹² Carta de Adesão do Atheneu Sergipense. In: GÓES, Baltazar, op. cit., p. 179-272.

⁹³ SANTOS, 2017, p. 29.

⁹⁴ Carta de Adesão do Atheneu Sergipense. In: GÓES, Baltazar, op. cit., p. 179-272.

⁹⁵ GUARANÁ, op. cit., p. 288-289.

⁹⁶ Ibidem, p. 110.

⁹⁷ Carta de Adesão do Atheneu Sergipense. In: GÓES, Baltazar, op. cit., p. 179-272.

⁹⁸ GÓES, 2005, p. 38.

⁹⁹ GUARANÁ, 1925, p. 111-112.

¹⁰⁰ Carta de Adesão do Atheneu Sergipense. In: GÓES, Baltazar, op. cit., p. 179-272.

¹⁰¹ Carta de Adesão de Lagarto. In: Ibidem, p. 179-272.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Carta de Adesão da Câmara Municipal de Aracaju. In: Ibidem, p. 179-272.

¹⁰⁶ Carta de Adesão da Câmara de Lagarto. In: Ibidem, p. 179-272.

Alferes João Batista de Jesus ¹⁰⁷	Vereador (Lagarto)	Monarquista	Republicano adesista
Gustavo Lúcio Hora ¹⁰⁸	Vereador (Lagarto)	Monarquista	Republicano adesista
Capitão Manoel Joaquim de Oliveira Campos ¹⁰⁹	Vereador (Lagarto)	Monarquista	Republicano adesista
Tenente Pedro Vieira de Santiago ¹¹⁰	Tenente Vereador (Lagarto)	Monarquista	Republicano adesista
Simião Telles de Menezes Sobral ¹¹¹	Vereador (Japaratuba)	Monarquista	Republicano adesista
Pedro Cavalcanti dos Santos Lima ¹¹²	Vereador (Japaratuba)	Monarquista	Republicano adesista
Manoel Francisco de Aniquim ¹¹³	Vereador (Japaratuba)	Monarquista	Republicano adesista
Isaac Manoel Pinheiro ¹¹⁴	Vereador (Japaratuba)	Monarquista	Republicano adesista
José Ferreira da Silva ¹¹⁵	Vereador (Capela)	Monarquista	Republicano adesista
Aurélio Cesário de Souza Campos ¹¹⁶	Vereador (Capela)	Monarquista	Republicano adesista
João Paes Dias de Souza ¹¹⁷	Vereador (Capela)	Monarquista	Republicano adesista
José Joaquim Soares de Mello ¹¹⁸	Vereador (Capela)	Monarquista	Republicano adesista
João Teixeira Guimarães Pacheco ¹¹⁹	Vereador (Capela)	Monarquista	Republicano adesista
Francisco das Chagas do Bonfim ¹²⁰	Vereador (Santo Amaro)	Monarquista	Republicano adesista
Luiz Correia Dantas ¹²¹	Vereador (Santo Amaro)	Monarquista	Republicano adesista
Ernesto Dias Ribeiro ¹²²	Vereador (Santo Amaro)	Monarquista	Republicano adesista

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Carta de adesão da Câmara de Japaratuba. In: Ibidem, p. 179-272.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ Carta de adesão de Capela. In: Ibidem, p. 179-272.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Carta de adesão da câmara da cidade de Capela. In: Ibidem, p. 179-272.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ Carta de adesão da cidade de Santo Amaro. In: Ibidem, p. 179-272.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

José Francisco da Cruz ¹²³	Vereador (Santo Amaro)	Monarquista	Republicano adesista
Fausto Francisco dos Santos ¹²⁴	Vereador (São Cristóvão)	Monarquista	Republicano adesista
Honorato José de Carvalho ¹²⁵	Vereador (São Cristóvão)	Monarquista	Republicano adesista
Antônio Delfino de Florença ¹²⁶	Vereador (São Cristóvão)	Monarquista	Republicano adesista
C. Francisco Thomaz da Cruz ¹²⁷	Vereador (São Cristóvão)	Monarquista	Republicano adesista
Benvindo José de Oliveira ¹²⁸	Vereador (São Cristóvão)	Monarquista	Republicano adesista
Aristides da Silva Menezes ¹²⁹	Vereador (São Cristóvão)	Monarquista	Republicano adesista
S. José Delfino de Mendonça ¹³⁰	Vereador (São Cristóvão)	Monarquista	Republicano adesista
F. José de Brito Lima ¹³¹	Vereador (São Cristóvão)	Monarquista	Republicano adesista
P. João Martins dos Santos ¹³²	Vereador (São Cristóvão)	Monarquista	Republicano adesista
Alfredo Gomes da Silva ¹³³	Vereador (Itabaianinha)	Monarquista	Republicano adesista
Cassimiro da Silva Melo ¹³⁴	Vereador (Itabaianinha)	Monarquista	Republicano adesista
Miguel Teotônio de Castro ¹³⁵	Vereador (Itabaianinha)	Monarquista	Republicano adesista
Manoel Francisco de Mendonça Telles ¹³⁶	Vereador (Itabaianinha)	Monarquista	Republicano adesista
Antônio de Oliveira Bezerra ¹³⁷	Vereador (Itabaianinha)	Monarquista	Republicano adesista
Diogo Travassos de Abreu Leite ¹³⁸	Vereador (Itabaiana)	Monarquista	Republicano adesista

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ Carta de Adesão da câmara de São Cristóvão. In: Fundo Baltazar de Araújo Góes, APES, caixa 01.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

¹³³ Carta de Adesão da câmara de Itabaianinha. In: GÓES, Baltazar, op. cit., p. 179-272.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Carta de Adesão da câmara de Itabaiana. In: Fundo Baltazar de Araújo Góes, APES, caixa 01.

P. José Antônio de Faria ¹³⁹	Vereador (Itabaiana)	Monarquista	Republicano adesista
Ladislau Febrônio de Andrade ¹⁴⁰	Vereador (Itabaiana)	Monarquista	Republicano adesista
Joaquim José de Montalvão ¹⁴¹	Vereador (Itabaiana)	Monarquista	Republicano adesista
Francisco José de Andrade Solon ¹⁴²	Vereador (Itabaiana)	Monarquista	Republicano adesista
José de Barros Pimentel ¹⁴³	Major	Monarquista – Partido Liberal	Republicano adesista
Filinto Elísio Nascimento ¹⁴⁴	Deputado	Monarquista	Republicano adesista
Antônio A. de Gouvêa Lima ¹⁴⁵	Deputado	Monarquista	Republicano adesista
Benjamin Telles ¹⁴⁶	Deputado	Monarquista	Republicano adesista
Guilherme A. Bezerra ¹⁴⁷	Deputado	Monarquista	Republicano adesista
Felino Fontes ¹⁴⁸	Deputado	Monarquista	Republicano adesista
Francisco de Matos Pereira Jatobá ¹⁴⁹	Vereador (Estância)	Monarquista	Republicano adesista
Salustiano de Souza Vieira ¹⁵⁰	Vereador (Estância)	Monarquista	Republicano adesista
Boaventura Amado de Faria ¹⁵¹	Vereador (Estância)	Monarquista	Republicano adesista
João Antônio da Silva Guimarães ¹⁵²	Vereador (Estância)	Monarquista	Republicano adesista
Francisco Rodrigues dos Cotias Filho ¹⁵³	Vereador (Estância)	Monarquista	Republicano adesista
José Gomes de Figueiredo ¹⁵⁴	Vereador (Aquidabã)	Monarquista	Republicano adesista

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ GÓES, Balthazar, op. cit., p. 179-272.

¹⁴⁴ Carta de Adesão da Assembleia Legislativa.

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Carta de Adesão da Câmara Municipal de Estância. In: Fundo Baltazar de Araújo Góes, APES, caixa 01.

¹⁵⁰ Carta de Adesão da Câmara Municipal de Estância. In: Fundo Baltazar de Araújo Góes, APES, caixa 01.

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Carta de Adesão da Câmara Municipal de Aquidabã. In: Fundo Baltazar de Araújo Góes, APES, caixa 01.

Francisco José de Santa Rita ¹⁵⁵	Vereador (Aquidabã)	Monarquista	Republicano adesista
Manoel Tourinho de Moraes ¹⁵⁶	Vereador (Aquidabã)	Monarquista	Republicano adesista
Manoel Joaquim de Melo ¹⁵⁷	Vereador (Aquidabã)	Monarquista	Republicano adesista
Manoel Inácio de Moraes ¹⁵⁸	Vereador (Aquidabã)	Monarquista	Republicano adesista
Manoel Xavier de Figueiredo ¹⁵⁹	Vereador (Aquidabã)	Monarquista	Republicano adesista

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Ibidem.